



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I

RITA ASSUNÇÃO PITANGA

A ECONOMIA (IN) VISÍVEL DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: o princípio educativo-formativo da gestão
democrática e viabilidade econômica

SALVADOR 2010



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I

RITA ASSUNÇÃO PITANGA

A ECONOMIA (IN) VISÍVEL DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: o princípio educativo-formativo da gestão
democrática e viabilidade econômica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, na Linha de Pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientador: Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva

SALVADOR 2010

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I

RITA ASSUNÇÃO PITANGA

A ECONOMIA (IN) VISÍVEL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS: o princípio educativo-formativo da gestão democrática e viabilidade
econômica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.

Aprovada em 29/10/2010

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ronalda Barreto Silva – Doutora
Orientadora
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Eduardo José Fernandes Nunes – Doutor
Examinador Interno
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profa. Silvia Maria Leite de Almeida – Doutora
Examinadora Externa
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Roberto Marinho Alves da Silva – Doutor
Examinador Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da EBMSP

- P 681 Pitanga, Rita Assunção
A Economia (In) visível dos empreendimentos econômicos solidários: o princípio educativo-formativo da gestão democrática e viabilidade econômica./ Rita Assunção Pitanga. – Salvador. 2010.
135f.
- Dissertação (Mestrado) apresentada á Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Linha de Pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.2010.
Orientadora: Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva
- Inclui bibliografia
1. Educação. 2. Empreendimentos econômicos solidários. 3. Autogestão. 4. Viabilidade econômica. I . Título.

CDU: 37.015.6

Dedico esse trabalho

Ao Felipe, a Júlia e Lucas, meus netos tão amados, símbolo da esperança de que como homens e mulheres que se tornarão um dia, juntos com outros homens e mulheres, construirão um mundo mais solidário, amoroso e acolhedor para se viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos DEUSES que me trouxeram até aqui. Aos meus pais Anita e Arnee que me sopraram a vida. Aos meus filhos muitíssimo amados, Daniele, Roberta e Kiko pela oportunidade de aprender sempre. Aos queridos amigos pela eterna paciência e solidariedade, Edival Passos, Marcos Falcão, Malu Soliani, Mara Silveira e Andrea Souza. Aos professores do mestrado pelos ensinamentos, e de modo especial a minha orientadora Ronalda pelo apoio, orientação e por me fazer acreditar que economia tem tudo haver com educação. Ao Prof. Gabriel Kraychete pelos ensinamentos sobre economia solidária, suas observações foram valiosas. Aos companheiros e amigos pela luta por dias melhores em Riachão da Serra, Balbino, Tonha, Abinael, Ubiratan, José, Daniel, Ariangelo, Elington, Ailton, Maria, Reinildo, Miguel. A Christofer o francês mais baiano que conheço, por sua ajuda valiosa para o Baixo Sul.

Imagine

Imagine there's no heaven
It's easy if you try
No hell below us
Above us only sky
Imagine all the people
Living for today

Imagine there's no countries
It isn't hard to do
Nothing to kill or die for
And no religion too
Imagine all the people
Living life in peace

You may say
I'm a dreamer
But I'm not the only one
I hope some day
You'll join us
And the world will be as one

Imagine no possessions
I wonder if you can
No need for greed or hunger
A brotherhood of man
Imagine all the people
Sharing all the world

You may say,
I'm a dreamer
But I'm not the only one
I hope some day
You'll join us
And the world will be as one

Imagine

Imagine que não há paraíso
É fácil se você tentar
Nenhum inferno abaixo de nós
E acima de você apenas o céu
Imagine todas as pessoas
Vivendo para o hoje

Imagine não existir países
Não é difícil de fazê-lo
Nada pelo que lutar ou morrer
E nenhuma religião também
Imagine todas as pessoas
Vivendo a vida em paz

Talvez você diga que
eu sou um sonhador
Mas não sou o único
Desejo que um dia
você se junte a nós
E o mundo, então, será como um só

Imagine não existir posses
Surpreenderia-me se você conseguisse
Sem ganância e fome
Uma irmandade humana
Imagine todas as pessoas
Compartilhando o mundo

Você pode dizer
Que eu sou um sonhador
Mas não sou o único
Desejo que um dia
Você se junte a nós
E o mundo, então, será como um só

John Lennon

RESUMO

O estudo aqui apresentado é uma investigação sobre a importância da formação para a gestão democrática e viabilidade econômica, como requisito para a sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários-EES. Para tanto se elegeu como objeto do estudo a importância da formação para a autogestão e a viabilidade econômica para os EES através do estudo de caso da Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves – COOPATAN. Nesse trabalho de pesquisa, o problema identificado foi: em que medida a formação oferecida aos cooperados converge para a gestão democrática e viabilidade econômica da COOPATAN? O objetivo geral da pesquisa tratou de analisar, se a autogestão e a viabilidade econômica são princípios educativos da formação que é oferecida aos trabalhadores (as) dos EES. O pressuposto é que a educação que é ofertada aos trabalhadores das classes populares assume papel central para a reestruturação do autotrabalho, em que os Empreendimentos Econômicos Solidários são o *locus* onde se organizam a produção, a geração de renda e o consumo. Dado que a formação por si só não garante o êxito do empreendimento, a gestão democrática e a viabilidade econômica evidenciam-se como princípio educativo que devem nortear à formação dos trabalhadores e trabalhadoras, de forma a melhor prepará-los para o desafio de gerir coletivamente um empreendimento, que seja economicamente viável e socialmente sustentável. No desenvolvimento do estudo aqui proposto foi constatado que os problemas enfrentados pela COOPATAN são comuns a tantos outros empreendimentos coletivos, estes passam tanto pela falta de capital para financiar suas atividades produtivas como, principalmente, por uma educação-formação que não prepara o cooperado para a autogestão e viabilidade econômica da cooperativa.

Palavras-chave: educação, empreendimentos econômicos solidários, autogestão e viabilidade econômica.

ABSTRACT

This study investigates the importance of democratic management and economic feasibility as a requirement for the sustainability of the Ventures Economical of Solidarity (Empreendimentos Economicos Solidários – ESS). For the study of the importance of democratic management and economic feasibility for the sustainability of the ESS, the Cooperative of Rural Producers of President Tancredo Neves – COOPATAN was chosen as the object of this study. In this research study the problem identified was: to what extent does the training offered to the members of these ventures contribute to the democratic management and economic feasibility of COOPATAN? The general objective of this research was to analyze to what extent the self-sustainability and economic feasibility are educational principles that are offered to members of these ventures. The understanding is that the education offered to workers of the popular classes takes a central role in the restructuring of “auto-labor”, in which these ventures are the “locus” where production, income generation, and consumption takes place. Given that training alone does not guarantee the success of these ventures, democratic management and economic feasibility prove to be key educational principles that should guide the training of workers and members. This will better prepare them for the challenge of collectively managing the venture so that it is economically viable and socially sustainable. In the development of the proposed study it was found that the problems faced by COOPATAN are common to many other Collective Ventures, such as the lack of capital to finance their productive activities and above all, deprived education and training that does not prepare the members to manage an economically feasibility venture.

Keywords: education, economic solidarity enterprises, self management and economic feasibility.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Ocupações no Setor Informal	44
Gráfico 2	% Empresas Informais	45
Gráfico 3	Distribuição da População, nos municípios do Baixo Sul, 2000	80
Gráfico 4	Classificação no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Econômico dos municípios do Baixo Sul, 1998	82
Gráfico 5	Classificação no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Econômico dos municípios do Baixo Sul, 1998	84
Gráfico 6	Classificação no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Social dos municípios do Baixo Sul, 1998	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Baixo Sul e a regionalização do Sul da Bahia, segundo critérios da CAR/SEPLANTEC	75
Quadro 2	Baixo Sul e regionalização do Sul da Bahia, Eixos Econômicos	76
Quadro 3	Municípios do Baixo Sul da Bahia	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Empresas não agrícolas com até 5 empregados e Empresas do setor informal, segundo os grupos de atividade – Brasil – 2003	45
Tabela 2	População, área e densidade demográfica, nos municípios do Baixo Sul, 2000	80
Tabela 3	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), 1991, Índice de Condição de Vida (ICV) 1991, nos municípios do Baixo Sul	82
Tabela 4	Índice de Desenvolvimento Social, Índice de Desenvolvimento Econômico e classificação no ranking estadual, dos municípios do Baixo Sul, 1998	83
Tabela 5	Famílias pobres, nos municípios do Baixo Sul, 2002.	85

LISTA DE SIGLAS

APARSE	Associação de Pequenos Agricultores de Riachão da Serra
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
CAPINA	Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CAR	Coordenação de Ação Regional
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
COOPATAN	Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves
CODACE	Comitê de Datação de Ciclos Econômicos
CFR	Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves
CNPMF	Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura de Cruz das Almas
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos
ECINF	Pesquisa da Economia Informal Urbana
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPASC	Empresa Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul
MEC	Ministério da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SECOMP	Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
UBIR	Unidade de Beneficiamento de Ingredientes para Ração

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO E A CRISE NO MERCADO DE TRABALHO	34
1.1 TRABALHO FORMAL, TRABALHO INFORMAL: A ECONOMIA (IN) VISÍVEL.....	41
1.2. UMA ECONOMIA COM SOLIDARIEDADE, UTOPIA OU REALIDADE?	49
2. EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: SUPERAÇÃO DA PEDAGOGIA DO CAPITAL	63
2.1 EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DO CAPITAL	63
2.2 A EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: as diretrizes da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economica Solidária.....	65
2.3 A EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA AUTOGESTÃO E DA VIABILIDADE ECONÔMICA: a formação da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa-CAPINA	69
3. A CULTURA DA MANDIOCA NO BAIXO SUL.....	75
3.1 DIMENSÕES ECONÔMICA E SOCIAL DO BAIXO SUL.....	75
3.2 O RESGATE DA CULTURA DA MANDIOCA: a experiência da COOPATAN.....	86
3.3 COOPATAN: Tecendo Saberes.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS.....	115

INTRODUÇÃO

“Um sonho sonhado sozinho, é um sonho. Um sonho sonhado junto, é realidade”.

Raul Seixas

A escolha da Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves-COOPATAN como objeto de pesquisa não foi fortuita ou aleatória. Desde 2007 realizamos um trabalho de assessoria na Associação de Pequenos Agricultores de Riachão da Serra – APARSE que é uma das associações que faz parte da Coopatan. O trabalho de assessoria teve apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, tendo como ponto de partida a elaboração de um diagnóstico participativo para conhecimento das necessidades da comunidade. Foi elaborado um plano de ação para implementar os projetos¹ que a comunidade elegeu como prioritários.

A fraca participação da comunidade tem se constituído em dificultador para o ritmo com que as mudanças ocorrem. Embora as pessoas expressem o desejo por mudanças, falta iniciativa, participação, muitos estão sempre esperando que algum benfeitor venha mudar as coisas, poucos efetivamente participam. Na fase de elaboração do diagnóstico houve um número expressivo de participantes (em torno de 50 pessoas). Porém, nas oficinas esse número foi diminuindo: na oficina sobre alimentação saudável participaram 10 mulheres e 02 homens, desses apenas 03 integrantes passaram a cultivar e inserir legumes, hortaliças e proteína de soja na alimentação da família. Já nos cursos voltados para a agricultura a participação foi mais expressiva, inclusive com maior

¹ Foram realizados os seguintes projetos: a) alimentação saudável – implantou-se hortas nos quintais das casas, realização de cursos com receitas a partir de alimentos alternativos como: proteína de soja, semente de abóbora, folha de beterraba, cenoura etc. Atualmente das 10 famílias que participaram do projeto 03 mantêm no cardápio a alimentação saudável, consumindo alimentos produzidos na horta própria. b) capacitação – curso de plantio de flores tropicais; produção e processamento de maracujá; criação e abate de frango caipira; doces caseiros. c) eletrificação rural através do Programa Luz para Todos e construção de 07 banheiros nas casas.

Parceiros dos projetos: SEBRAE, Prefeitura de Valença, Fundação Odebrecht.

percentual de jovens². O projeto mais significativo para a comunidade foi a eletrificação das residências que ocorreu em Julho de 2009 (10 anos após a primeira medição), essa era uma reivindicação antiga e carregada de descrença por parte da comunidade pelo descaso com que o poder público municipal vinha tratado o problema. A comunidade está se propondo a continuar lutando para a implementação de outros projetos e reivindicar junto à Prefeitura do Município de Valença solução de problemas crônicos tais como: o escoamento da produção, transporte e melhoria do acesso via estrada que liga a comunidade ao município dentre outras.

Neste sentido a Coopatan vem exercendo um importante papel junto às associações no sentido de conscientizar seus cooperados para a importância do fortalecimento da cooperativa como meio de enfrentamento das inúmeras dificuldades que essas comunidades vivenciam no seu cotidiano, tanto no que diz respeito às atividades produtivas como também nas questões de infraestrutura, saúde, educação, enfim todos os aspectos que dizem respeito à melhoria da vida do pequeno produtor rural para que este permaneça em sua propriedade.

A idéia de reunir os pequenos produtores de algumas localidades do Baixo Sul em uma cooperativa teve seu início anos atrás quando Eliane Souza³ e outros agricultores viram na união a solução para reverter a condição de pobreza em que viviam. Era importante aproveitar uma tradição da região que sempre produziu mandioca, principalmente nas pequenas propriedades. Porém, não bastava a tradição para recuperar a produção da mandioca e fazer desta uma fonte geradora de renda para a pequena propriedade rural. Seria necessário vencerem-se alguns desafios. Dentre estes, o modo de cultivo da planta; devida a baixa produtividade (8 toneladas por hectare), enquanto no sul do país a produtividade é de 25 toneladas por hectare, e a escolha de espécies mais resistentes às pragas eram os principais. Isto implicava mudanças para uma produção com o uso de novas tecnologias, aprendizado por parte do produtor, pesquisa.

² A APARSE tem em torno de 12 jovens entre 15 e 24 anos em seu quadro de associados, destes 04 estudam e/ou estudaram na Casa Familiar Rural da COOPATAN. Em 2008 um jovem formou-se em técnico agropecuário. Em 2010 mais 02 jovens estarão formando-se e 01 está estudando no curso de formação em Mestre de Obra na Casa Familiar da Construção Civil (Valença/Ba.).

³ Eliane Souza foi a primeira Presidente da Coopatan (1999 – 2002).

A cultura da mandioca é bastante tradicional em várias regiões da Bahia. Muito antes de os portugueses aqui chegarem, os Índios a tinham como base da sua alimentação. Os escravos que chegaram à Bahia, vindos da África, trouxeram-na como herança cultural também. Portanto, mandioca para o pequeno agricultor, principalmente do Baixo Sul da Bahia – uma região que tem índios e negros na origem da formação da população – é um “ente bastante familiar”. Daí pode-se imaginar a dificuldade para implementar-se mudanças tanto na forma de cultivo da planta, como na diversificação de espécies. Para isso a cooperativa precisou viabilizar parceiras.

Os parceiros iniciais que se juntaram à cooperativa foram a Fundação Odebrecht e a EMBRAPA (Cruz das Almas). Como resultado da parceria foi implantado o Campo Demonstrativo de Tecnologias para Cultivo da Mandioca na Fazenda Novo Horizonte, à época pertencente a Fundação Odebrecht, no Município de Tancredo Neves. Este campo experimental de mandioca é onde se desenvolvem pesquisas de variedade da planta, cujo objetivo é o aumento da produtividade e o desenvolvimento de espécies mais resistentes às pragas.

Desde a criação da cooperativa a produtividade da mandioca vem aumentando significativamente, há experiências de produtores que chegam a produzir entre 30 a 40 toneladas por hectare de mandioca, superando e muito a produtividade alcançada no Sul do país que é 25 toneladas por hectare. Esses avanços vêm contribuindo de forma significativa para reforçar a confiança do pequeno produtor rural sobre a importância da viabilidade econômica da cooperativa para a consolidação da Região do Baixo Sul como importante produtora de farinha de mandioca. A fábrica de processamento de farinha foi implantada em 2005 e até os dias atuais está em pleno funcionamento. A farinha que é processada é vendida em grandes redes de supermercado em Salvador e Região.

Ao longo do seu processo de implantação foram realizados vários cursos, palestras, eventos gastronômicos para que os cooperados conhecessem toda a potencialidade e versatilidade da mandioca. Há ainda muito para se avançar. Há muito trabalho para se fazer nessa região que é rica em recursos naturais, porém com um contingente populacional muito pobre, principalmente os da zona rural. São inegáveis as mudanças que as comunidades de pequenos agricultores filiados à COOPATAN vêm

experimentando. Ter a garantia de mercado para escoar a produção de mandioca, a prática de preço justo e o aproveitamento integral da planta – a raiz é para fabricar a farinha de mandioca, o caule e as folhas para o fabrico de ração – têm contribuído para a melhoria da renda e das condições de vida dos cooperados.

Mudanças também foram introduzidas através dos programas do Governo Federal e Estadual⁴ a partir da visibilidade que a região conseguiu atrair no processo de constituição da cooperativa, tais como: construção de banheiro nas casas, instalação de energia elétrica, escola para formar Técnicos em Agropecuária, a Casa Familiar Rural – CFR, que foi implantada em 2005, em parceria com a Fundação Odebrecht, cujo objetivo é oferecer formação educacional aos associados e seus filhos para a gestão da propriedade rural e da cooperativa, através do método da pedagogia da alternância.

Estas iniciativas têm se constituído em um importante catalisador de mudanças culturais e sociais. Os jovens que antes sonhavam com o dia em que iriam morar numa capital como São Paulo ou mesmo Salvador hoje acreditam na possibilidade de continuar vivendo na comunidade, diminuindo assim o êxodo rural. Com isso os adultos mais velhos estão mais esperançosos quanto ao futuro de suas famílias.

A motivação para realizar a pesquisa vem da crença de que a COOPATAN constitui-se numa perspectiva de organização dos produtores em novas bases, podendo vir a transformar-se em catalisador de mudanças culturais, sociais, educacionais e econômicas para a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações que aí vivem.

Refletir sobre a sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária leva à discussão sobre as fragilidades e dificuldades enfrentadas por estes para a sua estruturação e consolidação. A sustentabilidade concebida de forma ampliada diz respeito tanto à indicadores econômicos, à gestão, como às habilidades dos associados para assumir a condução do empreendimento. Nesse sentido, a sustentabilidade dos

⁴ Projeto de Manejos Fitotécnicos da Cultura da Mandioca. Em 2003 foi firmado parceria com a EMBRAPA – FRUTICULTURA E MANDIOCA (Cruz das Almas) para transferência de tecnologia, para implantação da maior indústria de farinha da Bahia, capaz de produzir até 20 toneladas de farinha de mandioca por dia. (Recursos da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais da Bahia). Instalação da primeira fábrica de farelo de folha de mandioca recursos da SECOMP (510 mil). Fonte: Odebrecht Informa Edição nº 123 - 01 de março de 2006.

empreendimentos vincula-se às condições políticas, econômicas, educacionais e sociais favoráveis ao seu funcionamento, como se vincula, também, aos conhecimentos que os integrantes têm sobre as condições necessárias para a viabilidade econômica e coletiva das atividades que realizam. Kraychete (2007) afirma que, além do equacionamento das condições externas ao empreendimento, ou seja, as ações políticas para a transformação social, “um empreendimento associativo adquire condições de sustentabilidade quando os seus associados se encontram habilitados para assumir a sua condução”. Essas habilidades referem-se ao domínio de conhecimentos políticos, de gestão e técnicas de produção necessárias para o êxito do empreendimento.

Portanto, o trabalho de pesquisa aqui apresentado propõe uma investigação sobre a importância da formação para a gestão democrática e a viabilidade econômica como requisito para a sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. Para tanto, se elegeu como objeto do estudo a importância da formação para a autogestão e a viabilidade econômica para os EES através do estudo de caso da Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves – COOPATAN. Nesse estudo, o problema identificado foi: em que medida a formação oferecida aos cooperados converge para a gestão democrática e viabilidade econômica da COOPATAN?

A questão-problema apresentada emerge da problemática vivenciada pelos participantes dos empreendimentos coletivos e, no caso do estudo aqui proposto, pelos cooperados da Coopatan, devido à carência de uma educação-formação adequada que venha ao encontro das suas necessidades de aprendizagem para a superação das dificuldades enfrentadas no cotidiano da gestão do empreendimento para torná-lo economicamente viável e socialmente sustentável.

É evidente que a formação por si só não garante o êxito do empreendimento, a que se destacar a importância de transformações políticas e econômicas como a oferta de crédito diferenciado para financiar a produção, o acesso a serviços básicos de saneamento e infra-estrutura, o desenvolvimento de tecnologia social, etc. Kraychete (2000) salienta que nos processos de formação, falta articulação entre a gestão, a produção, a comercialização, as estratégias de inserção no mercado e a viabilidade econômica. São enfatizados os princípios do cooperativismo, do associativismo, da participação política que são importantes para a luta por transformação social, mas,

ignoram-se as dificuldades da prática da gestão democrática por um coletivo de pessoas que não foram formadas para tal. A herança cultural e educacional do brasileiro não corrobora para o exercício do governo de si mesmo (autonomia) muito menos para a prática da autogestão coletiva, que envolve conceitos como democracia e participação.

Outro fato a observar é que os valores que permeiam a cultura do Capital – individualismo, competição, acumulação de bens, consumismo – também estão presentes no campo da economia solidária. As pessoas aí inseridas têm expectativa de ver suas necessidades e desejos de consumo atendidos pelo resultado que o empreendimento possa gerar. Entretanto, não podemos ignorar que a produção e o consumo no capitalismo têm sido responsáveis em grande parte pelos problemas sociais e ambientais que vivenciamos na atualidade. Pensar em uma economia solidária como alternativa à economia capitalista é pensar num modo de produção e consumo sustentáveis. Neste sentido, não se pode prescindir também da discussão da temática do consumo sustentável, da ecologia e do clima na formação para a economia solidária. Como propor uma economia diferente da capitalista e manter-se o mesmo padrão educacional, de formação de trabalhadores e trabalhadoras, de produção e consumo deste sistema? Essas são questões que conduzem ao questionamento sobre a educação-formação que é compatível com os princípios da economia solidária e sua importância para a transformação social via os EES.

Autores como Kraychete (2000) e Arruda (2003), que têm uma larga experiência de trabalho junto aos empreendimentos associativos, têm afirmado que o fraco desempenho da maioria dos empreendimentos e, até mesmo, a inviabilidade de muitos deles refletem o descompasso entre as necessidades de formação, a gestão do empreendimento e as expectativas (renda, consumo etc) dos cooperados. Dizem que os cursos que são ofertados pelas mais diversas instituições ou são focados apenas nos princípios do cooperativismo e associativismo, ou são tão gerais que perdem o foco. Os treinamentos são pontuais: custo de produção, vendas e formação de preços. Pacotes prontos deslocados do contexto específico dos empreendimentos, das necessidades dos cooperados e suas expectativas.

Singer (2000), que também vem se dedicando há muitos anos à temática da nova economia, tem enfatizado que o modo de produção da economia solidária é o modelo

ideal para superação do capitalismo na construção de uma nova sociedade. Todavia, chama a atenção sobre a necessidade de sistematização do conhecimento que é advindo da prática das diversas experiências dos empreendimentos populares. Defende uma proposta educativa na economia solidária para ensinar as pessoas a estabelecer relações econômicas solidárias como prática sistemática, já que, na educação tradicional somos educados para atuar socialmente de forma competitiva, restringido, na maioria das vezes, a nossa solidariedade apenas para as relações familiares e aos amigos. Sugere, assim, a necessidade de um novo projeto educacional, que dê conta desse novo paradigma de base solidária. Completa afirmando que

“Trata-se, pois de uma nova prática solidária, que se alimenta da antiga, mas exige uma formação específica. Trata-se em essência, da construção de uma nova sociedade, dentro e em oposição à velha. Essa formação exige a interação dos que se envolvem na construção concreta dos empreendimentos solidários, em sua grande variedade, e de articulação deles entre si, e que haurem conhecimentos desta experiência, com os seus intelectuais orgânicos, que pensam, sistematizam e discutem a Economia Solidária numa temporalidade histórica e em uma espacialidade internacional. Assim, a Economia solidária produz o aprendizado conjunto que a impulsiona em sua trajetória”. (SINGER & SOUZA, 2000)

Para estes autores, a Economia Solidária “é um ato pedagógico em si mesmo”, pois além de propor uma nova prática social, exige a reflexão dessa prática e sua sistematização de forma que a mesma seja compreendida e assimilada por todos os participantes para um melhor resultado em suas iniciativas.

Esta perspectiva educacional retoma o conceito de educação do novo homem e da nova mulher que Freire (1987) chamava de educação nova que, diferente da educação colonial ou bancária, é uma educação pelo trabalho na perspectiva da colaboração e não da competição, uma educação que valoriza a ajuda mútua e não o individualismo. Arruda (2003) a denomina de “Educação da Práxis” aquela que supera os conceitos meramente funcionais ou estruturais da educação “(...) propondo uma *práxis* educativa de caráter permanente, *omnilateral* (...) e *monidimensional*” que desenvolve a criatividade e a visão crítica em oposição à passividade, que valoriza o trabalho manual e o trabalho intelectual, a teoria e a prática, enfim, uma educação baseada na solidariedade.

Neste sentido, reveste-se de extrema importância a construção de um projeto

pedagógico para formação de crianças, jovens e adultos para interagirem de forma solidária. A escola formal, ONGs, Sindicatos, Incubadoras das Universidades e o Estado, em conjunto com os atores dos empreendimentos solidários, têm um papel relevante na sistematização e organização deste saber advindo da experiência do trabalho, estimulando a prática de relações solidárias e do protagonismo, na forma de uma Política Pública para Formação em Economia Solidária.

Dessa forma, o conhecimento tácito da experiência laboral deve ser incluído nos processos de aprendizagem para a formação em economia solidária assim como o ensino de conteúdos de gestão, finanças, contabilidade, *marketing*, economia, mercado, e qualquer outro conhecimento que possibilite a formação desse novo trabalhador, trabalhadora que é também, o gestor (a) de um empreendimento coletivo que precisa manter-se sustentável ao longo de sua existência, garantindo assim trabalho digno e renda para seus associados e suas famílias.

A relação entre capitalismo-trabalho-educação do trabalhador tem sido objeto de estudo de diversos autores, porém critica-se muitos desses estudos, afirmando-se que carecem de consistência teórica no trato da questão. Frigotto (2004) atribui essa insuficiência ao fato de que na maioria dos casos, as propostas tomam o trabalho, o conhecimento e a educação como categorias absolutas e a-históricas. Segundo o autor, deixa-se de considerar a especificidade destas práticas no contexto das relações sociais, que, na sociedade de classes, são relações de poder, de força, de violência, ignorando assim o movimento histórico do real, estabelecendo análises que vão do empirismo ao materialismo idealista ou mecanicista. No contexto histórico do capitalismo a relação capital-trabalho está permeada de conflitos e estes, na atual conjuntura, têm sua dimensão ampliada pelo crescente desemprego, exclusão e vulnerabilidade social, que afeta a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, tanto nos países periféricos como nas economias centrais.

A última crise no capitalismo mundial que teve início nos Estados Unidos da América, em setembro de 2008, aponta um cenário sombrio para os trabalhadores. Os mais diversos artigos de jornais e revistas nos levam a uma intensa reflexão a respeito do que os governantes e seus técnicos sabem sobre as crises do sistema capitalista, como eles lidam com tais fenômenos, as conseqüências de tais crises, chama a atenção,

ainda, o modo como governantes lidam com a economia real. Holland (2009) define este fenômeno como uma *crise tripla*. “É uma crise de liquidez (ou a sua ausência), é uma crise de insolvência (de problemas de pagamentos e de balanços), e ainda mais, é uma crise da moeda (*currency crisis*). Pode-se dizer que é uma crise do Dólar como moeda mundial, como reserva de valor internacional”⁵.

No Brasil, as conseqüências da crise podem ser observadas nos números que a economia registrou do quarto trimestre de 2008 ao primeiro trimestre de 2009, em que a economia brasileira encolheu em média 1,9%. Este período foi considerado o mais recessivo para um período de 3 (três) meses nos últimos 28 anos (CODACE/FGV, 2009)⁶.

Segundo o economista do Codace, Regis Boneli, este recuo foi mais do que o dobro da redução média registrada durante a mais longa recessão brasileira, que durou 11 (onze) trimestres: dos últimos 3 (três) meses de 1989 aos 3 (três) primeiros meses de 1992. No período, o encolhimento médio da economia foi de 0,7% por trimestre. Nas sete recessões anteriores à de 2008/09 a redução trimestral média do PIB brasileiro foi de 0,8%, bem menos intensa do que o recuo de 1,9% registrado por causa da crise financeira mundial. Com a crise, o *boom* de crescimento da economia brasileira foi interrompido. Segundo dados da mesma pesquisa da FGV, o período de crescimento econômico mais longo foi de 21 trimestres, do terceiro trimestre de 2003 ao terceiro trimestre de 2008 (CODACE/FGV, 2009).⁷

O relatório confirma ainda os dados já divulgados sobre o desemprego no Brasil. Como resultado da crise, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas pesquisadas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou de 7,3% no quarto trimestre de 2008 para 8,6% no primeiro e segundo trimestres de 2009". De acordo com a pesquisa

⁵ Ver MARCIO HOLLAND/FGV. Disponível em: www.fgv.com.br

⁶ A análise é do CODACE – Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicado em 2009.

⁷ O encolhimento da economia repercutiu de forma drástica na redução do nível da oferta de trabalho. O relatório "Tendências Mundiais de Emprego 2010", divulgado pela agência da Organização das Nações Unidas (ONU), revela que o número de desempregados no mundo, em 2009, foi de 212 milhões (OIT, 2010).

do IBGE, a taxa de desemprego no Brasil estava em 7,4% em novembro de 2009.⁸

O cenário sombrio para os trabalhadores do mundo piorou com a crise. A tendência registrada desde a década de 90 com a reestruturação produtiva leva a uma maior concentração do capital dos grandes oligopólios transnacionais que detém o domínio da ciência, da tecnologia, da microeletrônica e da robótica, produzindo cada vez mais, com menores custos como mecanismo de proteção do capital. Isso implica, principalmente, a redução drástica de postos de trabalho, os empregos tornam-se altamente especializados e exigem trabalhadores com qualificações e habilidades específicas para fazer a engrenagem funcionar. Sob os ditames da hegemonia do grande capital, justifica-se o desemprego estrutural como consequência natural do processo de desenvolvimento tecnológico e reestruturação econômica do mercado.

De outro lado, ou na economia real, a precarização do trabalho e o mercado de trabalho informal têm engendrado uma cultura do “empreendedor individual”, composto em sua maioria por aqueles trabalhadores que perderam o emprego, ou aquele que nunca teve emprego formal que, na luta pela sobrevivência e reprodução da vida material, lançam-se nas mais diversas atividades produtivas, mascarando, dessa maneira, a vulnerabilidade social pela perda de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora ao longo de séculos de luta.

Nesse contexto social, onde os excluídos pelo sistema capitalista buscam formas de trabalhar, consumir e existir, o ressurgimento das organizações coletivas vai definir o modelo organizacional da produção e estruturação social do trabalho, que tem como pressuposto a autogestão e a cooperação, configurando, assim, uma “nova economia”, denominada de economia popular solidária, ou economia da sobrevivência, ou ainda socioeconomia e tantos outros termos que designem as formas atuais de organização do autotrabalho.

O impacto que as mudanças econômicas têm gerado para tantas pessoas ao redor do mundo vêm alimentando o debate sobre as transformações ocorridas nos últimos vinte anos, inserindo a temática econômica, social e ambiental na agenda de discussão

⁸ As previsões contidas no relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT estima que a taxa de desemprego no Brasil chegue a 8% em 2010. Para efeito da projeção considerou-se um cenário de expansão de 3,5% da economia brasileira para o ano em curso, após retração de 0,7% do ano 2009.

no âmbito de foros de nações, no âmbito dos estados e municípios, cujos resultados apontam para as possibilidades de uma economia solidária e sustentável como alternativa de desenvolvimento local, de geração de trabalho e renda para populações em estado de miséria e vulnerabilidade social.

Autores como Singer (2000) vêem na nova economia elementos constitutivos que convergem para o novo socialismo, enfatizando a importância de um modelo de desenvolvimento para além do crescimento econômico que inclua a dimensão humana no bojo das questões sociais, da democracia na distribuição dos recursos entre as regiões e na sustentabilidade ambiental, como saída para a redução da pobreza e da exclusão social.

Os problemas locais têm merecido especial atenção e diversos estudos se voltam para as possibilidades de organização da produção, onde conceitos como cadeias produtivas, arranjos produtivos locais e redes de cooperação solidária se destacam como estratégias para a sustentabilidade do desenvolvimento local para além do mero crescimento econômico. Nesta perspectiva, os empreendimentos populares, as cooperativas de produção urbanas ou rurais, os micro empreendimentos formais ou informais, são uma forma de inserção social e organização do trabalho para geração de renda, evidenciando que outra economia é possível.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e autogestão são, na atualidade, uma realidade na nossa paisagem social (LAVILLE *apud* GAIGER, 1998). Como destaca Gaiger (1998), não se trata de uma falha de mercado, como querem os economistas neoliberais ortodoxos, ou uma realidade transitória que podemos ignorar. A chamada economia solidária desponta como horizonte de um modo de produção e consumo diferente do capitalista, agregando em seu âmbito milhões de pessoas que garantem o próprio sustento e o de suas famílias.

Enquanto uma *práxis* advinda do cotidiano de vida das pessoas que buscam formas de sobrevivência diferentes daquelas que estão inseridas em algum sistema de ocupação e renda formais, a economia solidária tem constado da agenda de discussões tanto por parte dos governos nas suas diversas esferas, seja para a implantação de

programas de geração de trabalho e renda, como também de intelectuais e acadêmicos preocupados com as transformações sociais ocorridas no mundo nas últimas décadas.

As discussões passam, tanto pela formulação de políticas de apoio e incentivo às iniciativas populares de produção, como pela necessidade de conceituar e denominar essas iniciativas. Nesse sentido, os mais idealistas vêem-na como uma alternativa ao capitalismo, outros como modo de organização social da produção, do trabalho e de repartição da renda a partir de categorias da economia política marxista. Portanto, um caminho para o novo socialismo e, para outros, como mecanismo de geração de ocupação, renda e inclusão produtiva dos mais pobres.

A despeito das denominações que se use para nomear uma prática de sobrevivência que vem sistematicamente garantindo a reprodução de muitas famílias e, apesar da crise sistêmica do capital, que gera sempre mais excluídos, urge encontrar respostas para os problemas do desemprego, do empobrecimento da classe trabalhadora e as perdas de direitos sociais que se vivencia na contemporaneidade. A economia solidária por si só, certamente não poderá resolver a pobreza do mundo, mas vem constituindo-se como uma alternativa para algumas centenas de pessoas excluídas pelo sistema capitalista em vários países periféricos do mundo e, de modo especial, no Brasil.

Dessa maneira, trabalhar na perspectiva da consolidação da economia solidária, via os empreendimentos econômicos solidários, sem dúvida é um passo importante. Para tanto, segundo autores como Singer (2002), Kraychete (2009) e Arruda (2007) é necessário enfrentar-se a questão da falta de educação-formação adequada, pois esta tem-se constituído como uma barreira para a superação da fragilidade destes empreendimentos, além da falta de sistematização de práticas de gestão adequadas à realidade dos mesmos que não sejam mera reprodução daquelas práticas recomendadas para a empresa capitalista. Assim, chamam a atenção para a importância de se formarem assessores-educadores que tenham familiaridade ou formação adequada para lidar com esses empreendimentos singulares via a intensificação da pesquisa acadêmica, a formulação de uma política pública para formação em economia solidária articulada interministerialmente, de forma que esta possa alcançar os EES urbanos ou rurais.

Ressalta-se que a formação aqui referenciada converge para a construção do que Arruda (2007), chama de *educação cooperativa*, ou *educação solidária*, que é aquela que visa contribuir para o empoderamento e a emancipação dos participantes dos empreendimentos. Trata-se da educação que parte dos saberes e da prática dos educandos e tem três objetivos complementares: apropriação do saber acumulado e já sistematizado; desenvolvimento das capacidades necessárias para fazer a crítica daqueles conhecimentos; apropriação dos instrumentos, conhecimentos e atitudes que propiciam a criação de novos conhecimentos para um novo fazer do mundo e de si próprio. A educação-formação solidária, nesta perspectiva, consiste na construção de sujeitos individuais e coletivos do seu próprio desenvolvimento e educação (ARRUDA, 2007).

É preciso levar-se em conta, ainda, que o universo da economia solidária no Brasil é composto por uma diversidade muito grande de tipos de empreendimentos - seja na forma jurídica (cooperativas, associações e empresas) seja na atividade desenvolvida. Assim, vale lembrar que essa diversidade vai exigir um esforço maior para sua compreensão e conceituação, no sentido de não nos deixarmos seduzir pela tendência de tudo empacotar num método ou modelo a ser reproduzido em escala. Dessa forma, ainda com base em Arruda (2007), o termo educação-formação utilizado neste estudo, significa um “processo educativo que visa a emancipação e não a domesticação dos participantes” dos empreendimentos da economia solidária.

Num horizonte do porvir, a educação para a economia solidária, enquanto uma prática social transformadora das relações dos homens e mulheres entre si e em sociedade, aponta para a construção de um projeto societário que contemple a diversidade de formas de reprodução material da vida para além da hegemonia do modo de produção capitalista e para a superação do trabalho alienado, fracionado. Buscando apoio nas considerações de Kuenzer (2002), tem-se que o trabalho, da forma como é concebido no modo de produção capitalista, precisa ser revisto. Diz ainda que é preciso começar a desenvolver-se uma nova concepção de trabalho a partir de novas formas de organizá-lo, que permita encaminhar a “superação da alienação do trabalhador, possibilitando-lhe participar do fruto do seu próprio trabalho, das decisões sobre ele e dos benefícios da cultura contemporânea”(KUENZER 2002, p.16).

Assim, a problemática proposta indaga sobre as dificuldades e obstáculos a serem enfrentados para a consolidação da economia solidária, que passa pela elaboração de uma formação adequada para que trabalhadores e trabalhadoras tenham êxito nas suas iniciativas coletivas, objetivando tornar o empreendimento econômica e socialmente sustentável. Passa também, pela constatação de que a maioria dos empreendimentos é formada por pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, o que pressupõe um trabalho educativo voltado para a construção de um conhecimento que ajude a superar essas limitações. Além da sistematização daqueles conhecimentos necessários à viabilidade econômica e gestonária destas organizações. Isto sinaliza a necessidade de elaboração de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos, considerando que as questões ligadas à sustentabilidade dos mesmos passam, ainda, pela eficiência na gestão de recursos, pelo conhecimento de variáveis como o ponto de equilíbrio, contabilização da reserva para manutenção e depreciação, orçamento de custos e despesas, etc. Passa enfim, pelo enfrentamento dos conflitos internos relacionados com a visão localista e imediatista dos participantes do empreendimento e a satisfação de suas necessidades materiais.

Considerando a importância do tema da educação para a economia solidária, para delimitar o problema, optou-se, neste estudo, por abordar a dimensão da formação em gestão democrática e viabilidade econômica como requisito para a sustentabilidade dos EES. A pesquisa exploratória sobre a formação em economia solidária foi realizada através de entrevistas com pesquisadores, a leitura de artigos publicados em livros, revistas e websites especializados. A experiência e afinidade da pesquisadora contribuíram para a escolha da Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves-COOPATAN como *locus* da pesquisa.

Por tratar-se de um trabalho de investigação das ciências sociais aplicadas, para a abordagem do problema da pesquisa, escolheu-se trabalhar com questões norteadoras. Segundo Santos (1996) “o problema há de possibilitar o desdobramento de questões ou hipóteses que possam estabelecer a utilização dos instrumentos e processos metodológicos [...]”. Assim, as questões descritas a seguir procuraram delimitar o problema que foi proposto:

- Como se estruturam os processos educativo-formativos da COOPATAN?

- Em que medida a formação em gestão democrática e a viabilidade econômica são articulados nos conteúdos do processo formativo da COOPATAN?

- A formação para a gestão democrática e a viabilidade econômica converge para a sustentabilidade da COOPATAN?

A escolha pela abordagem da formação em gestão democrática e viabilidade econômica define a moldura da análise desta pesquisa, pois a referida formação vem ao encontro de uma proposta educativa voltada para a construção de conhecimentos *para e com* os integrantes dos empreendimentos econômicos solidários contidos nas formulações de uma educação pela *práxis*, na definição de Arruda (2003), uma educação emancipadora. Diz ele: “a educação solidária, nesta perspectiva, consiste na construção de sujeitos individuais e coletivos do seu próprio desenvolvimento e educação”. Conclui afirmando que, conquanto se use o termo *formação* para referir-se a esta educação, deve-se entender o seu significado como um processo educativo que visa a “emancipação, e não a domesticação dos sujeitos” (ARRUDA, 2003).

Esta formação converge também para o pensamento freiriano, que concebe a educação popular e libertadora como aquela que tem como objetivo principal a reelaboração e difusão de uma nova concepção de mundo, de acordo com os próprios interesses dos grupos populares, enfim, uma educação problematizadora das relações de exploração e desigualdade existentes na sociedade. Além disso, esta proposta de educação envolve o desenvolvimento de atividades educacionais que não reproduzam relações de dominação, cujo objetivo principal é estimular a participação política dos grupos populares na transformação das condições opressivas de sua existência social (FREIRE, 1997).

Assim sendo, o estudo aqui proposto é uma reflexão sobre a educação que é ofertada aos inúmeros (as) sem trabalho das classes populares, aos precarizados que buscam no trabalho coletivo uma alternativa para sair da exclusão social a que estão submetidos por um sistema cada vez mais excludente e exclusivo, via a organização do autotrabalho nos empreendimentos da economia solidária. Nesta perspectiva, o presente trabalho revelou-se oportuno pelo ineditismo da sua abordagem, o que lhe confere o caráter de estudo científico, com objetivos claros e de relevância social. Assim, acredita-se que o estudo possa contribuir para a discussão da temática da formação em

gestão democrática e viabilidade econômica no contexto de uma educação pela *praxis* para a sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária.

Portanto, é de fundamental importância tornar claro a finalidade e o propósito da pesquisa que se estruturou no delineamento do seguinte objetivo geral: analisar, se a autogestão e a viabilidade econômica são princípios educativos da formação que é oferecida aos trabalhadores (as) da Coopatan. Para o detalhamento do objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os processos educativo-formativos da Coopatan;
- Verificar em que medida a gestão democrática e a viabilidade econômica são articulados ou não nos conteúdos, orientações e organização do processo formativo da Coopatan;
- Analisar em que medida os processos educativo-formativos da Coopatan prepara o associado para a prática da gestão democrática.

Para analisar em que medida a formação que é oferecida aos cooperados converge para a gestão democrática e a viabilidade econômica, optou-se por um método de investigação que favorecesse uma maior aproximação com o objeto da pesquisa. Essa escolha não é aleatória, ou neutra, ela expressa, uma visão de mundo, valores e compromisso com a transformação social. Expressa também o desejo de que essa pesquisa tenha em algum momento um sentido útil para a COOPATAN e/ou outros empreendimentos econômicos solidários.

Assim, o método escolhido para a realização da pesquisa foi o estudo de caso que é um tipo de pesquisa qualitativa de caráter exploratório que vêm ganhando crescente aceitação na área das ciências sociais, especialmente a área de educação, como também pela possibilidade de representação dos diferentes pontos de vista presentes numa situação social: a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a verdadeira. O pesquisador vai procurar trazer essas diferentes visões e opiniões a respeito da situação em questão e colocar também a sua posição. De acordo com a definição em Gil (2002, p.54): o estudo de caso “consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos”. Como esclarece o autor, este tipo de estudo explora situações da vida real, serve para

desenvolver teorias e explicar variáveis causais de um determinado evento. Além disso, segundo as contribuições de Yin (2001), como uma estratégia de investigação, o estudo de caso representa uma maneira de se investigar um tópico empírico, seguindo-se de um conjunto de procedimentos pré-especificados.

Para o desenvolvimento do estudo foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica foram observados os seguintes conceitos básicos: trabalho, educação e economia solidária. Esses conceitos estão delineados na articulação das categorias trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital, analisando as consequências sociais pelo aumento do desemprego e o crescimento do trabalho informal precarizado. A temática da educação está relacionada aos processos educativo-formativos que são ofertados aos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos econômicos solidários, uma vez que estes são fundamentais para a consolidação de outra forma de reprodução da vida material dos sujeitos enunciada na economia solidária.

Na pesquisa documental foram colhidos dados da cooperativa em estudo, através de jornais, documentos disponíveis no website da cooperativa, website da Fundação Odebrecht e outros. Os documentos pesquisados foram: estatuto, organograma, regimento interno, ata das assembleias, projeto pedagógico que orienta a educação-formação dos cooperados.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, a primeira se deu através de entrevistas semi-estruturadas com um roteiro pré-estabelecido em forma de questões, o que possibilitou inserir questões adicionais na medida da necessidade. Foram entrevistados 03 (três) dirigentes da cooperativa em outubro de 2009, o Diretor de Ensino e 02 (dois) Monitores da CFR em junho de 2010. Os sujeitos entrevistados apresentam o seguinte perfil educacional: a dirigente da cooperativa tem curso superior incompleto, os outros dois dirigentes, segundo grau completo. O diretor de ensino e os dois monitores são pós-graduados. Em função das dificuldades encontradas para prosseguir com as entrevistas na modalidade semi-estruturada, na segunda etapa a investigação foi feita a partir de entrevistas individuais com a aplicação de questionário estururado, em que se procurou obter dos sujeitos da pesquisa a maior quantidade de informações possíveis acerca das categorias de análise escolhidas. Nesta etapa da

pesquisa que ocorreu entre os meses de junho e julho de 2010, foram realizadas 09 (nove) entrevistas entre supervisor e trabalhadores da fábrica de farinha, produtores de mandioca, alunos e egressos da CRF⁹. Os entrevistados apresentam o seguinte perfil educacional: o supervisor da fábrica tem o segundo grau completo, os trabalhadores da fábrica não completaram o ensino fundamental. Dos dois produtores de mandioca entrevistados, um cursou até o 4º ano do ensino fundamental e o outro não é letrado, porém apresenta uma compreensão muito clara dos conceitos matemáticos e empresariais, sendo este um dos produtores de mandioca mais bem sucedidos da região. Tanto os alunos, como os egressos da CFR, apresentam perfil educacional compatível com o curso técnico.

Os contatos para as entrevistas foram feitos pessoalmente com a definição de uma agenda de entrevistas que ocorreram na sede da cooperativa e/ou na casa do cooperado e na escola da cooperativa (CFR). A realização das entrevistas se desenvolveu de forma satisfatória, cada encontro teve a duração de 120 minutos (em média). Cada entrevista foi transcrita e, ao final, sistematicamente, foi realizada a leitura da mesma com o entrevistado, o que proporcionou correções ou complementações feitas. A condição necessária assumida para a realização da pesquisa foi o consentimento expresso, livre e esclarecido dos sujeitos da pesquisa.

O plano de análise é de natureza predominantemente qualitativa. Categorias de análise dos documentos: formação, gestão financeira, divisão e participação no trabalho. Os dados extraídos dos documentos se dão a partir de alguns aspectos que constituirão as categorias de análise, os quais serão analisados à luz dos conceitos básicos.

Este trabalho está dividido em três capítulos, que apresentam o seguinte conteúdo: O primeiro objetiva contextualizar a problemática da pesquisa partindo do cenário da crise do capitalismo e do mercado de trabalho sobre a égide das políticas neoliberais e os interesses capitalistas dos países centrais. Neste contexto, entendemos que o empobrecimento da classe trabalhadora é consequência de uma política econômica que privilegia os interesses do grande capital em detrimento de direitos sociais duramente conquistados. Ao colocar em foco a realidade brasileira no contexto

⁹ A maioria dos entrevistados são cooperados, exceto os 03 monitores da CFR e 02 trabalhadores da fábrica de farinha que são profissionais contratados com carteira assinada para desempenhar uma determinada função na estrutura da cooperativa.

neoliberal: desemprego estrutural, a crescente expansão do trabalho informal, emerge a perspectiva da economia solidária como horizonte para uma nova dimensão de reprodução da vida material. Para tanto recorremos a autores que fazem a crítica ao capitalismo, discutindo suas idéias e as possibilidades de superação do atual contexto de exclusão ancorado na discussão conceitual sobre a categoria trabalho formal e informal, expondo o pensamento de autores como: Antunes (1999), Alves (2000), Pochmann (1998) para explicar a atual materialidade, sinalizando alguns desafios teórico-metodológicos a serem enfrentados por aqueles que acreditam na transformação social materializadas na economia solidária: as formas de organização do autotrabalho representadas pelos empreendimentos econômicos solidários.

No Capítulo 2 apresentamos as possibilidades de superação da pedagogia do capital. A temática da educação-formação em economia solidária tem despertado o interesse de várias instituições já que é exatamente no campo da formação que reside as maiores dificuldades para a sustentabilidade dos empreendimentos. Assim, são referenciadas aqui a proposta de formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária por se tratar de uma diretriz Nacional. A proposta de formação da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA apresenta a perspectiva da autogestão e viabilidade econômica como princípio educativo para os empreendimentos da economia solidária.

No Capítulo 3, descrevemos o resgate da cultura da mandioca no Baixo Sul e sua importância econômica e social para os municípios, assim como o desenvolvimento tecnológico para o aumento da produtividade. A experiência da COOPATAN, sua gênese e história, bem como a escola de formação dos cooperados, a Casa Familiar Rural-CFR.

As Considerações Finais encerram as reflexões e análises explicitadas ao longo desta dissertação, evidenciando os componentes sociais e humanitários que a economia solidária carrega constituindo-se estes em elementos de força propulsora das transformações sociais tão necessárias na contemporaneidade para o enfrentamento da face cada vez mais destrutiva do capital, que condena a uma vida de privações milhões de pessoas no mundo. Nesta perspectiva analítica, a educação assume um papel central na formação do novo homem e da nova mulher para uma nova sociedade.

1. AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO E A CRISE NO MERCADO DE TRABALHO

Do laissez-faire da modernidade ao salve-se quem puder na contemporaneidade!

O projeto da modernidade, nascido dos ideais Iluministas do século XVII propunha um ambicioso programa de transformação no mundo da sociedade arcaica para uma sociedade regida pela razão, onde as estruturas sociais seriam organizadas à luz dos novos princípios da filosofia e da ciência. Essa transformação visava, sobretudo, a *emancipação do homem* no plano do pensamento, libertando-o do dogmatismo religioso; no plano político, no sentido de libertar o homem do jugo dos tiranos e déspotas; e, no plano econômico, libertar os homens do reino da escassez e das necessidades para uma condição de sobrevivência mais digna (POLANY, 2000).

O surgimento do modo de produção capitalista como sistema organizativo da sociedade burguesa que se estruturou com a Revolução Industrial Inglesa do século XVIII representou uma ruptura com esses ideais de uma sociedade justa e igualitária. A sociedade de mercado, como afirma Polanyi (2000), nasceu na Inglaterra, espalhou-se pela Europa e, no século seguinte, por outros continentes, estabelecendo assim a economia de mercado, o livre comércio e o padrão-ouro.

Foi na intensificação do comércio entre as nações que começou a tomar corpo a idéia de um *mercado auto-regulável* que o economista inglês Adam Smith chamou de *laissez-faire*. Ele defendia que este era o sistema mais apropriado para o crescimento econômico, em que o trabalho produtivo era o mecanismo para se alcançar a riqueza de uma nação (SMITH, 1776). Ao final do século XVIII o sistema de mercado auto-regulável representou uma transformação completa na estrutura da sociedade, surgindo na Europa a moderna sociedade capitalista. O trabalho, juntamente com a terra e o capital, compunham os fatores de produção que, organizados em sistemas produtivos, multiplicariam o capital do investidor burguês.

Surge assim a nova classe burguesa ou capitalista, que será objeto de crítica por parte de Marx e Engels (KARL e FRIEDRICH, 1872), tomando o conflito de classes

fruto do antagonismo entre capital-trabalho que são intrínsecos ao modo de produção capitalista como as principais categorias teóricas que serão desenvolvidas ao longo da sua trajetória. Marx defendia a tese de que as crises sucessivas do capitalismo acabariam criando as condições objetivas que iriam viabilizar a revolução proletária. Entretanto, a crença de Marx e Engels, de que tanto o antagonismo entre capital e trabalho como as crises intrínsecas ao sistema capitalista seriam a condição para sua superação, sendo o proletariado o agente que faria a revolução. A história tem demonstrado que as crises cíclicas do sistema, longe de decretar o fim do capitalismo são em verdade o seu modo de reprodução. Como afirma Kuenzer (2005 p. 91) “O capitalismo traz inscrito em si, ao mesmo tempo, a semente de seu desenvolvimento e de sua destruição. É atravessado por positivities e negatividades, avanços e retrocessos, que ao mesmo tempo evitam e aceleram a sua superação”.

Desse modo, e apesar das crises cíclicas, a moderna civilização industrial vem se consolidando. De acordo com Hobsbawm (1995), desde o século XIX o mundo experimenta grandes transformações: há abundância de alimentos e produtos, prosperidade para as nações. Porém, ao analisar a história recente da civilização com seus avanços e recuos, o autor afirma que do ponto de vista da crise é no “breve século XX” – das guerras sangrentas, da crise de 1929 e outras catástrofes – que começa a desintegrar-se o projeto da modernidade. Com isso, desestruturam-se as nações ricas e, como consequência, os países do Terceiro Mundo¹⁰ vêm suas frágeis economias devastadas. O crash do mercado de ações de 1929 ou a Grande Depressão¹¹ como ficou

¹⁰ Terceiro Mundo – a expressão foi cunhada pelo economista Alfred Sauvy num artigo da *Le Nouvel Observateur* em 14 de Agosto de 1952. Era uma referência ao “Terceiro Estado”, expressão oriunda dos tempos da Revolução Francesa para designar quem não pertencesse à nobreza ou ao clero. Os termos “primeiro mundo”, “segundo mundo” e “terceiro mundo” eram usados para distinguir as nações mundiais em categorias econômicas. O “primeiro mundo” referia-se às sociedades de regime capitalista, o “segundo mundo” aos países de regime comunista e “terceiro mundo” para os países não alinhados, muitos deles países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia (KRUGMAN, 2009).

¹¹ O aumento artificial dos preços das ações era, em verdade, provocado pelo excesso de demanda. Muitas pessoas compravam ações incentivadas pela rápida valorização destas, colocando suas economias ou tomando empréstimos junto aos corretores – no final do verão americano, de 1929 o montante de empréstimos chegara a sete bilhões de dólares –, tornando a especulação a grande alavanca do crescimento do mercado de ações. Não havia, assim, segurança ou liquidez nessa enxurrada de capital que desembarcava em Nova York. Mas a aparência firme do mercado fazia dissipar qualquer preocupação com os empréstimos, e a especulação encontrava campo aberto e convidativo para se alastrar e aumentar ainda mais o valor das ações. Daí em diante o estouro da bolha tornou-se inevitável, cumulando com a queda vertiginosa dos preços das ações e como consequência deu-se o crash da Bolsa de Nova York, fenômeno histórico amplamente analisado que repercutiu tanto na economia americana como no resto do

conhecida a primeira crise global do sistema capitalista, deixou muitos intelectuais da época convencidos de que o capitalismo fracassara como sistema econômico. Eles acreditavam que o mundo ocidental só emergiria da Grande Depressão se adotasse a economia centralizada. Contrariando o pensamento de muitos, o economista John Mynard Keynes afirmava que o capitalismo não estava condenado, que um tipo de intervenção muito limitado – algo que deixasse intacta a propriedade privada e as decisões individuais – seria suficiente para reativar o sistema capitalista. Seu plano de intervenção macroeconômica era uma combinação de redução das taxas de juros e aumento dos gastos públicos financiados por déficits orçamentários, capaz de manter a economia de livre mercado mais ou menos estável, a níveis próximos do pleno emprego. Com efeito, o “pacto Keynesiano” ajudou a restaurar a crença na economia de mercado.

Ainda segundo Hobsbawm (1995), apesar desses graves eventos, os países mais desenvolvidos e até mesmo a parte socialista do mundo tiveram um crescimento espetacular a partir da década de 1950 a qual nomeia “A Era de Ouro” do capitalismo, que se estende até o início dos anos 1970 quando a crise que se abate sobre o mundo decreta o fim das “ilusões perdidas” e aponta para a desestruturação dos sistemas produtivos e, com ele, a desarticulação do mundo do trabalho.

A crise de 1973 que ficou conhecida como o primeiro *choque do petróleo* nos países do Oriente Médio, em que os maiores produtores mundiais de petróleo, à época, deram-se conta que o *ouro negro* era um bem não-renovável, portanto um bem escasso. A estratégia usada por esses países para impor seu poder às nações ricas consistia em diminuir a produção e elevar o preço do barril que saltou de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. Essa foi a primeira grande crise mundial do pós-guerra que interrompeu a trajetória de crescimento tanto nos países industrializados como nos subdesenvolvidos, representando, principalmente para a América Latina, a desestruturação de suas economias pela combinação de rápida escalada inflacionária, redução da demanda interna, aumento estratosférico da dívida externa e do desemprego.

mundo. (Especial, VEJA, *outubro de 1929*) Disponível em: veja.abril.com.br/historia/crash-bolsa-nova-york/especial-quebrou-panico-aco-es-wall-street.shtml. Acessado em: 16.10.2009.

Em 1979, a paralisação da produção iraniana, em consequência da revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, provocou o segundo grande choque do petróleo, elevando o preço médio do barril ao equivalente a US\$ 80 atuais. Os preços permaneceram altos até 1986, quando voltaram a cair e se estabilizaram.

Na mentalidade liberal ortodoxa, as crises do capitalismo são entendidas como coisa temporária, simples "ajustes de mercado", sem maiores consequências, mais em verdade não foi o que ocorreu e vem ocorrendo no mundo. As crises da década de 1970 desembocaram numa recessão nos anos 1980, com a estagnação econômica atingindo em cheio as economias do Terceiro Mundo, com uma combinação de descontrole da inflação, desemprego e crescimento da dívida externa, puxado principalmente pelo aumento das taxas de juros internacionais.

O remédio para resolver esses “males” surge do Consenso de Washington, (WILLIAMSON, 1990): "o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina” através da materialização das políticas neoliberais, da globalização da economia, da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações capital-trabalho, cujas consequências irão refletir-se nas décadas seguintes com o aumento do desemprego e da pobreza dentro e entre os países.

As recomendações contidas no ideário neoliberal operam de forma objetiva na esfera do Estado através da não intervenção na economia – Estado mínimo – e, no mercado de trabalho via extinção de postos de trabalho desencadeando o desemprego estrutural. Segundo Antunes (1999), a década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Diz ainda:

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (ANTUNES 1999, p.23)

Com isso o novo paradigma da acumulação flexível de base microeletrônica, intensivo em tecnologia e inovação invadiu o universo fabril na década de 80¹² mesclando-se e, em alguns casos, substituindo o sistema de produção em massa representado pelo fordismo e o taylorismo. Novos processos de trabalho emergem e a produção em massa dos *tempos e movimentos* são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização, por novos padrões de busca de produtividade, pela adequação da produção à lógica do mercado (MURRAY, SABEL, PIORE e outros *apud* ANTUNES, 2008 p. 24).

Ainda segundo o mesmo autor, o maior impacto advém dos novos padrões de gestão da força de trabalho – Círculos de Controle da Qualidade, gestão participativa – e a busca da qualidade total, trazidos à cena pelo toyotismo¹³ que foi primeiramente implantado na indústria japonesa, substituindo o padrão fordista em vários países de capitalismo avançado e os do Terceiro Mundo industrializado. Os desdobramentos dessas transformações para o mundo do trabalho podem ser percebidos na desregulamentação dos direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. Este processo de precarização do trabalho via eliminação dos direitos trabalhistas duramente conquistados pela classe trabalhadora envolve ainda um alto grau de insegurança com relação a alguns aspectos como: a permanência no trabalho, trabalho temporário, baixa remuneração, terceirização, dentre outras.

Ademais, a flexibilização produtiva ainda se assenta em um novo modelo de aproveitamento da força de trabalho e da organização da produção capitalista, utilizando-se da produção em pequenos lotes chamado de *facção* ou via *sistemistas*¹⁴,

¹² Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da ‘Terceira Itália’, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado ‘Kalmarianismo’), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar. (ANTUNES, 2000 p. 23)

¹³ Toyotismo ou o modelo japonês (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que originou o modelo na Toyota: Fases: trabalhador polivalente (opera várias máquinas); automação (aumento da produção sem aumentar o número de trabalhadores); *just in time/kanban* (técnica de gestão dos supermercados dos EUA – reposição dos produtos somente após sua venda) (Antunes *apud* Coriat, 2000 p30-31)

¹⁴ Hierarquização dos fornecedores no setor automotivo: No Nível 1 (Primeiro Nível ou *First Tier* ou ainda Fornecedores de Primeira Linha) ficam os chamados “**sistemistas**”, que são os responsáveis pela

em contraposição à produção em escala, diminuindo os custos e tempo de produção, a subtração de impostos e encargos sociais, o que faz aumentar substancialmente o lucro do capitalista.

Hobsbawm (1995), ao analisar a tendência a partir das décadas de 70 e 80, de perdas irreversíveis de postos de trabalho motivados pelo uso intensivo de tecnologia assinala que este fenômeno se agrava em face da perda de capacidade financeira dos Estados nacionais e pelo desmonte dos Estados sob a égide neoliberal. Para este autor, se quisermos ter um futuro reconhecível e sem barbárie, não podemos continuar dentro da lógica nem do passado e nem do presente do capitalismo. A continuidade desta lógica somente se manterá mediante o aumento da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e aumento da exclusão. Conclui afirmando que “não sabemos para onde vamos, somente sabemos o que nos trouxe até aqui”.

No Brasil, a reestruturação produtiva toma impulso na década de 1990, consagrando o toyotismo como um modo de organização da produção cujos princípios e dispositivos estão voltados para adequar a produção de mercadorias às determinações do novo regime de acumulação de capital. Alves (2000), ao realizar uma análise dos impactos da chamada acumulação flexível no ABC paulista, indica o quanto as modificações técnico-organizacionais afetaram objetiva e subjetivamente o modo de ser dos trabalhadores e contribuíram para a precarização do trabalho, para o arrefecimento da luta de classes e, por conseqüência, para a crise do sindicalismo brasileiro, configurando, desta forma, o novo e precário mundo do trabalho. Diz o autor: “o toyotismo instaura uma nova hegemonia do capital, no plano da produção de mercadorias, articulando de modo original, coerção capitalista e consentimento operário” (ALVES, 2000 p. 39).

Baseado no princípio da fábrica racionalizada, os operários parcelares (do fordismo) são substituídos por operários polivalentes que, divididos em grupos de trabalho, competem entre equipes e entre si. Com o toyotismo, instituiu-se um maior

entrega de sistemas de peças completos às montadoras (modularização). No Nível 2 (Segundo Nível ou *Second Tier*) encontram-se os produtores de peças e componentes que fornecem aos sistemistas e nos Terceiro e Quarto Níveis localizam-se os fabricantes de peças isoladas, mais simples que as demais, e os produtores de matérias-primas. O resultado deste processo é um grau de eficiência mais elevado, à medida que a montadora dedica-se às atividades de maior valor agregado, transferindo aquelas de menor valor agregado para os seus fornecedores, que operam integrados entre si e sob a coordenação e supervisão da montadora.

controle entre trabalhadores e num maior envolvimento do trabalhador no seu ofício: “A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores (...). Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto, este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia” (ANTUNES, 1999).

Para Alves (2000), é importante ressaltar que embora mudanças tenham ocorrido na natureza do trabalho industrial, nas condições e interesses dos operários, no estatuto e nos salários, as relações estruturais permanecem fundamentalmente as mesmas. Diz:

“Na pós grande indústria não desaparece a subordinação material do trabalho ao capital. Ao contrário, se restabelece uma nova oposição entre o indivíduo e o processo material, o que implicaria considerar o surgimento de um novo estranhamento. A subsunção real do trabalho ao capital assumiria um novo sentido – é a subordinação formal - intelectual (ou espiritual)” (MÉSZÁROS *apud* ALVES, 2000 p. 71).

As mudanças introduzidas pela reestruturação produtiva – terceirização, *just in time/kaban*, implementação de novas tecnologias, realocização geográfica de diversas empresas - repercutiram na forma de demissões em massa, na modificação da estrutura dos trabalhadores industriais ocasionando a fragmentação da classe operária. Este fato é intrínseco à crise do sindicalismo moderno: “há uma crise dos intelectuais orgânicos da classe, sindicatos e partidos socialistas, capazes de desenvolver a consciência necessária de classe” (MÉSZÁROS *apud* ALVES, 2000 p. 65).

Assim, o autor explica que a grande perda sindical adveio com a inversão de seus valores defendidos: os sindicatos deixaram de ser um lugar de reivindicações políticas contra o modelo de acumulação capitalista e em prol do sentido de classe, para se adaptar ao capital e suas estratégias:

“(...) o abandono de estratégias sindicais de classe e da crítica do controle do capital na produção, assumindo, ao contrário, estratégias sindicais pró - ativas à lógica do capital, compatível com o espírito do toyotismo, que incentiva o operário a pensar “pró- ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (MÉSZÁROS *apud* ALVES, 2000 p. 83).

É, nesse quadro que os sindicatos neocorporativistas surgem: eles são fruto de mudanças políticas e ideológicas ocorridas nos sindicatos de classe – o que repercute, segundo Alves (2000), em políticas sindicais de colaboração com o capital.

“O cerne essencial da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho.” (MÉSZÁROS *apud* ALVES, 2000, p.85)

Desse modo, para Alves (2000) a implantação do toyotismo como modelo de organização industrial no Brasil significou “a constituição lenta (e contraditória) de uma nova hegemonia do capital na produção e o desenvolvimento de um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil”.

“A crise política (e ideológica) das estratégias de classe criou as condições “subjéctivas” para a nova hegemonia do capital na produção. É uma variável política decisiva se considerarmos que, o que se procura constituir com o novo complexo de reestruturação produtiva, caracterizado pelo toyotismo sistêmico, é uma captura da subjéctividade operária pela lógica do capital, um novo consentimento operário (ativo e propositivo), em especial no plano de suas organizações sindicais, compatível com as necessidades da produção capitalista na pós grande indústria (o que implica debilitar posturas classistas de cariz socialista, avessas à parceria do capital na produção)” (ALVES, 2000 p. 190).

Por fim, o processo de terceirização, a flexibilização das leis trabalhistas, Lei do Trabalho Temporário de 1998, significou e, ainda significa, a consolidação da flexibilização da produção e do trabalho, portanto, a instauração de uma nova estrutura de organização do trabalho. As consequências desse processo irão se refletir principalmente pelo aumento crescente do desemprego estrutural e pela expansão do trabalho informal precarizado.

1.1 TRABALHO FORMAL, TRABALHO INFORMAL: A ECONOMIA (IN) VISÍVEL

O Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe da Organização Internacional do Trabalho – PREALC/OIT , aponta que na década de 1980 o percentual

de trabalhadores brasileiros na informalidade atingia 24% da População Economicamente Ativa – PEA, saltando para 29% em 1990. Os dados da OIT evidenciam o contínuo crescimento do trabalho informal no Brasil e demais países da América Latina, em detrimento do trabalho regulamentado e/ou protegido por legislação específica. Todavia, vale ressaltar, que o crescimento da informalidade do trabalho se inscreve em um período marcado pelo desemprego contínuo no mercado formal que se inicia na década de 80, rompendo, dessa forma, com a trajetória de estruturação e crescimento do mercado de trabalho brasileiro ocorrido em décadas anteriores.

Os impactos dos programas de estabilização monetária e ajustes macroeconômicos implementados à partir de 1990, abertura comercial, estabilização monetária ancorada no dólar, a privatização de empresas estatais, a redução do Estado, a desregulamentação do mercado financeiro e os ajustes no padrão de competitividade e nos sistemas de proteção social, elevaram ainda mais a desaceleração de expansão do emprego assalariado regular, elevando, assim, as taxas de desemprego.

Ainda de acordo com o PREALC, no início da década de 80 havia 2 milhões de pessoas em ocupações informais, saltando para 7 milhões no início da década de 1990. Dessa maneira, o trabalho informal parece despontar como um recurso e abrigo dos trabalhadores face à escalada do desemprego, evidenciando que muitas famílias encontram formas de sobrevivência e reprodução ampliada da vida para além das estruturas formais de mercado, fomentando uma economia que começa a tornar-se visível por seu volume e representatividade.

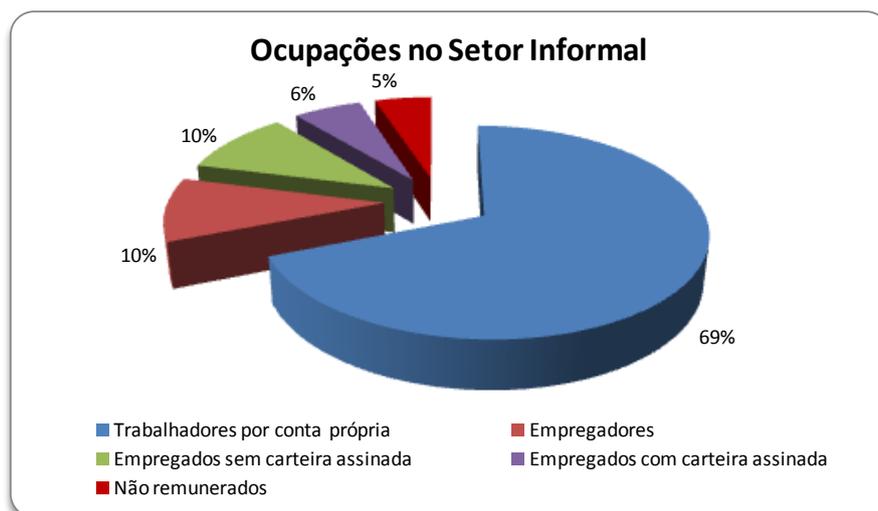
A Pesquisa da Economia Informal Urbana – *Ecinf*¹⁵ realizada pelo IBGE em outubro de 2003, reforça o argumento da força da economia informal, demonstrando

¹⁵ A Pesquisa da Economia Informal Urbana (ECINF) é realizada pelo IBGE e tem como finalidade identificar as atividades econômicas de unidades produtivas que não são acompanhadas pelas bases estatísticas disponíveis, ou o são apenas parcialmente, e dimensionar a sua importância na geração de emprego e renda. As atividades informais registradas na pesquisa ECINF 2003 compreendem as unidades econômicas pertencentes aos trabalhadores autônomos e com até cinco empregados, incluindo todos os proprietários (sócios) desses empreendimentos, independentemente de possuírem constituição jurídica. Em 2003, ano da última edição da pesquisa, o IBGE e o SEBRAE realizaram estudos sobre as atividades empreendedoras informais urbanas no Brasil nos anos de 1997 e 2003, abrangendo todos os Estados e as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 04/10/2009.

que existiam no Brasil 10.525.954 pequenas empresas não agrícolas, das quais 98%, ou seja, 10.335.962 pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em relação à pesquisa anterior, de 1997, houve crescimento de 10% no número de pequenas empresas. O aumento dos postos de trabalho nas empresas informais foi de cerca de 8% no mesmo período. A economia informal gerou ainda, R\$ 17,6 bilhões de receita e ocupou um quarto dos trabalhadores não-agrícolas do País, evidenciando assim, a tendência de expansão do trabalho informal que de 1997 a 2003 aumentou em 9,1%. A evolução dos principais indicadores das empresas informais nos anos de 1997 e de 2003 demonstra essa tendência:

- O número de microempresas empregadoras com até cinco empregados e de trabalhadores autônomos passou de 9.477.973 unidades, em 1997, para 10.335.962, em 2003 (crescimento de 9,1%);
- Por tipo de empresa, os trabalhadores autônomos aumentaram em 11,6%, enquanto os empregadores diminuíram em 6,6%;
- O número total de pessoas ocupadas nas empresas passou de 12.870.421 para 13.860.868 (7,7%);
- Nas empresas dos trabalhadores por conta própria ocorreu aumento de 10,7% na quantidade de pessoas ocupadas, enquanto nas empregadoras houve redução de 7,7% (IBGE, 2003).

Dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal (vide Gráfico 1), 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não remunerados. Com relação às questões de gênero, vale ressaltar, que na maior parte das categorias predominava o sexo masculino (64% do total de pessoas ocupadas).

Gráfico 1: Ocupações no Setor Informal

Fonte: Pesquisa da Economia Informal Urbana – ECINF, IBGE, 2003

Quando segregamos os dados da pesquisa, verifica-se a predominância das mulheres nas atividades não-remuneradas (64% do total de pessoas ocupadas). Por outro lado, a maioria das empresas do setor informal (88%) pertencia a trabalhadores por conta própria. Apenas 12% eram de pequenos empregadores. Das empresas pesquisadas, 95% tinham um único proprietário e 80% apenas uma pessoa ocupada.

Conforme evidenciado na Tabela 1, as atividades econômicas preponderantes no setor informal eram *Comércio e Reparação* (33%), seguido de *Construção Civil* (17%), *Indústria de Transformação e Extrativa* (16%). Do total de pequenas empresas ligadas à Construção Civil, 99,8% eram informais. A segunda maior proporção de empresas informais foi identificada entre as de *Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais*: do universo de pequenas empresas ligadas a essas atividades, 99,3 % eram informais. Por outro lado, as de *Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços* prestados às empresas apresentaram maior participação de empresas formais (4,3%).

Considerando o dado apresentado anteriormente, de que 99,3% das atividades produtivas informais estão concentradas em *Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais*, podemos inferir que tal situação demonstra a baixa valorização do trabalho feminino, dada a predominância de mulheres em atividades não remuneradas.

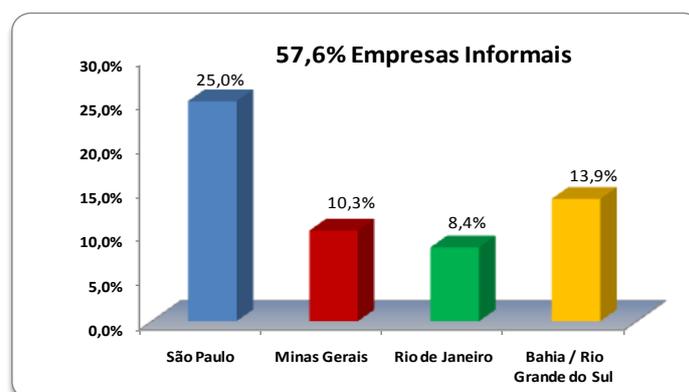
Tabela 1 – Empresas não agrícolas com até 5 empregados e Empresas do setor informal, segundo os grupos de atividade – Brasil – 2003

	Empresas não agrícolas com até 5 empregados		Empresas do Setor Informal	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Total	10.525.955,00	100,00%	10.335.962,00	100,00%
Indústrias de Transformação e Extrativa	1.652.597,00	15,70%	1.630.580,00	15,78%
Construção Civil	1.812.185,00	17,22%	1.808.840,00	17,50%
Comércio e Reparação	3.505.441,00	33,30%	3.403.804,00	32,93%
Serviços de Alojamento e Alimentação	729.078,00	6,93%	719.107,00	6,96%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	837.297,00	7,95%	831.421,00	8,04%
Atividades Imobiliárias, aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	684.663,00	6,50%	655.467,00	6,34%
Educação, Saúde e Serviços Sociais	351.742,00	3,34%	341.135,00	3,30%
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	829.776,00	7,88%	823.751,00	7,97%
Outras Atividades	35.355,00	0,34%	34.036,00	0,33%
Atividades mal definidas	87.821,00	0,83%	87.821,00	0,85%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Economia Informal Urbana 2003.

Em 2003, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul concentravam 57,6% das empresas do setor informal do total das pequenas empresas investigadas. A proporção de pessoas ocupadas nos cinco estados representava 56,4% dos 13,9 milhões de trabalhadores na informalidade. São Paulo, isoladamente, concentrava 25% ou 2.581.820 empresas informais, seguido de Minas Gerais, com 10,3% ou 1.049.774 empresas; e Rio de Janeiro, com 8,4% ou 863.435 empresas informais. Os estados onde há maior participação do setor informal (99,45%) dentre as pequenas empresas, são o Espírito Santo e o Acre. O Mato Grosso apresenta a maior proporção de empresas formalizadas (3,97% do total), das suas 141.133 pequenas empresas não agrícolas, 5.610 estavam formalizadas.

Gráfico 2: % Empresas Informais



Fonte: Pesquisa da Economia Informal Urbana – ECINF, IBGE, 2003

Com relação ao significado e alcance do conceito de setor formal e informal não há um consenso entre os diversos autores e instituições. A magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países, sobretudo porque estes aspectos estão diretamente ligados ao nível de desenvolvimento e da estrutura de suas economias. O IBGE se baseia nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (janeiro de 1993) e considera que:

- para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não a seu status legal ou às relações que mantêm com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais; e pode levantar resistência junto aos informantes;
- a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa. Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados,

moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.¹⁶

Os dados revelados na pesquisa sobre a informalidade no trabalho descortinam um setor econômico marcado pela heterogeneidade, pelo dinamismo e pela ausência de participação do poder público. Revelam ainda, que as interpretações que muitos autores fazem deste setor, têm como pressupostos análises muito diversas a respeito dos atores definidos como informais, suas características, seus limites, possibilidades e sua contribuição para o desenvolvimento e crescimento econômico do país. Portanto, um melhor entendimento sobre o fenômeno da informalidade e a busca de novos caminhos analíticos são exigências básicas para o entendimento da categoria trabalho na contemporaneidade bem como para a formulação de políticas públicas de apoio ao setor.

Trazendo a contribuição de Pochmann (1998) para a discussão, sua análise sobre o comportamento ocupacional no país leva em conta as duas dimensões ocupacionais do mercado de trabalho (organizado e não organizado) adotadas na década de 70, com o objetivo de superar as insuficiências das abordagens tradicionais sobre uma falsa dualidade no mercado de trabalho, definida entre os setores formal e informal. Para ele a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro ocorrido a partir da década de 80 configura-se pela redução do assalariamento com registro, pela expansão do desemprego e pelo crescimento de ocupações não organizadas.

Ainda segundo o mesmo autor, por segmento organizado deve-se entender aquelas ocupações mais homogêneas geradas por empresas capitalistas, ou seja, são os empregos regulares assalariados. Já o segmento não-organizado diz respeito às ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume características tipicamente capitalistas, isto é, próprio das economias em estágio de subdesenvolvimento. Chama a atenção para o fato de que essas ocupações não-organizadas encontram-se incluídas de forma dependente e subordinadas à dinâmica capitalista, sendo que este segmento

¹⁶ O IBGE se baseia nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (janeiro de 1993).

Fonte: Anais da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (janeiro de 1993).

revela um espaço econômico limitado na absorção da força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista. (POCHMANN, 1998 p. 65-66).

As categorias de organização econômica não-capitalista que melhor ilustram a realidade desse segmento são as empresas familiares, os trabalhadores por conta própria, pequenos prestadores de serviços e serviço doméstico (trabalho a domicílio, trabalho por peça, vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates etc) No período recente, entretanto, com as transformações ocorridas nas grandes empresas capitalistas (terceirização, redução de hierarquias funcionais, novas tecnologias e formas de gestão da produção e de organização do trabalho), pode-se notar o surgimento de novos relacionamentos entre a empresa capitalista e o segmento não-capitalista (trabalho irregular, parcial, a domicílio etc) (POCHMANN, 1998 p. 66).

Antunes (1999) acrescenta que as transformações ocorridas no mercado de trabalho são resultado de um processo de “maior heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”, como resultado do brutal crescimento do desemprego estrutural em escala global. Para ele há uma “processualidade contraditória” que de um lado reduz o operariado industrial; e de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Que também incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos.

Apesar das diferentes formas de abordagem, entretanto, pode-se identificar uma convergência de sentido para a definição do *trabalho informal*, que seria a precariedade das unidades de trabalho e das condições e relações de trabalho. A precariedade, portanto, é o registro balizador das definições do trabalho informal na perspectiva apresentada nesta dissertação. Assim, ele passa a ser interpretado como um problema a ser solucionado, sobretudo quando se tem como modelo de comparação as formas que caracterizam a economia formalizada.

Por outro lado, há ainda autores que convergem para uma interpretação diametralmente oposta, abordando o trabalho informal pela sua positividade. Singer (2000), na sua análise sobre as alternativas econômicas ao capitalismo, percebe o trabalho informal e as manifestações de organização do autotrabalho como uma expressão de resistência dos agentes econômicos face às ações regulacionistas do Estado e à hegemonia do sistema capitalista. Desse modo, os atores envolvidos no setor

informal seriam “*heróis*” que se colocam como opositores ao mercado como a instância reguladora por excelência da economia e das relações sociais.

1.2. UMA ECONOMIA COM SOLIDARIEDADE, UTOPIA OU REALIDADE?

O trabalho *informal*, como perspectiva, para além dos aspectos legais de formalização ou informalização de empresas, para muitos é interpretada como uma solução diante da crise econômica para a sobrevivência de milhares de pessoas que estão à margem do sistema de proteção social no Brasil. Pode também ser interpretada como possibilidade para a retomada e fortalecimento da luta dos órgãos de representação dos trabalhadores pelos direitos historicamente conquistados. Além de constituir-se como alternativa para a ampliação de políticas públicas de apoio aos empreendimentos populares (cooperativas de produção urbanas ou rurais, micro empreendimentos familiares), como forma de inserção social e organização do autotrabalho para geração de renda. Evidenciando assim, que uma outra economia que tenha na solidariedade a forma ampliada de sobrevivência digna.

O conceito ou idéia de Economia Solidária não é contemporâneo, ele tem como inspiração o princípio do cooperativismo que aparece na Europa entre os séculos XVIII e XIX, como um movimento de reação dos artesãos ao advento da máquina a vapor, através da organização do trabalho cooperado. De acordo com Singer, “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER 2002, p.24).

Na Grã-Bretanha, pátria da Primeira Revolução Industrial, a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais, explorava-se o trabalho de crianças em tenra idade, os trabalhadores eram submetidos a extensas jornadas de trabalho em condições bastante adversas, convivendo com altas taxas de mortalidade de trabalhadores por esgotamento físico e doenças. Para aqueles que conseguiam sobreviver a essas condições tão difíceis, a elevação da produtividade do trabalho era um desafio insuperável. É neste cenário de extrema exploração do trabalho humano que

se forma as bases para o trabalho associativo, em princípio apenas observado na organização familiar.

O conceito de trabalho cooperado foi elaborado pelo industrial britânico Robert Owen, que pretendeu implementar um plano de ajuda aos pobres e desempregados que seria patrocinado pelo governo. A idéia era que o governo comprasse terras onde seriam construídas as chamadas *Aldeias Cooperativas*, nestas, as famílias produziriam para o seu sustento e os excedentes poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com isso, defendia Owen, haveria economia de recursos do governo, aumento do consumo e deste modo a Grã-Bretanha sairia da depressão que se seguiu às guerras na Europa pós Revolução Francesa no início do século XIX. Para Owen, a Aldeia Cooperativa seria o embrião da sociedade do futuro socialista, talvez por isso mesmo, o governo britânico tenha se recusado a implementar o plano (SINGER, 2002).

Singer (2002) concorda que “o raciocínio econômico de Owen era impecável” afirmando que o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devido a queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Portanto, a geração de trabalho contribui para expandir a criação de riqueza, permitindo rápida recuperação do valor investido por parte do governo. Isso foi demonstrado de outra forma por John M. Keynes, também britânico, durante a terrível crise da década de 1930” (SINGER, 2002 p. 25-26).

A primeira cooperativa inspirada nas ideias de Owen, surgiu em Londres por volta de 1821, criada por George Mudie. Esta, reunia jornalistas e gráficos, que criaram o primeiro jornal cooperativo o *The Economist*. Uma outra cooperativa foi fundada em 1826, a Comunidade de Orbiston que iniciou inclusive experiências na área de educação e num sistema de repartição baseado no pagamento igual de hora trabalhada para todo trabalhador da cooperativa.

Os princípios do cooperativismo foram sistematizados e difundidos por Dr. William King, mais conhecido como “médico dos pobres” que em 1828 após uma tentativa fracassada com a Cooperativa de Troca (Co-operative Trading Association), fundou a Brighton Association através da publicação *The Co-operator*.

É neste contexto de difusão e crescimento do cooperativismo de inspiração owenista, que o movimento sindical ganha força através da organização em sindicatos de diversas categorias de trabalhadores, sendo fundada em 1833-34 o *Grand National Consolidated Trades Union*. De acordo com Singer “possivelmente a primeira central sindical do mundo” (SINGER, 2002 p. 28-29).

As lutas empreendidas pelas sociedades cooperativas ligadas aos sindicatos não se restringiam apenas às questões ligadas aos trabalhadores, mas, para além disso, a ideia era tomarem o lugar da empresa privada no mercado, fomentando assim a autogestão, o trabalho cooperado e o fim do assalariamento.

“Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [do século XIX] eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Beneficentes cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria” (COLE *apud* SINGER, 2002 p. 29).

As chamadas cooperativas integrais (produção e consumo) surgem na Grã-Bretanha por volta de 1844, sendo a maior e mais importante a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada por operários qualificados de diversos ofícios na cidade de Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra. Na mesma época, surge na França, as cooperativas de produção e em 1850 são criadas na Prússia as primeiras cooperativas de crédito urbanas e (GAWLAK; RATZKE, 2004).

As cooperativas de trocas surgiram como alternativa ao comércio tradicional que visava o lucro. Os bazares ou bolsas escoavam boa parte da produção das cooperativas operárias, sendo o National Equitable Labour Exchange (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo), criada por Owen, sem dúvida, um importante estímulo para que as trocas se intensificassem entre os cooperadores. A iniciativa, estimulou inclusive a criação de outras centrais nas cidades de Liverpool, Birmingham, Glasgow e tantas outras.

As trocas realizadas nos bazares eram feitas através de moeda própria – as *notas de trabalho* – cuja equivalência era determinada pelo número de horas gastas na

fabricação da mercadoria, sendo o lucro excluído na formação dos seus preços. A “Labour Exchange”, assim como boa parte do movimento cooperativo operário experimentaram uma fase de declínio, levando a primeira encerrar suas atividades em 1834.

O golpe fatal tanto ao movimento cooperativista mas, sobretudo, ao crescente movimento sindical, veio em forma de uma greve reversa ou “lock-out”; greve patronal, que consistia na demissão de trabalhadores sindicalizados, primeiro os da construção, depois os das indústrias têxteis e tantas outras, foram surgindo em várias cidades industriais da Grã-Bretanha. Os sindicalizados e as cooperativas de operários, assim como Owen e seus discípulos juntos, partiram para a ofensiva numa tentativa de reverter a situação, sem no entanto obter êxito.

“E uma após a outra, as associações de ofício foram deixando o sindicato, que no fim de 1834 se extinguiu. As oficinas cooperativas em Derby tiveram de fechar, e os homens foram forçados a voltar ao trabalho nas condições impostas pelos empregadores. O Sindicato dos Oleiros, que montou uma olaria cooperativa em junho de 1834, teve de abandoná-la seis meses depois. A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória” (SINGER, 2002, p. 35 *apud* COLE, p. 29)

O movimento cooperativista iniciou-se no Brasil com a primeira cooperativa de consumo que foi criada em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, as cooperativas se expandiram para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul (RECH, 2000).

Em 1902, surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. A partir de 1906, se desenvolveram as cooperativas rurais, idealizadas por produtores agropecuários. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

Com a Constituição de 1988, foi definida a Política Nacional de Cooperativismo, através da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 2005a, p.1-2), instituindo assim, o regime jurídico das sociedades cooperativas, que apresenta, nos incisos de I a XI do art. 4º, alguns elementos definidores, tais como:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços.
- II – variabilidade do capital social representado por cotas partes.
- III – limitação do número de cotas partes do capital para cada associado, facultado porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais.
- IV – inacessibilidade das cotas partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade.
- V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério de proporcionalidade.
- VI - “quorum” para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital.
- VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.
- VIII – indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social.
- IX – neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.
- X – prestação de assistência aos associados e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa.
- XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

No ano de 1998 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), instituição integrada ao Sistema “S” sendo esta responsável pelo ensino, formação profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras (OCB, 2004).

É importante salientar, como argumenta Singer (2002), que as cooperativas brasileiras, as de consumo e as agrícolas, criadas nesta época não eram autogestionárias, e ainda nos dias atuais, tanto a direção como as pessoas que aí trabalham são assalariadas e por isso não se pode considerar que estas sejam os primórdios da economia solidária como o foram, as cooperativas européias, forjadas no seio do movimento operário e sindical e geridas por autogestão.

Sendo assim, considera-se que no Brasil a economia solidária aparece na década de 1980, como um movimento de resistência e sobrevivência ao desemprego. De acordo com o argumento de Singer (2002), a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, período em que o país se desindustrializou, provocou a perda de milhões de postos de trabalho, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, é

neste contexto que a economia solidária ressurge no Brasil. Ela assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades mas sempre autogestionárias (SINGER, 2002 p. 122).

Com base na definição de Singer (2002), a economia solidária apresenta-se como uma prática econômica, social e política, que é também transformadora das relações de produção e consumo, de base popular, lastreada na autogestão e no trabalho livremente associado. As diferentes denominações para explicar este fenômeno, o que de certa forma tem dificultado o entendimento de uma *praxis* que compõe hoje a paisagem de muitos lugares, urbanos e rurais, abre espaço para idealizações, assim como refletem o empenho para a sistematização de práticas inovadoras que ajudarão a entender e disseminar um conceito que ainda está em construção.

Algumas instituições foram criadas e vem implementado ações cujo objetivo visa a estruturação da economia solidária como sistema organizativo de produção e consumo. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, é um instrumento do movimento da Economia Solidária, constituindo-se como um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária, tendo como finalidades principais a representação, articulação, elaboração e acompanhamento de políticas públicas de economia solidária e o diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando as articulações e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; além do apoio e fortalecimento do movimento da economia solidária a partir das bases comunitárias e dos empreendimentos coletivos.

Para articular as diversas ações e discussões entre os atores o FBES estrutura-se em mais de 120 Fóruns Microrregionais e 27 Fóruns Estaduais em todo o país, em que participam mais de 3.000 empreendimentos solidários (associações, cooperativas e grupos nos campos da produção, do consumo, dos serviços e da comercialização), 500 entidades de assessoria (ONGs, sindicatos, igrejas e incubadoras universitárias) e 100 representantes de governos municipais e estaduais organizados na rede de gestores¹⁷.

As universidades brasileiras têm atuado na economia solidária através, sobretudo, de incubadoras que buscam articular multidisciplinarmente áreas de

¹⁷ Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária/Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br> Acessado em: 25/11/2009.

conhecimento com grupos populares interessados em gerar trabalho e renda, visando contribuir para a sustentabilidade de empreendimentos populares autogestionários. Conforme analisam alguns estudiosos, o diferencial desse modelo é a transparência na gestão, a motivação do cooperado¹⁸, além da possibilidade de reunir o conjunto de informações dispersas (conhecimentos tácitos, tecnologia de produto, processo) e delas se utilizarem, apropriando-se de todo o processo produtivo e tendo condições de repensá-lo e melhorá-lo continuamente (SILVA & PITANGA, 2008).

A alternativa a ser explorada pelas universidades é atuar a partir desta situação inicial das cooperativas, formada por trabalhadores desempregados, com baixa escolaridade, sem capital inicial e, muitas vezes, sem uma atividade definida - na maioria das vezes as cooperativas são agrupamentos de pessoas desempregadas das mais diversas áreas -, disponibilizando formas tecnológicas inéditas (alternativas), além de assessoria em gestão, que resultem em vantagens competitivas em relação à empresa convencional. Esse desafio é complexo, ficando bastante claro para alguns pesquisadores que a economia solidária só se consolidará caso os aspectos mercadológicos, tecnológicos, de acesso ao crédito e principalmente de formação sejam enfrentados com a atenção que merecem, principalmente pelos entes públicos (SILVA & PITANGA, 2008).

As incubadoras universitárias têm atuado junto aos EES focando mais os aspectos de gestão, pedagogia, política e formação ideológica, do que na área de tecnologia ou mesmo os aspectos voltados à viabilidade econômica e sustentabilidade. Diante do desafio de pensar-se uma formação que contemple o trabalho associado, o econômico, a sustentabilidade, a técnica e os fundamentos de uma educação emancipadora, parecem ser fundamentais para a viabilização dos empreendimentos econômicos solidários que nas incubadoras seus quadros estejam capacitados para promover a discussão da importância da construção desse novo conhecimento em que os aspectos relacionados ao aprendizado da gestão democrática e a viabilidade econômica sejam tomados como princípio educativo. Além de contemplar os aspectos sociais, políticos que devem estar inseridos na formação dos cooperados. Assim sendo, a formação cidadã a partir do trabalho no seu contexto histórico social, é um aspecto

¹⁸ Que está trabalhando em um empreendimento no qual é proprietário.

privilegiado na atuação das incubadoras, cujos resultados podem convergir para o êxito dos EES.

Freire (2002) reiteradamente escreveu sobre a educação, articulando-a com o contexto social e político enfatizando que “é reacionária a afirmação segundo a qual o que interessa aos operários é alcançar o máximo da sua eficácia técnica e não perder tempo com debates *ideológicos* que a nada levam”. Enfatiza que a cidadania é forjada na luta política no cotidiano do trabalho por uma sociedade mais justa tanto do ponto de vista econômico e democrático como do ponto de vista político e educacional.

Portanto, o processo de educação-formação para os participantes dos empreendimentos da economia solidária consiste na ação participativa na dimensão da economia solidária, no trabalho cooperativo através de um processo dialógico, na formação para a cidadania, no protagonismo do grupo em incubação e sua autonomia em relação à equipe da incubadora. Os procedimentos são construídos a partir da intercultura de uma relação parceira entre a academia e os grupos atendidos e em sua extensão com os parceiros, tendo em vista a inclusão da questão do desenvolvimento de ações sustentáveis e solidárias. Essa opção contempla a construção socializada de saberes, a troca de informações e de conhecimentos, bem como a difusão dos resultados.

Lembrando que esta é a perspectiva de educação que é posta por Freire que subverte uma tradição, no Brasil, de tentar compatibilizar o indivíduo e seus interesses com uma suposta “ordem comunitária”, princípio da harmonia, do convívio social (FREIRE *apud* SILVA, 2008). Nessa tradição são centrais a norma, a disciplina, o controle dos interesses pessoais e das manifestações autônomas de participação da classe trabalhadora. Esse comunitarismo é forte no pensamento educacional e reduz a educação para a cidadania à cooperação no bem-comum, para a superação do indivíduo possessivo, numa unidade moral integradora do indivíduo ao convívio social. Os bons sentimentos, a vontade esclarecida, o caráter controlado, os apetites domesticados é a dimensão da cidadania trabalhada freqüentemente na relação pedagógica (ARROYO *apud* SILVA, 2008).

Dessa forma, como afirma Silva (2008) caracteriza-se o pensamento pedagógico pelo irrealismo político ao excluir a questão da participação no poder como dimensão

central da cidadania, a qual deve partir de uma visão real da sociedade como uma construção histórica, com conflitos, antagonismos e lutas pela ampliação dessas formas de participação, compreendendo que a sociedade capitalista é baseada na desigualdade social e econômica: “Ao Povo, portador da Razão, cabe a tarefa política fundadora. Quanto ao povinho e suas ‘necessidades básicas’, cabe auxiliá-lo, através da filantropia, e educá-lo” (CHAUÍ *apud* ARROYO *apud* SILVA, 2008). Finalmente, durante o século que se encerrou, a idéia de cidadania foi ampliada e passou a contemplar, além dos clássicos direitos civis e políticos, as matérias de interesse social. Assim, a cidadania seria composta de direitos civis e políticos.

Ao longo das últimas duas décadas, o tema *Cidadania* tornou-se, seguramente, um dos mais discutidos no mundo contemporâneo – com projeções perceptíveis sobre o Brasil. De acordo com Silva (2008), a *Cidadania* é parte integrante dos discursos produzidos tanto pelos detentores do poder político quanto das organizações que reivindicam a representação das classes subalternas e/ou dos grupos historicamente excluídos e marginalizados. Assim, a temática em questão encontra eco, indistintamente, nos programas e plataformas eleitorais da totalidade do espectro político brasileiro – e não, como se podia esperar, exclusivamente no terreno dos partidos de esquerda. Ademais, tanto produzem falas e representações acerca da cidadania os meios de comunicação de massa, quanto à intelectualidade e mesmo aqueles segmentos comuns e desprivilegiados da população brasileira.

Na mesma perspectiva, o tema envolve tanto as demandas das camadas mais abastadas quanto às reivindicações das classes populares – materializadas na pauta de diversos movimentos sociais, que buscam saneamento básico, saúde, educação, fim da discriminação sexual e racial, geração de trabalho e renda. No Brasil, a Constituição de 1988 fixou um novo quadro de princípios legais relativos aos direitos e deveres dos cidadãos (COVRE *apud* SILVA, 2008). Entretanto, de que cidadania fala cada um desses grupos sociais?

Para muitos, a cidadania se confunde com o direito ao voto. Assim procedendo, tais indivíduos expressam apenas uma visão formal e normativa da cidadania, esquecendo-se que a idéia de cidadania é histórica e se remete a determinados contextos e espaços bem específicos (SILVA & PITANGA, 2008).

Na ordem burguesa a educação é tida como a tarefa de vencer a barbárie, afastar as trevas da ignorância e, assim constituir o cidadão. Exalta-se o tempo da racionalidade, civilização, liberdade e participação. Tal representação oculta à barbárie, o despotismo e a exploração da ordem capitalista e a educação, portanto, tornou-se um dos mecanismos de controle dessa ordem social. Não será aceito qualquer homem como sujeito de participação no convívio social. Os aptos a participar como sujeito social e político serão apenas os civilizados, os racionais, os modernos, os de espírito cultivado, os instruídos e educados (ARROYO *apud* SILVA, 2008): “Continuar defendendo a educação como ritual sagrado de passagem para o reino da liberdade é uma forma de contribuir para que a cidadania continue a ser negada, reprimida e protelada”.

A redução da questão da cidadania dos trabalhadores a uma questão educativa é uma forma de ocultar que a educação é chamada a arbitrar no processo de exclusão da maioria da participação política (ARROYO *apud* SILVA, 2008). Assim sendo, especificamente para a educação -formação em economia solidária, podemos levantar uma inquietante questão em função de nortear as nossas discussões: Como deve se dar a formação do “novo” trabalhador para que esta o capacite para gerir um empreendimento junto com outros cooperados? Vale lembrar, um empreendimento que seja viável economicamente e sustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social.

Como, então, equacionar devidamente a relação entre educação e cidadania? Em primeiro lugar é necessário desconstruir as concepções que têm marcado o pensamento pedagógico sobre esta relação. Assim sendo, não cair na ilusão de que o problema da participação política reside no atraso, na ignorância e no despreparo do povo. A cidadania não deve ser outorgada, deve ser conquistada. Aprende-se a ser cidadão no processo de construção. Logo, a luta pela educação só terá sentido se inserida no movimento de constituição da identidade política do homem comum, se for parte dos processos em que as camadas populares agem como sujeitos políticos de reivindicação. “Essa luta é um momento educativo enquanto representa uma movimentação, organização, confronto, reivindicação e, conseqüentemente, expressão e prática de consciência do legítimo e do devido” (ARROYO *apud* SILVA, 2008).

Para Silva (2008), a participação não pode ser vista como uma concessão do Estado, mas um resultado de lutas. A criação de espaços de interlocução entre os

diversos atores leva ao exercício da cidadania ativa. Assim, a comunidade deve ser chamada não nos moldes de realização de tarefas que são do Estado, mas no sentido de pressioná-lo a cumprir as suas obrigações, na discussão dos problemas, na redefinição de políticas e criação de alternativas para melhor aplicação dos recursos, na criação e exercício de direitos.

Nesse sentido, a participação cidadã se diferencia da “participação social e comunitária”, desde que não objetiva a mera prestação de serviços à comunidade. Na definição de Elenaldo Teixeira (ARROYO *apud* SILVA, 2008), a participação cidadã é processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, superando a já clássica dicotomia entre representação e participação.

Assim, a educação deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que a cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas que tem sido resultado de lutas sociais constantes em suas diversas dimensões (BITTENCOURT *apud* SILVA, 2008). Em outras palavras, ainda que o poder local tenha uma proposta democrática, a construção da cidadania se faz a partir da criação de instâncias de lutas e participação dos vários segmentos sociais.

O universo da economia solidária no Brasil é composto por uma diversidade muito grande de tipos de empreendimentos, seja na forma jurídica (cooperativas, associações e microempresas) seja na atividade desenvolvida¹⁹. Essa diversidade se traduz na dificuldade tanto dos estudiosos como de seus atores para a definição deste fenômeno, sendo conceituado como: economia solidária (SINGER, 2000), economia popular (RAZETO *apud* CORAGGIO *apud* SILVA 2008), economia da solidariedade (TIRIBA, 1998) e trabalho informal ou invisível, dentre várias outras denominações. Para Kraychete (2009),

¹⁹Vale ressaltar que esse universo inclui desde os trabalhadores informais, cooperativas de costura, triagem de resíduos, fabricação de produtos alimentícios, os empreendimentos industriais autogestionários, até os profissionais liberais que optam por se agruparem e montarem empreendimentos autogestionários (Singer, 2000).

“ (...) os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelo trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar” (KRAYCHETE, 2009).

Gaiger (2006) ao defender a tese de uma “racionalidade específica” dos empreendimentos da economia solidária lembra que comumente se considera como atividade econômica apenas as empresas privadas capitalistas, como se estas fossem os legítimos agentes da economia. Porém, os outros atores de setores tão diversificados como a produção familiar, ou os informais são vistos como símbolos do atraso e da ineficiência. Diz: “para os pobres, uma espécie de economia de sobrevivência, aos quais se atribuem funções mais sociais, de freio à marginalização, do que propriamente econômicas” (LAVILLE *apud* GAIGER, 2006).

O autor chama atenção que para além da sobrevivência, a prosperidade de uma parcela significativa da população foi e é garantida por estruturas de produção e de trocas, por “uma lógica de reprodução ampliada da vida diferente da capitalista”. Afirma que outras economias, produtivas e orientadas para a troca de bens, existiam antes da expansão das relações capitalistas de produção e de circulação de mercadorias. Portanto, essas formas econômicas pré-existentes ao capitalismo, foram denominadas erroneamente pré-capitalistas, como se esta fosse a economia inferior fadada ao desaparecimento.

A análise do autor sobre os dados da primeira pesquisa nacional no Brasil em economia solidária, realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (2007), demonstra que a natureza dos empreendimentos propicia, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas, fundamentais para a vida dos pobres e para os indivíduos que vivem do seu trabalho, atenuando assim sua sujeição à economia dominante e conjurando o exclusivismo das relações assalariadas, portanto de

subordinação e expropriação, a eles reservadas como via de integração social (GAIGER, 2004 c: 394).

França Filho (2006) acrescenta, que para entender a singularidade das experiências em economia solidária é preciso “desconstruir a concepção habitual sobre o fato econômico”. O conceito *tradicional* do fato econômico o vincula exclusivamente ao mercado ou a troca mercantil. Adotando uma definição substantiva de economia pela combinação de lógicas econômicas diversas, o autor vai buscar subsidio nas abordagens de Polanyi e Callé (2002) e advoga “ a ideia de economia como toda forma de produção e distribuição de riqueza” – o que significa assumir o pressuposto básico de uma definição de economia como *economia plural* que admite uma diversidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Assim, além de instituir-se um outro modo de realizar o ato econômico, a singularidade das práticas de economia solidária sugerem também, uma vocação para o que o autor denomina de “*construção conjunta da oferta e da demanda*”.

A discussão conceitual para a compreensão da temática da economia solidária aponta, para um novo olhar na forma de produzir e distribuir riquezas, incorporando outras práticas de funcionamento da economia real, em que o ato econômico nem sempre é fruto da ação humana racional, utilitarista com vistas a um resultado. De forma ampliada, a economia solidária impõe-se como um modo de reprodução material da vida, que é ao mesmo tempo econômico, mas também, social e político.

Como afirma França Filho (2006), as práticas de economia popular e solidária no Brasil tornaram-se mais complexas nos últimos anos. Há uma variedade de soluções inovadoras acontecendo, em que os atores envolvidos reinventam um cotidiano permeado pela exclusão social. Essas soluções perpassam a ação política, através da democratização das relações de trabalho que se dá pela autogestão, passa pela atuação conjunta com o poder público na constituição de ofertas e demandas que atendam as reais necessidades da comunidade em seus territórios, assim como a constituição de espaços públicos de proximidade como as redes e fóruns de economia solidária, redefinindo assim as relações entre sociedade civil e poder político.

Com atuação em várias áreas da economia como produção, consumo, crédito, trocas, as iniciativas no campo da economia solidária são de vários tipos: cooperativas,

banco popular, clubes de troca, produção, dentre outros. Para Singer (2000) as cooperativas de produção são o “protótipo de empresa solidária”, ocupando um papel central na organização da economia solidária como setor econômico definitivo.

Assim, os princípios organizativos de uma cooperativa de produção têm as seguintes características:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática por participação direta [...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após as discussões entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”), também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (SINGER, 2000 P 13).

Além disso, ainda com base em Singer (2000), considerando-se a diversidade de iniciativas dos empreendimentos da economia solidária, a autogestão é a característica que é comum às cooperativas dos empreendimentos da economia solidária. Assim, a autogestão é a base da compreensão da economia solidária, quer no sentido de sua definição, como de diferenciação das demais empresas e cooperativas capitalistas. Dessa maneira, a autogestão é a forma pela qual todo empreendimento solidário deve se organizar (SINGER, 2000). Portanto, na educação do trabalhador, trabalhadora dos empreendimentos coletivos a autogestão é o princípio educativo que deve nortear a sua formação.

2. EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: SUPERAÇÃO DA PEDAGOGIA DO CAPITAL

2.1 EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DO CAPITAL

A produção flexível do sistema capitalista atual demanda um novo tipo de homem, um novo tipo de trabalhador, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para cuja educação os mecanismos de coerção social tornaram-se insuficientes. O treino para a submissão, o adestramento do trabalhador ao capital já não surtem o efeito desejado. Agora se faz necessário articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir, coerentes com os novos métodos de trabalho caracterizado principalmente pela automação no desempenho de tarefas.

Segundo Kuenzer (1985), a hegemonia, além de expressar uma reforma econômica, assume as feições de uma reforma intelectual e moral. Cita que Gramsci (1978), ao analisar o americanismo e o fordismo, demonstra a eficiência com que se dá o processo de valorização do capital através dos processos pedagógicos – “a partir das relações de produção e das novas formas de organização do trabalho são concebidos e veiculados novos modos de vida, comportamentos, atitudes e valores” (KUENZER, 1985, p. 52).

Ademais, como revela a referida autora, as relações sociais em espaços como a escola, educam o trabalhador para esta divisão, reproduzindo esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão. O conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, alienando ainda mais o trabalhador. A escola historicamente constitui uma das formas de materialização desta divisão – saber teórico divorciado da *práxis*. É a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para elaborar o conhecimento.

A divisão entre os que possuem os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho cada vez mais se acentua na acumulação flexível. A polivalência²⁰ leva o

²⁰ **Polivalência** – ampliação da capacidade do trabalhador para aplicar novas tecnologias, sem que haja mudança qualitativa desta capacidade. O desenvolvimento científico-tecnológico leva o trabalhador a desempenhar diferentes

trabalhador a desempenhar diferentes tarefas usando distintos conhecimentos, porém não supera a parcialidade e fragmentação do trabalho. Dessa forma, ainda de acordo com (KUENZER, 1985)

(...) a politecnia enquanto unidade entre teoria e prática, resultante da superação da divisão entre capital e trabalho, fica historicamente inviabilizada a partir das bases materiais de produção do capitalismo. (KUENZER, 1985, p.88).

As análises feitas por diversos autores sobre o trabalho e a formação de trabalhadores na atual conjuntura mostram que, embora presente no discurso, a recomposição da unidade do trabalho, nunca esteve tão distante da prática porque o poder de decidir, de criar ciência e tecnologia, estão cada vez mais centralizados, tecnológica e gerencialmente pelo capital. Assim, o trabalho da maioria está cada vez mais desqualificado, intensificado e precarizado, como resultado do novo regime de acumulação. Do ponto de vista do capital, a recomposição da unidade do trabalho não passa de ampliação de tarefas do trabalhador, sem que isto signifique uma nova qualidade na formação, de modo a possibilitar o domínio intelectual da técnica.

Ademais, como aponta Kuenzer (1985), do ponto de vista da educação, não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas; apenas contraditórias, cuja direção depende das opções políticas da escola e dos profissionais da educação na materialização do projeto político-pedagógico.

tarefas usando distintos conhecimentos porém não supera a parcialidade e fragmentação do trabalho, é a interdisciplinaridade para a construção do conhecimento sem superar os limites da divisão da lógica formal. É o princípio positivista da soma das partes que não confere a totalidade, usa-se o conhecimento empírico disponível sem apropriar-se da ciência, que permanece como algo exterior e estranho. (KUENZER, 1985, p.88)

Politecnia: significa o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, recompondo as tarefas de forma criativa; supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. A politecnia cria a possibilidade de construção do novo, permitindo aproximações sucessivas da verdade, que nunca se dá a conhecer plenamente; por isso conhecimento resulta do processo de construção da totalidade, que nunca se encerra, pois há sempre algo novo para conhecer. Propostas p/ unificação dos processos de trabalho: polivalência ou politecnia? (KUENZER, 1985, p.88)

2.2 A EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: as diretrizes da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O fato dos trabalhadores tornarem-se proprietários dos meios de produção garante uma cultura do trabalho e uma economia alternativa ao capital?

As cooperativas populares, as associações de trabalho, os grupos de produção podem se constituir em um instrumento para organização do trabalho dos setores populares. Como processo educativo, o exercício da autogestão nestes empreendimentos é uma das condições para o longo processo de desalienação do trabalho. Essa afirmação é compartilhada por diversos autores. Isto porque uma profunda revolução social como comprova a história recente do Brasil não se realiza apenas com a passagem dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores, como se pode constatar na organização das mais diversas cooperativas e associações. Mas, fundamentalmente, com uma mudança do sentido do trabalho, do sentido econômico e com a própria vida em sociedade. A economia solidária expressa essa perspectiva de mudança para a organização do trabalho em outras bases. Desse ponto de vista a formação para a autogestão reveste-se de grande importância no bojo de uma formação adequada aos empreendimentos solidários.

Neste sentido, as instituições de apoio à economia solidária vêm realizando ações com vistas à organização de conteúdos para formar os integrantes da economia solidária em vários estados brasileiros. Entre 2005 e 2007 a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária realizaram a I e II Oficina Nacional sobre formação-educação em economia solidária, cujo objetivo foi definir os princípios e diretrizes metodológicas do processo formativo em economia solidária.

A sistematização do debate nacional sobre o tema começou na I Oficina Nacional que contou com a participação de representantes de quarenta experiências de formação/educação em economia solidária. Após a apresentação das experiências, e seu registro em fichas, foi elaborado coletivamente um documento contendo os “Princípios e Diretrizes do Processo Formativo em Economia Solidária”. No entanto, considerando-

se o número limitado de experiências participantes e a necessidade de aprofundamento dos temas e questões sobre o universo da economia solidária, o processo continuou sob a coordenação do GT – Formação em Economia Solidária (SENAES/FBES), com a realização de cinco Oficinas Regionais nas quais participaram mais de 150 experiências de formação e a elaboração de fichas de experiências de mais de 200 processos formativos. A partir daí, com base nos relatórios das Oficinas Regionais, foram definidos os Princípios e Diretrizes Metodológicas da Formação-Educação em Economia Solidária que é adotado em diversos programas de formação patrocinados tanto pela SENAES como por outras entidades de fomento.

Essas diretrizes enfatizam os aspectos que devem ser ressaltados nos processos educativo-formativo, estabelecendo como horizonte do por vir os valores e práticas de uma economia solidária, levando-se em conta que esta economia existe não apenas como projeto de novas relações econômicas e sociais, mas também como realidade construída, cotidianamente, pelos sujeitos que a constituem. A ênfase da formação vincula-se aos princípios da cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção da vida. Nesse sentido, o ponto de partida dos processos educativo-formativo é a ação solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições sócio-econômicas, de gênero, raça, etnia, geração e religiosidade.

Este projeto de educação-formação em economia solidária leva em conta a solidariedade em sua dimensão ontológica (condição humana, constitutiva da vida social), bem como as diferentes concepções e práticas de solidariedade que se manifestam nos diversos espaços/tempos históricos e, inclusive, convivendo num mesmo espaço físico e subjetivo. Orienta ainda que as práticas pedagógicas devem estimular a potencialização de redes de colaboração solidária, propiciando a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, favorecendo a construção de redes de que favoreçam o intercâmbio de informações, a comercialização etc.

A formação fomentada pela SENAES/FBES vem contribuindo para o fortalecimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de um projeto econômico-social que privilegia a valorização do trabalho (e não do capital). Para tal, ao

mesmo tempo em que se substanciam na denúncia da exploração do trabalho, na crítica à lógica excludente da economia capitalista e ao sistema opressor que fragmenta o ser humano (dividindo a sociedade entre “compradores e vendedores de força de trabalho”), os processos educativos inspirados na economia solidária também constroem uma nova sociabilidade, com vistas a uma perspectiva de uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida.

Outro aspecto que é enfatizado nesses processos de educação-formação em economia solidária chama a atenção para a importância da construção de novas relações entre as pessoas e, também, entre elas e a natureza (da qual os seres humanos são parte integrante), estimulando processos de trabalho e práticas sócio-ambientais que respeitam e preservam a biodiversidade da flora e fauna, assim como dos demais elementos que compõem o meio ambiente. As práticas educativas buscam o reencontro dos seres humanos consigo mesmo, com a comunidade local, com a sociedade, com o planeta e com o universo.

Silva & Pitanga (2008) defendem a idéia de que a educação-formação em economia solidária não substitui a educação básica considerada como direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Como nos demais processos autogestionários de produção da vida, a educação-formação tem como perspectiva o trabalho-criação, no qual homens e mulheres, além da apropriação coletiva ou individual-associativa dos meios de produção, têm o controle sobre todo o processo (produção, administração, beneficiamento, distribuição, troca e consumo ético/crítico/consciente dos frutos do seu trabalho).

Com relação ao trabalho enquanto meio de vida, ao invés da acumulação privada da riqueza, a finalidade da atividade econômica é o próprio ser humano; nesse sentido, os processos educativos fundamentam-se no exercício prático da democracia participativa, contribuindo para que todas as pessoas envolvidas, reconhecidas como sujeitos de conhecimento, possam resgatar os sentidos do trabalho, construindo sua autonomia como atores econômicos, construtores de história e de cultura. Baseada no princípio de uma educação dialógica, a formação se dá no compartilhamento das experiências, na troca de saberes, no diálogo entre prática e teoria. Assim, o sujeito do

conhecimento é o conjunto das pessoas envolvidas neste processo (trabalhadores, trabalhadoras, empreendimentos, entidades, organizações, universidades).

Dessa maneira, o trabalho concebido como processo educativo promove a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas sociais, pela participação – entendida como princípio emancipador dos trabalhadores e trabalhadoras. A educação-formação em Economia Solidária tem como ponto de partida e chegada a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras.

Merece destaque ainda nos Princípios e Diretrizes Metodológicas da Formação-Educação em Economia Solidária (SENAES/FBES, 2005) a orientação para que se incorpore a afetividade e a sensibilidade como elementos de formação humana, reconhecendo a busca da alegria, da felicidade e da liberdade individual e coletiva como direitos da pessoa. Nesta perspectiva, os processos educativos favorecem a redescoberta do sentido do fazer, o reencontro do prazer da criação. Neste horizonte, a música, a dança, o teatro, as artes plásticas e outras manifestações da cultura são consideradas elementos constituintes das práticas educativo-formativa. Em especial, o resgate da cultura popular e a incorporação dos bens simbólicos e experiências concretamente vividas (mas não valorizadas pelo sistema capitalista), tornam-se também um importante desafio.

E, assim, baseado nas afirmações de Silva & Pitanga (2008) as ações pedagógicas percorrem caminhos que propiciam a reintegração dos saberes que o capitalismo fragmentou, articulando-os às práticas cotidianas de vida e trabalho, de maneira a favorecer o nexo entre ação/reflexão/ação. Indo além do ativismo e da mera “ação-militante”, cabe aos educadores buscar os meios para incorporação de referenciais teórico-metodológicos que ajudem na compreensão e transformação da realidade, estimulando a criação de novos conhecimentos que possam ressignificar valores e práticas sociais. A inserção e articulação em redes é um princípio educativo fundamental.

Portanto, o desafio da educação-formação em Economia Solidária é criar um espírito investigativo coletivo, capaz de envolver todos os atores dos processos de formação, tanto para desvelamento do mundo como para busca de caminhos que favoreçam transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Por não existir

neutralidade nas relações econômicas e sociais e tampouco nas práticas educativas, a educação deve ser concebida como um ato político a favor da emancipação humana, constituindo-se em um espaço de lutas, contradições e disputas. Por meio da ação dialógica problematizadora que garanta horizontalidade das relações sócio-educativas, a autoridade do educador é validada na própria prática pedagógica libertadora. Para tal, é necessário o respeito à alteridade, ou seja, respeito ao outro em todas as suas diferenças (religiosas, étnicas, de gênero, ideológicas, sexuais, etc.).

Finalmente, o conjunto de ações político-pedagógicas pressupõe conteúdos e metodologias de trabalho cujos horizontes vêm ao encontro dos princípios da economia solidária. Considerados como momentos educativos, inclusive para os próprios trabalhadores educadores, a avaliação, a sistematização e a socialização sobre as experiências concretas dos trabalhadores e trabalhadoras acontecem de forma permanente, permitindo a (re)construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho. Dito de outra forma, o próprio trabalho é concebido como instância e como princípio educativo, cujo horizonte é criação coletiva de uma nova cultura do trabalho, de novas relações econômico-sociais.

2.3 A EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA DA AUTOGESTÃO E DA VIABILIDADE ECONÔMICA: a formação da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa-CAPINA

Os empreendimentos da economia solidária podem ter caráter familiar ou comunitário e tomam forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. O que os caracterizam são “seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática” (GAIGER, 1999 p. 2). Assim, a autogestão, tal como é vista pelos autores da economia solidária, especialmente por Singer (2003), denota aquele conjunto de condições e de práticas econômicas que engendram um conjunto de valores e princípios

ideológicos diferentes e até mesmo opostos daqueles presentes nas relações sociais e econômicas capitalistas. No entender do autor;

Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico com acepções variadas, mas que giram todos ao redor da idéia de solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc, que se distinguem por duas especialidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão e; b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral (SINGER, 2003 p. 116).

Nesse sentido, Singer (2003) chama atenção sobre o modelo de autogestão no sentido de mostrar que este último é o meio “correto” pelo qual as iniciativas em economia solidária devem estar organizadas e, assim, tornarem-se não só numa alternativa de trabalho e renda como também agentes de uma transformação social mais ampla, a superação do modo de produção capitalista. Portanto, é na autogestão que há uma coincidência entre valores e práticas características da economia solidária. Nesse sentido, resumidamente, o conceito de autogestão pode ser definido como:

[...] organizações produtivas nas quais o poder último de decisão pertence exclusivamente aos trabalhadores, sendo repartido de modo igual entre todos, sem influência de suas qualificações ou dos aportes individuais em capital. Além disso, a renda líquida é igualmente compartilhada, segundo regras instituídas coletivamente (GAIGER, 1999, p. 2).

Nessa definição, é possível destacar alguns elementos característicos da organização autogestionária: processos decisórios coletivos e democráticos, onde o espaço para tal é a assembléia geral; propriedade coletiva dos meios de produção; e a divisão do lucro ou sobras para o conjunto dos trabalhadores; e a recusa ao assalariamento. Para a realização da autogestão no trabalho é necessário uma participação efetiva do trabalhador cooperado. Assim, o cooperado além de realizar a sua tarefa laboral, deve buscar informar-se sobre a situação da cooperativa. Em outras palavras, a participação é um esforço adicional que o trabalhador deve realizar relativo às práticas democráticas de gestão do empreendimento. A participação remete ao grau de comprometimento que é exigido do trabalhador em uma estrutura coletiva como as cooperativas. Singer (2002) adverte, no entanto, que por causa de uma insuficiente

formação democrática dos sócios, estes deixam de participar da gestão do empreendimento, ressaltando que:

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles (SINGER, 2003 p 19).

Por fim, a autogestão como princípio constitutivo da economia solidária não é apenas um requisito técnico de organização e gerenciamento. A autogestão é o conjunto de práticas e saberes orientados por princípios e valores como a solidariedade, igualdade, cooperação, participação e viabilidade econômica que deve ser realizada no conjunto das relações sociais e desse modo constituir-se num processo de aprendizagem e emancipação coletiva.

O campo de ação da economia solidária vem despertando novos interesses e iniciativas de organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, universidades e de órgãos governamentais e estas instituições têm um papel fundamental na busca de alternativas educacionais e de formação para dar conta dos desafios enfrentados pelos empreendimentos associativos na busca da eficiência econômica através de processos democráticos. É exatamente neste campo, da gestão democrática e da viabilidade econômica ancorada em critérios éticos de cooperação e justiça, que reside a proposta da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA, uma Organização não Governamental com atuação em vários estados do Brasil que vem desde 1988 desenvolvendo trabalho de formação e assessoria, sobretudo na orientação e elaboração de estudos de viabilidade dos empreendimentos associativos, no aprimoramento dos processos de gestão e de práticas eficazes de comercialização para as iniciativas da economia solidária.²¹

O campo de atuação da CAPINA envolve atividades de administração e gestão da produção, de comercialização e de educação para o trabalho que se inserem no

²¹ A CAPINA tem como missão “contribuir para a afirmação cidadã do trabalho e para o desenvolvimento social da economia dos setores populares, ancorado em critérios éticos de eficácia econômica, eficiência administrativa, cooperação e justiça” (CAPINA, 2007).

âmbito da economia dos setores populares, incluindo as iniciativas da economia solidária. A metodologia utilizada se baseia nos pressupostos da educação popular, sendo adequada à realidade específica dos empreendimentos da economia popular solidária na orientação e elaboração de estudos de viabilidade dos empreendimentos, no aprimoramento dos processos de gestão e de práticas eficazes de comercialização.

Desde 2003 em parceria com a Universidade Católica do Salvador a CAPINA vem realizando o curso de *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*. Este curso tem por objetivo formar agentes capazes de desenvolver e utilizar conhecimentos, instrumentos e práticas adequados à sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária. A Capina oferece ainda, um *serviço de apoio à comercialização* de produtos das organizações de agricultores familiares, um trabalho essencialmente educativo, que procura demonstrar, através da própria prática da venda, as condições necessárias à comercialização coletiva. Desde 1997 a CAPINA realiza as *Oficinas para Gerentes Comerciais das Organizações da Agricultura Familiar*, visando desmistificar as aparentes complexidades da atividade comercial.

Os cursos e oficinas realizados pela CAPINA buscam suprir duas grandes dificuldades ao bom desempenho das organizações econômicas populares: i) a análise de viabilidade e a gestão democrática de empreendimentos associativos e ii) práticas eficazes de comercialização.

Tendo como objetivos principais proporcionar conhecimentos básicos para a formação de agentes de desenvolvimento dos empreendimentos da economia dos setores populares para que estes sejam capazes de utilizar instrumentos, conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica da gestão destes empreendimentos, além de desenvolver conhecimentos e habilidades para a realização do estudo de viabilidade econômica como um dispositivo de aperfeiçoamento da gestão dos empreendimentos associativos populares. A idéia é possibilitar uma visão crítica sobre as condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária.

O método do trabalho consiste na discussão e reflexão sobre os conceitos que dizem respeito tanto a sustentabilidade dos empreendimentos assim como aqueles relativos aos aspectos determinantes da viabilidade dos empreendimentos associativos,

levando-se em conta a lógica peculiar da economia popular solidária. São propostas atividades que contribuem para a análise econômica, desmistificando as contas contábeis, os investimentos, custos, preço de venda líquido, receita, ponto de equilíbrio dentre outros. São contemplados ainda os aspectos associativos, os processos de trabalho e da gestão democrática como elemento para a eficiência econômica, comercialização e injeção em mercados.

A metodologia enfatiza ainda, a importância da intervenção dos participantes, criando mecanismos que estimule a participação a exemplo da constituição de equipes de co-gestão para as atividades propostas ao longo do curso. Exposição de trabalho em grupos e exercícios práticos referentes à análise de viabilidade e acompanhamento individualizado do trabalho de campo (estudo de viabilidade) constitui-se em estímulo ao envolvimento do participante na sua formação.

A formação da CAPINA baseia-se nos pressupostos da educação popular, entendendo esta como uma educação que se preocupa especialmente com os setores excluídos da sociedade e do sistema econômico na busca de melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, naturalmente esta proposta teórica e metodológica converge para o pensamento freiriano que tem como objetivo principal o favorecimento dos setores populares e a reelaboração e difusão de uma nova concepção de mundo, de acordo com os próprios interesses dos grupos populares, educação esta ligada fortemente à problematização das relações de exploração e desigualdade existentes na sociedade. Além disso, esta proposta de educação envolve o desenvolvimento de atividades educacionais que não reproduzam relações de dominação, cujo objetivo principal é estimular a participação política dos grupos populares na transformação das condições opressivas de sua existência social. No dizer de Freire (1987):

A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação. Um dos equívocos de uma concepção ingênua do humanismo está em que, na ânsia de corporificar um modelo ideal de "bom homem", se esquece da situação concreta, existencial, presente, dos homens mesmos. (FREIRE, 1987, P 98)

Neste sentido, a ação educativa desenvolvida pela CAPINA tem como objetivo a mediação das relações entre os saberes populares e os saberes da academia, com o intuito de colaborar no processo de desenvolvimento dos empreendimentos, permitindo que estes se desenvolvam com autonomia, viabilidade econômica, auto-sustentável e relações sociais solidárias e coletivas. A mediação entre os saberes dá-se através uma educação dialógica, rompendo os vínculos lineares entre aqueles “que sabem” e os que pretensamente “não sabem”, para tanto desenvolve um processo educativo que tem o diálogo horizontal e problematizador como metodologia de ensino-aprendizagem, submetendo o conhecimento científico à realidade pela reflexão e prática entre os integrantes das oficinas.

Portanto, a formação aqui referenciada estimula a promoção de iniciativas conjuntas que contribuam para potencializar as ações das organizações econômicas populares preparando seus integrantes para assumir a gestão do empreendimento. Destina-se ainda à formação de gestores de associações e cooperativas rurais e urbanas, técnicos de ONGs e de órgãos governamentais, estudantes e pesquisadores que atuam no campo da economia dos setores populares.

Por fim, os processos educativo-formativos postos na perspectiva da construção de um conhecimento *com e para* os empreendimentos econômicos solidários como a Coopatan se constituem como meio para preparar os cooperados para o exercício de uma gestão democrática e gestão da viabilidade econômica da cooperativa.

3. A CULTURA DA MANDIOCA NO BAIXO SUL

3.1 DIMENSÕES ECONÔMICA E SOCIAL DO BAIXO SUL

O Baixo Sul é uma Subregião da Região Sul, uma das 15 Regiões Econômicas do Governo do Estado da Bahia²². Engloba uma área com 11 municípios, sendo eles: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Valença.

O Modelo Potencial (técnica de subespecialização/regionalização adotada também pelo IBGE) define as áreas de influência de determinados municípios a partir de variáveis como a população e a distância entre os municípios, definindo assim um indicador objetivo. A partir dessa lógica, definiram-se três subzonas ou centros de maior influência na Microrregião do Baixo Sul – Valença, Gandu e Ubaitaba (CAR, 1997).

Assim, os sete municípios litorâneos do Baixo Sul, também conhecidos como integrantes da Costa do Dendê (Cairu, Taperoá, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença) são influenciados fortemente pelo Centro Valença. Municípios mais próximos da BR-101 aparecem numa zona de influência mais fortemente ligada ao Centro Gandu (Piraí do Norte, Teolândia e Presidente Tancredo Neves), enquanto que municípios mais ao Sul do Estado, como Marau e Ibirapitanga, sofrem uma influência do Centro Ubaitaba. (ver Quadro 1)

Quadro 1 – Baixo Sul e a regionalização do Sul da Bahia

Sub-regiões	Zonas/Subespaços	Subzonas/Centros	Municípios
Salvador	Valença	Valença (7)	Valença, Taperoá, Ituberá, Nilo Peçanha, Cairu, Igrapiúna e Camamu
Salvador	Gandu	Gandu (3)	Teolândia, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Itamari, Nova Ibia, Gandu e Wenceslau Guimaraes
Itabuna-Ilheus	Itabuna-Ilheus	Ubaitaba (2)	Marau, Ibirapitanga, Ubaitaba, Aurelino Leal e Itacaré

Fonte: Subespecialização Regional: Sul da Bahia, CAR, 1997.

Nota: O número entre parênteses indica a quantidade de municípios que compõem o Baixo Sul, segundo essa publicação.

²² De acordo com a divisão exposta pela SEPLANTEC na publicação “Perfil Regional do Sul da Bahia” (CAR, 1995) e detalhada na obra “Subespecialização Regional: Sul da Bahia” (CAR, 1997).

Os centros de maior porte, como Valença, Gandu e Ubaitaba, exercem influência em municípios circunvizinhos de menor porte; municípios que desses Centros se emanciparam; municípios situados em áreas limítrofes (CAR/SEPLANTEC (1997).

No caso do Baixo Sul, essa influência ocorre de maneira mais direta em municípios situados principalmente no eixo da chamada Costa do Dendê, que engloba sete municípios ao longo da Rodovia BA-001; municípios que se localizam no polígono formado pela BA-001, no trecho Valença – Camamu; pela BA-650, no trecho Camamu-Travessão; além de pela BR-101, saindo de Travessão no sentido norte até a BA-542, que liga a BR à Valença.

A Secretaria de Planejamento-SEPLANTEC, possui outra proposta de microrregionalização, desta vez baseada em Eixos Econômicos, conforme demonstrada no Quadro 2:

Quadro 2 – Baixo Sul e a Regionalização do Sul da Bahia - Eixos Econômicos

Eixos Econômicos	Região Econômica	Municípios
Grande Recôncavo	Litoral Sul	Valença, Taperoa, Itubera, Nilo Pecanha, Cairu, Igrapiuna, Camamu e Pirai do Norte.
Mata Atlântica	Litoral Sul	Ibirapitanga, Marau, Presidente Tancredo Neves, Teolandia

Fonte: Tendências da Economia Baiana, Superintendência de Planejamento Estratégico, Diretoria de Políticas Públicas, Coordenação de Políticas Regionais e Urbanas (DPP-CPRU), SEPLANTEC, 2000.

Assim, a partir da interseção das dimensões microrregionais, tem-se a inclusão de mais um município (Ibirapitanga). Desse modo, o Baixo Sul é formado pelo agrupamento de 12 municípios.

Quadro 3 – Municípios do Baixo Sul da Bahia

Interseção das dimensões microrregionais		
Cairu	Itubera	Pres. Tancredo Neves
Camamu	Marau	Taperoa
Ibirapitanga	Nilo Pecanha	Teolandia
Igrapiuna	Pirai do Norte	Valença

Fonte: Tendências da Economia Baiana, Superintendência de Planejamento Estratégico, Diretoria de Políticas Públicas, Coordenação de Políticas Regionais e Urbanas (DPP-CPRU), SEPLANTEC, 2000.

Um pouco da história do Baixo Sul

A história do Baixo Sul do Estado da Bahia se confunde com a dos seis municípios que compõem a Sub-região dos Tabuleiros Costeiros de Valença (Camamu, Ituberá, Igrapiúna, Nilo Peçanha Taperoá e Valença). A ocupação destes municípios ocorre a partir do Século XVI e é fortemente marcada pelo extrativismo de madeiras nobres, como o pau-brasil na primeira metade do século. Posteriormente, a cana-de-açúcar passou a ocupar lugar privilegiado na economia local, prevalecendo até o final do Século XVII, quando surgiram as primeiras povoações em decorrência da expansão dessa cultura. Além disso, a Região foi, e ainda hoje continua sendo, produtora de alimentos, como farinha de mandioca, milho e feijão, além de frutos do mar dada a intensa atividade pesqueira (SEBRAE, 1995).

No Século XVI, mais precisamente em 1534, os Tabuleiros Costeiros de Valença – compreendendo a Sub-região de Jaguaripe até Ilhéus, da qual faz parte o Baixo Sul, habitados então pelos índios tupiniquins – passam a pertencer à Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em conjunto com o Vale do Jiquiriçá. Expulsos pelos índios aimorés de área próxima a Ilhéus, os donatários da Capitania estabeleceram-se no ano de 1533 no arquipélago da atual Cairu, mas somente três décadas depois a paz com os índios permitiu a colonização do litoral entre Guaibim e a primeira cachoeira do Rio Una, articulando-se a região, pela primeira vez, com o Recôncavo e Salvador (SEBRAE, 1995).

Não obstante o povoamento que surgia em torno da Capela de Nossa Senhora do Amparo que mais tarde deu origem a Valença, novos ataques dos aimorés levaram a população a ocupar as Ilhas de Tinharé-Cairu-Boipeba e formar novas povoações. Do outro lado do Canal de Valença, a cidade acabou sendo protegida pela Coroa Portuguesa com a permanência de soldados no local, guarnecendo a extração de madeira para construção de navios da armada real.

O crescimento de Valença como porto naval, associado à pacificação dos índios por bandeirantes e padres capuchinhos, fez refluir a ocupação das ilhas e redirecionar a população para o continente, desenvolvendo-se em poucos anos uma febril atividade agrícola para a exportação.

Desde o início, a Microrregião de Valença não foi explorada como um modelo monocultor que caracterizava a época colonial, plantando-se café, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, pimenta do reino, cravo da Índia, canela e pequenos cultivos na linha das especiarias.

A Microrregião de Valença viveu os episódios da invasão holandesa, em 1624, e da independência da Bahia, em 1823, tendo Valença recebendo o título de “A Decidida” por sua participação, ao lado de Cachoeira e Santo Amaro, nas lutas contra os portugueses. Elevada à condição de vila em 1789, dez anos depois Valença tornou-se município, em 23/01/1799, iniciando o Século XIX desmembrada de Cairu, também município desde 1606. Em 1844, Valença inaugurou a “Fábrica de Tecidos Todos os Santos”, com 300 operários, recebendo a denominação de “Cidade Industrial de Valença” (FISCHER & NASCIMENTO, 2007).

Camamu tornou-se município em 1891, sendo à época o maior exportador de farinha de mandioca do país e o segundo município mais importante da Bahia. Nilo Peçanha e Taperóa têm uma história comum, com sucessivas extinções e recriações no Século XIX, tornando-se municípios em 1916 e 1930, respectivamente. Ituberá ascendeu à categoria de município em 1909, com o nome de Santarém, recebendo o nome atual em 1944. Igrapiúna, antigo distrito de Camamu, é o município de criação mais recente, datando de 1985 sua emancipação (FISCHER & NASCIMENTO, 2007).

Na primeira metade do século XX, em 1938, o povoado de Maraú, originário da aldeia de indígenas mairauís, foi elevado à categoria de município. Em seguida, por volta de 1940, teve início o desbravamento do território de Teolândia, com a construção da Rodovia Santo Antônio de Jesus-Gandu. O arraial desenvolveu-se em função do comércio e da agropecuária e o município foi criado a partir do distrito de Burieta, desmembrado do Município de Taperóa, em 1962 (FISCHER & NASCIMENTO, 2007).

Entre as décadas de 40/50 do Século XX, registraram-se modificações nas áreas de produção agrícola que moldaram a atual estrutura de cultivo, tendo o segmento alimentício expandido sua área plantada, com destaque para a mandioca. Por outro lado, determinadas lavouras comerciais, a exemplo do café, cana-de-açúcar e outras, reduziram em muito as áreas que ocupavam.

Nos anos 1950, os principais estabelecimentos bancários chegaram ao Baixo Sul e, na década seguinte, a diversificação dos cultivos passou a sinalizar a mudança do perfil produtivo regional com a introdução do dendê cultivado, o aproveitamento das plantações nativas e a expansão do cravo-da-índia, seringueira e coco-da-baía. A pimenta do reino e o guaraná foram introduzidos na Microrregião e, mais recentemente, outros cultivos nobres têm surgido no Município de Taperoá, como o mangustão, pupunha, macadâmia, urucum e canela.

Considerando os municípios que compõem os Tabuleiros Costeiros de Valença, observa-se, no final dos anos 80, a seguinte distribuição interna do cultivo: Cairu especializava-se em coco e piaçava; Taperoá, em cacau, café e dendê; Igrapiúna, em cacau, cravo, borracha e dendê; Nilo Peçanha, em piaçava, cacau, borracha e pimentado-reino; Ituberá, em cacau, piaçava e borracha; e Valença, em cacau, cravo, dendê e mandioca. Além dessas culturas agrícolas, nesse mesmo período, a pecuária bovina estava presente basicamente em Valença, Taperoá e Nilo Peçanha.

População no Baixo Sul

O Baixo Sul ocupa uma área de 6.451 km², correspondendo a 1,14% do total do Estado da Bahia, e abriga 2,08% da população baiana (vide Tabela 2).

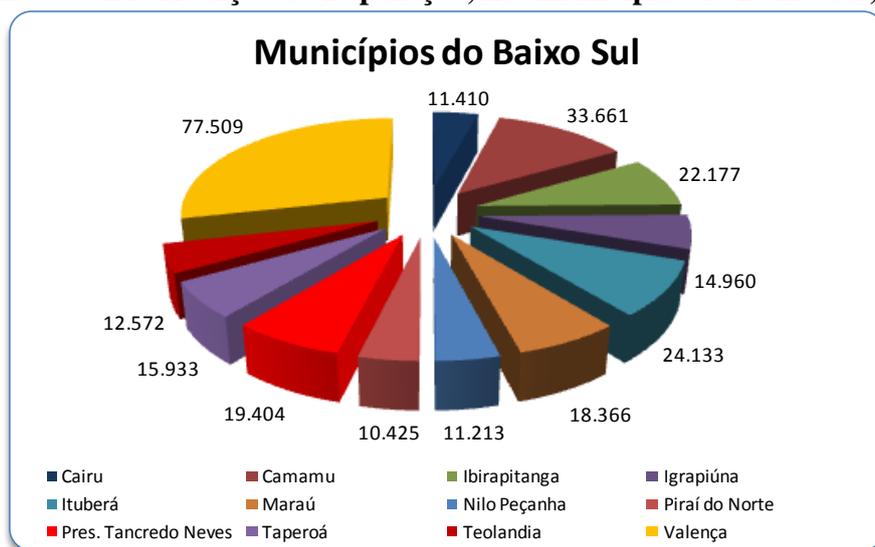
Os maiores municípios do Baixo Sul são Valença, Camamu e Marau, que, em conjunto, ocupam 44% dessa microrregião. Valença, Camamu, Ituberá e Ibirapitanga são os mais populosos, abrigando 63% da sua população. Valença é o único município com mais de 75.000 habitantes, estando os demais nas faixas entre 10.000 e 35.000 residentes. Os municípios de menor população são Teolândia, Cairu, Nilo Peçanha e Pirai do Norte.

Tabela 2 – População, área e densidade demográfica, nos municípios do Baixo Sul, 2000

Municípios	População estimada	Área (km ²)	Área (%)	Densidade demográfica (hab. / km ²)
Cairu	11.410	452,0	97,0	25,2
Camamu	33.661	888,5	13,8	37,9
Ibirapitanga	22.177	472,0	7,3	47,0
Igrapiúna	14.960	509,8	7,9	29,3
Ituberá	24.133	424,2	6,6	56,9
Maraú	18.366	777,3	12,0	23,6
Nilo Peçanha	11.213	386,8	6,0	29,0
Pirai do Norte	10.425	228,5	3,5	45,6
Pres. Tancredo Neves	19.404	415,7	6,4	46,7
Taperoá	15.933	410,1	6,4	38,9
Teolandia	12.572	289,3	4,5	43,5
Valença	77.509	1.195,6	18,5	64,8
Total Baixo Sul	271.763	6.450	100,0	42,1
Total Bahia	13.070.250	567.295	-	23,0
Baixo Sul / Bahia (%)	2,08%	1,14%	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Gráfico 3 – Distribuição da População, nos municípios do Baixo Sul, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Os municípios fundados mais recentemente são Igrapiúna, Pirai do Norte e Presidente Tancredo Neves, que foram desmembrados, no ano de 1989, de Camamu, Ituberá e Valença, respectivamente.

O Baixo Sul ainda é pouco urbanizado, dado que 54% da população residem no meio rural. A urbanização se acentuou na última década, uma vez que em 1980 a população urbana representava apenas 33% da população total da Microrregião, passando a 35,47% em 1991. Atualmente, em nove dos doze municípios, a população rural é majoritária. Os casos extremos são Igrapiúna e Marau (84%), Nilo Peçanha (78%) e Piraí do Norte (73%). Os únicos municípios em que predomina a população urbana são Valença (72%), Ituberá (66%) e Cairu (61%). Os dois primeiros são centros de serviços e, no último, encontram-se Morro de São Paulo e Boipeba, que cresceram em função do turismo. (Censo Demográfico, IBGE, 2000)

Condições de vida no Baixo Sul

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para municípios, realizada pelo PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Fundação João Pinheiro – FJP, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e IBGE. O IDH-M leva em consideração três dimensões básicas para o desenvolvimento humano: Renda, Educação e Longevidade. (Vide Tabela 3)

No Baixo Sul, como pode ser observado na Tabela 3, todos os 12 municípios apresentam IDH-M inferiores a 0,500, estando, portanto, em situação de baixo desenvolvimento humano. O Município de Presidente Tancredo Neves é aquele em situação mais crítica, com o índice 0,344. Valença e Cairu são os que se encontram em melhor situação dentro do conjunto dos 12 municípios do Baixo Sul.

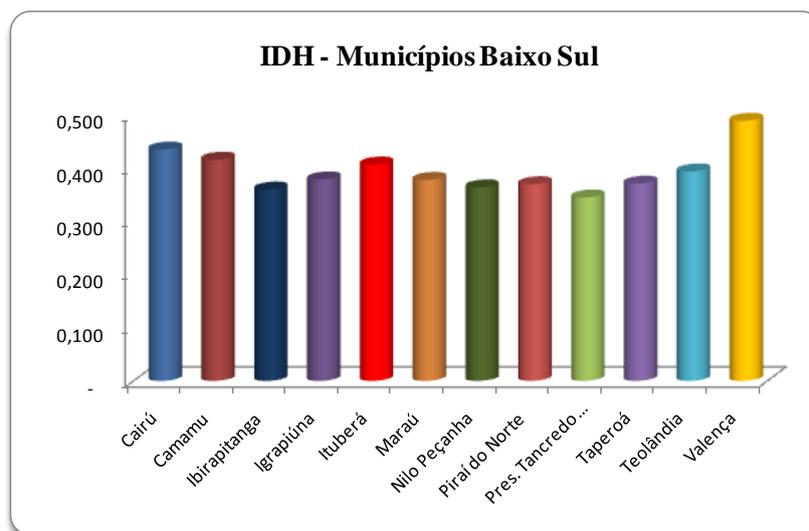
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), 1991, Índice de Condição de Vida (ICV) 1991, nos municípios do Baixo Sul

Municípios	IDH-M	ICV
Cairú	0,434	0,464
Camamu	0,415	0,461
Ibirapitanga	0,359	0,418
Igrapiúna	0,378	0,431
Ituberá	0,406	0,472
Maraú	0,377	0,459
Nilo Peçanha	0,363	0,349
Piraí do Norte	0,369	0,412
Pres. Tancredo Neves	0,344	0,433
Taperoá	0,370	0,454
Teolândia	0,393	0,446
Valença	0,488	0,535

Fontes: (1) IPEA/PNUD/FJP/IBGE, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998.

Nota: Para o IDH-M e o ICV, valores inferiores a 0,500 representam desenvolvimento humano ou condições de vida baixos; entre 0,500 e 0,800, médios; acima de 0,800, altos.

Gráfico 4- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, municípios do Baixo Sul, 1991.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, IPEA/FJP/PNUD, 1998. IDH-M

Outros indicadores que permitem avaliar as condições sócioeconômicas dos municípios são o IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico e o IDS – Índice de Desenvolvimento Social, ambos desenvolvidos pela SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. O IDE é composto dos seguintes Índices: de Infra-Estrutura, de Qualificação da Mão-de-obra e do Produto Municipal. O IDS compõe-se

dos Índices: Nível de Saúde, Nível de Educação, Serviços Básicos e Renda Média do Chefe de Família.

Tabela 4- Índice de Desenvolvimento Social, Índice de Desenvolvimento Econômico e classificação no ranking estadual, dos municípios do Baixo Sul, 1998

Municípios	IDE	Classificação	IDS	Classificação
Cairu	4.990,28	68°	4.998,39	170°
Camamu	4.992,04	118°	4.974,50	258°
Ibirapitanga	4.990,27	170°	4.980,79	230°
Igrapiúna	4.989,29	240°	4.938,32	372°
Ituberá	4.991,93	121°	5.016,10	122°
Maraú	4.989,36	235°	4.959,79	316°
Nilo Peçanha	4.989,38	234°	5.011,35	136°
Pirai do Norte	4.987,38	406°	4.957,79	325°
Presidente Tancredo Neves	4.988,89	282°	4.950,80	347°
Taperoá	4.990,16	175°	4.980,77	231°
Teolândia	4.988,79	291°	4.993,98	184°
Valença	5.010,47	27°	5.069,19	47°

Fonte: Índices de Desenvolvimento Econômico e Social: Municípios Baianos – 2001, SEI, 2002.

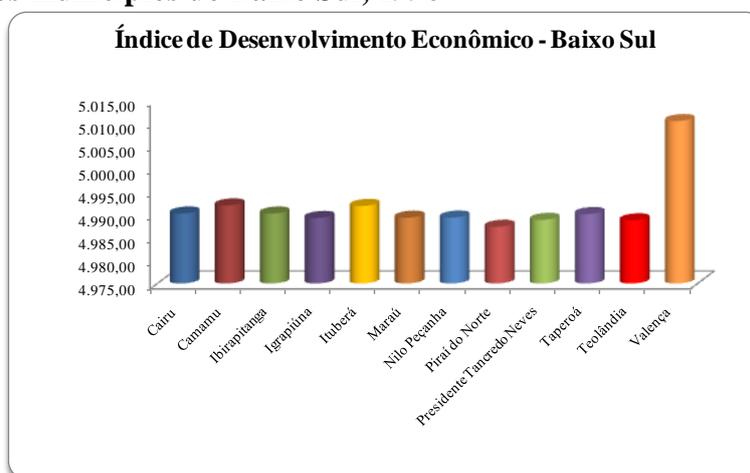
Nota: Considerado o ranking do Estado da Bahia, com 417 municípios.

Para fins de comparação, Salvador é o município situado em primeiro lugar no *ranking* estadual de 1998, com o valor do IDE de 6.693,71 e do IDS de 5.368,19. Os municípios que ocupam as posições inferiores nesse *ranking* são, respectivamente, Gavião (4.987,26) e Novo Triunfo (4.893,62). No Baixo Sul, o município melhor classificado quanto ao IDE é Valença, no 27° lugar do Estado, o que expressa sua situação de pólo econômico regional. Camamu, Ituberá e Cairu vêm a seguir como pólos secundários, mas a uma distância considerável do índice de Valença. O município em situação mais precária do ponto de vista econômico é Pirai do Norte, que ocupa a 406ª posição entre os 417 municípios baianos.

Quanto ao IDS, novamente o município de Valença reforça a sua posição, pois está classificado em 47° lugar no Estado. Ituberá e Nilo Peçanha vêm em seguida, mas guardando razoável distância. Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves ocupam as colocações mais baixas na Microrregião, a 372ª e a 347ª. (Vide Tabela 4).

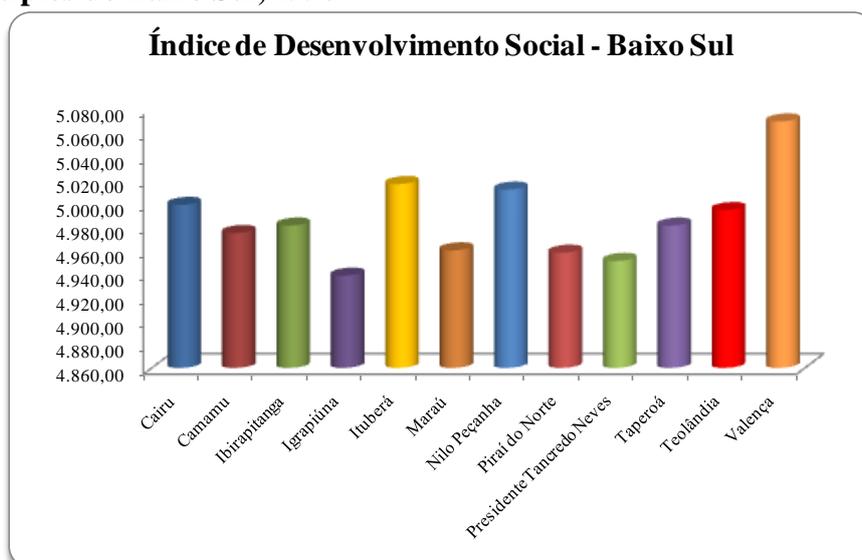
A estimativa de famílias pobres²³ é outro indicador das condições sociais da microrregião. Para esse indicador utilizou-se a hipótese de que cada domicílio, corresponderia uma família. Trata-se apenas de uma aproximação para ilustrar a gravidade das condições de vida da microrregião.

Gráfico 5 – Classificação no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Econômico dos municípios do Baixo Sul, 1998



Fonte: Índices de Desenvolvimento Econômico e Social: Municípios Baianos/2001, SEI, 2002
Nota: Considerado o ranking do Estado da Bahia, com 417 municípios.

Gráfico 6 – Classificação no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Social dos municípios do Baixo Sul, 1998



Fonte: Índices de Desenvolvimento Econômico e Social: Municípios Baianos/2001, SEI, 2002
Nota: Considerado o ranking do Estado da Bahia, com 417 municípios.

²³ Família pobre, de acordo com o conceito adotado pela Secretaria de Assistência Social (SEAS/MPAS), e a que tem renda per capita na família de até. ½ salário mínimo mensal.

Assim, o Baixo Sul, com 31.490 famílias consideradas “pobres”, estaria com a metade das suas famílias classificadas nesse conceito, o que corresponderia a aproximadamente 134 mil pessoas. Por essa estimativa, apenas Valença se destaca com uma proporção menor de famílias pobres, cerca de 41% do total de famílias. (Vide Tabela 5)

Em 1991, tomando-se a distribuição dos municípios do Baixo Sul de acordo com a concentração da renda expresso pelo Índice de Gini²⁴, os municípios onde havia uma maior concentração de renda e, portanto, a maior desigualdade social, são Teolândia e Valença, com os valores de Gini mais próximos de 1. Já Presidente Tancredo Neves, Cairu e Igrapiúna apresentavam a menor desigualdade, indicando que as diferenças entre os maiores e os menores rendimentos dos chefes de família não eram tão acentuadas. (Vide Tabela 5)

Tabela 5 – Famílias pobres, nos municípios do Baixo Sul, 2002.

Municípios	Número de Famílias	Prop. (%)
Cairu	1.259	48,4
Camamu	4.123	55,8
Ibirapitanga	2.783	54,0
Igrapiúna	1.764	55,3
Ituberá	2.955	52,9
Maraú	2.210	54,3
Nilo Peçanha	1.279	49,3
Piraí do Norte	1.243	53,0
Presidente Tancredo Neves	2.497	59,1
Taperoá	2.095	59,0
Teolândia	1.417	50,8
Valença	7.865	40,9
Total Baixo Sul	31.490	50,2

Fonte: Levantamento realizado pela SEAS/MPAS, em 6/9/2002 para o Projeto Alvorada do Governo Federal.

²⁴ O Índice de Gini varia de 0 a 1, em que 0 seria a igualdade perfeita e 1, a máxima desigualdade. Quanto mais se aproxima de 1, mais a desigualdade se acentua.

3.2 O RESGATE DA CULTURA DA MANDIOCA: a experiência da COOPATAN

O preparo da *Manihot utilissima* (pelo superlativo da denominação científica já se depreende sua importância) é uma grande conquista tecnológica. A raiz da planta, venenosa quando crua, tornou-se a base alimentar de todos os povos que viviam nos territórios da vertente oriental dos Andes, sobretudo pela facilidade de conservação. A raiz da mandioca pode ser utilizada entre seis e dezoito meses após o plantio e sua farinha também dura muito tempo. Vários mitos explicavam o cultivo da mandioca, um deles da tradição Tupi, diz que a filha de um cacique engravidou virgem, nasceu uma menina, chamada Mani, que morreu após um ano. De seu túmulo surgiu um arbusto desconhecido e pouco depois a terra se abriu, exibindo as raízes da mandioca. O nome viria de Mani-oca, a casa de Mani (Casos de Sucesso, SEBRAE, 2007).

O principal produto da mandioca era a farinha seca, farinha de guerra, farinha de pau, uí-atã, para os tupis. Usado ainda hoje, o processo assemelha-se àquele referido pela tradição: a mandioca era descascada e ralada, com o auxílio de instrumentos feitos de espinhos, dentes de animais, cascas de ostras; a massa, ainda úmida, era espremida com auxílio do tipiti (um tipo de prensa de palha), extraindo-se desse modo todo o caldo, o venenoso ácido cianídrico. A massa seca era em seguida levada ao fogo, em grandes vasilhas rasas e redondas. Depois disso, ficava pronta a farinha. Outros produtos feitos a partir da mandioca eram a tapioca, o beiju, a manipueira (Casos de Suces, SEBRAE, 2007).

A mandioca é uma das culturas mais dinâmicas no espaço rural, relevante como produto de subsistência e importante como matéria prima industrial. Além dos aipins ("mandiocas mansas" de consumo "in natura"), da sua raiz também se produz álcool combustível, a farinha, o polvilho, a tapioca e a fécula. Essa última, matéria prima para inúmeros produtos utilizados na indústria alimentícia, têxtil, petrolífera, plástica e siderúrgica, entre outras.

Estima-se que no Brasil a cadeia produtiva da mandioca movimenta 2,5 bilhões de dólares e gere cerca de 150 milhões de dólares em impostos por ano (FELIPE & BROEK, CEPEA-2006). "Há que se considerar ainda o potencial de uso e de renda de

seus atuais rejeitos industriais, desafio que o setor e a pesquisa já tratam com interesse crescente", explica o pesquisador da Estação Experimental da Epagri de Urussanga e coordenador do Projeto Mandioca da empresa.

Na Bahia, a mandioca destaca-se na agricultura do Estado pela histórica identidade e importância sócio-econômica principalmente para as pequenas unidades familiares de produção, nas quais está presente como fonte geradora de renda e/ou subsistência. Os 339.489 hectares colhidos anualmente, média das últimas 05 safras apuradas (2002 a 2007) têm produzido cerca de mil toneladas de raízes, ocupando com trabalho e gerando renda para as famílias que se ocupam da lavoura. Do total de raízes produzidas, estima-se que mil toneladas sejam destinadas para a fabricação da farinha e toneladas são consumidas "in natura" na alimentação animal humana. A Bahia não possui nenhuma indústria para o beneficiamento e produção de polvilho, assim, a fécula é processada em grande parte nas indústrias de Santa Catarina²⁵.

A pesquisa da mandioca no Baixo Sul da Bahia

O Campo Demonstrativo de Tecnologias para o Cultivo da Mandioca é fruto da parceria entre o Governo do Estado da Bahia, a Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, a Fundação Odebrecht e a Coopatan, tendo sido instalado em 2003 na Fazenda Novo Horizonte. Entre os diversos trabalhos realizados pelos pesquisadores da equipe, destaca-se a associação das culturas, o manejo e a conservação do solo e a introdução de variedades melhoradas, mais resistentes às pragas.

De acordo com a EMBRAPA, tradicionalmente o agricultor de Tancredo Neves, Valença e região usavam o cultivo 'solteiro' (plantio de mandioca sem consorciar com outra cultura), mas o trabalho de pesquisa indicou a consorciação com outras culturas, especialmente a banana tipo Terra (plátano), muito comum na região. Assim, as variedades de mandioca selecionadas no campo demonstrativo foram distribuídas de acordo com os problemas de cada produtor.

²⁵ IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2007. Consultado em 20/04/2009.

Os resultados começaram a surgir em abril de 2005, quando 85 cooperados participaram do I Concurso de Produtividade de Raízes de Mandioca e foi atingida a média de 26 toneladas por hectare. O concurso foi do tipo livre, podendo o produtor utilizar técnicas, adubos e variedades à sua escolha. O primeiro lugar conseguiu a inédita marca de 60,39 toneladas por *hectare*.

O Campo Demonstrativo é o maior espaço com tecnologias geradas para mandioca em todo o Brasil. Com um total de 10 *hectares*, é usado regularmente para treinamento de produtores, alunos da Casa Familiar Rural de Tancredo Neves (CFR), da comunidade e de colégios da região. Recebe, também, visitas de participantes dos cursos nacionais e internacionais sobre a cultura da mandioca ministrados pela Embrapa.

O apoio da Embrapa tem sido importante para as conquistas da Cadeia Produtiva da Mandioca. No Campo Demonstrativo de Tecnologias para Cultivo da Mandioca, os pesquisadores realizam estudos para orientar os produtores, sobretudo avaliando a produtividade das variedades da mandioca. “É um laboratório a céu aberto”, como dizem os produtores da região. Pedro Mattos e José Raimundo Ferreira Filho, pesquisadores da EMBRAPA que atuam no Campo Demonstrativo, dizem que, com o trabalho que vêm desenvolvendo, encontraram a possibilidade de colaborar com 32 comunidades. “Temos feito estudos utilizando câmaras de propagação rápida e bancos de sementes”, relata Pedro. “Os resultados têm sido surpreendentes”, ele acrescenta. José Raimundo acentua: “Buscamos, também, orientar os produtores sobre manejo do solo, contenção de encostas e combate a pragas” (EMBRAPA, 2006).

Com as pesquisas e orientação dos técnicos da EMBRAPA a Coopatan vem conseguindo elevar os índices de produção na região. Há casos de agricultores que aumentaram sua produtividade de 8 a 9 t/ha para 25 t/ha. Para começar a dar lucro, a mandioca deve ter uma produtividade superior a 20 t/ha. Já foram testados 119 tipos de mandioca, com apoio da Embrapa. “Não se pode errar com pessoas que já sofreram tanto”, argumenta o Engenheiro Agrônomo Marcelo Abrantes, Responsável Técnico pela Cadeia Produtiva da Mandioca. “Há uma mudança de concepção em curso aqui, decisiva para que se abandone a idéia de que produzir mandioca é coisa de pobre.” Com a melhoria da produtividade e plantas mais resistentes à pragas. O resultado se reflete no

produto final “a farinha de mandioca”. A produção da Coopatan tem como destino os supermercados do grupo Wal-Mart e a Empresa Baiana de Alimentos - Ebal. A farinha tem cinco marcas comerciais: Itabaina, Primeira da Bahia, A Boa, Recôncavo e Farofinha da Bahia²⁶.

Além das pesquisas voltadas para a elevação da produtividade da mandioca, a EMBRAPA também desenvolve pesquisas para o aproveitamento das folhas de mandioca para a fabricação de ração vegetal, utilizadas na criação de peixes. Como resultado, foi criada pela COOPATAN a Unidade de Beneficiamento de Ingredientes para Ração (UBIR). A Fábrica de Farelo de Folha foi construída com recursos da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais do Estado da Bahia (SECOMP) com investimento de R\$ 510 mil. A primeira fábrica do país para produção em larga escala de farelo de folha de mandioca, um ingrediente para ração animal, em operação desde 2007.

3.3 COOPATAN: Tecendo Saberes

O declínio das lavouras tradicionais da região do Baixo Sul: cacau, cravo-da-índia, guaraná e dendê nas décadas de 80 e 90 encolheram sobremaneira a economia dos municípios desta região, fazendo com que muitos produtores abandonassem suas lavouras. Até mesmo cultivos tradicionais como a mandioca sofreram retração, passando de uma produção de 24.994 toneladas em 1980 para 2.640 toneladas em 1994. Nesse período, diversos entrepostos que compravam a farinha produzida por agricultores familiares foram desativados e, com isso, muitas famílias de agricultores vivenciaram situação de extrema pobreza. Nesse contexto de dificuldades, Eliane Souza, agricultora do município de Tancredo Neves, casada, mãe de três filhos, uniu-se a José Tomé dos Santos e outros plantadores de mandioca em busca de uma solução. O grande desafio era tornar a mandiocultura uma atividade sustentável e geradora de renda para as famílias.

²⁶ Disponível em: www.mandioca.agr.br – Acessado em: 06/04/2010.

A experiência da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB em Valente serviu como fonte de inspiração para Eliane, já que aqueles agricultores lidavam com condições muito difíceis (seca) e ainda assim conseguiram mudar sua condição através da cooperação para o beneficiamento do sisal. Ela entendeu que na naquela região onde – Baixo Sul da Bahia – os pequenos agricultores não poderiam continuar na situação de pobreza em que viviam. Através de contatos com técnicos da EMBRAPA e outras instituições, foi que Eliane e um grupo de pequenos produtores de mandioca deram-se conta que a alternativa para superar as dificuldades seria a união dos produtores em uma cooperativa para o beneficiamento da mandioca. Assim, a constituição da Cooperativa dos Produtores Rurais de Tancredo Neves – COOPATAN aconteceu em julho de 1999²⁷.

Além das dificuldades financeiras para implantar e manter a cooperativa, os cooperados tiveram dificuldades em escolher um líder e superar os desafios administrativos e de comercialização. Sem qualificação profissional, despreparados para gerir o empreendimento e desmotivados com a condição de pobreza em que viviam os primeiros cooperados não se mostraram prontos para encarar o desafio de erguer o próprio negócio e muitos se afastaram da cooperativa. Os poucos associados que ainda persistiam acreditavam que o esforço para reverter a situação deveria mesmo ocorrer no âmbito cooperativista, porém, era necessário buscar apoio.

A contribuição de diversos parceiros, como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul – IDES, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/BA, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o Banco do Nordeste do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC foi fundamental para que a cooperativa superasse os desafios iniciais e se estruturasse. A Fundação Odebrecht a partir de 2003 passou a aportar recursos, designando uma equipe de trabalho para reestruturar o Projeto da Cadeia Produtiva da Mandioca, para, com isso, ajudar a reorganizar a

²⁷ Relatado pelo ex presidente da COOPATAN. Entrevista realizada em outubro de 2009, na sede da cooperativa no município de Presidente Tancredo Neves.

COOPATAN. Nesse mesmo ano Eliane Souza, a primeira presidente, foi substituída por José Tomé dos Santos.

A fazenda Novo Horizonte que fica às margens da BR101 no município de Tancredo Neves foi adquirida junto à Fundação Odebrecht em regime de comodato, ai está localizada a sede da COOPATAN, a Fábrica de Farinha de Mandioca, a Casa Familiar Rural – CFR, um centro de formação para os filhos dos cooperados entre 14 e 21 anos, cujo método é a pedagogia da alternância. O curso ofertado, que em 2008 foi reconhecido pelo Ministério da Educação-MEC, tem equivalência ao ensino médio com três anos de duração e mais um ano com equivalência à formação em Técnico em Agropecuária. A formação dos alunos é voltada para o aprendizado do cultivo e manejo de diversas culturas, gestão da propriedade, associativismo e cooperativismo, além de ensino geral.

Ainda no mesmo ano de 2003, foi implantado o Campo Experimental de Mandioca em uma área de 12 *hectares* na Fazenda Novo Horizonte, pela equipe da Embrapa – Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura / CNPMF, de Cruz das Almas (BA). O campo experimental objetiva gerar as recomendações agrônômicas para o cultivo de mandioca em Tancredo Neves e adjacências, bem como constituir um banco genético para fornecer o material de propagação para os mandiocultores cooperados da Coopatan. Foi considerado pela Embrapa/CNPMF como o maior campo de tecnologias disponíveis para cultivo de mandioca do País.

Em agosto de 2005, o governo do Estado da Bahia fez a doação de equipamentos para a montagem da fábrica de farinha da cooperativa. Com tecnologia de ponta seria possível processar 60 toneladas de raízes por dia, gerando 20 toneladas de farinha por dia. Josias Nunes, presidente da cooperativa, à época, afirmou: “A fábrica era o começo do sonho que se tornava realidade, queremos aumentar a nossa produção nos próximos anos e esperamos que mais produtores se integrem à cooperativa”²⁸. A cadeia da mandioca passou a ser organizada com o acompanhamento de técnicos para o gerenciamento do negócio, enquanto os pequenos agricultores faziam cursos sobre novas formas de cultivo e decidiam em consenso a forma de administrar a cooperativa.

²⁸ Informativo da cooperativa, 2004.

Inicialmente, na formação dos cooperados foi dada prioridade para o fortalecimento do associativismo e cooperativismo, o SEBRAE/BA disponibilizou os seguintes cursos: Redes Associativas (Despertando, Praticando e Estruturando o Associativismo), Saber Empreender. A Embrapa foi a responsável pelos cursos voltados para o aprendizado de técnicas de manejo e tratamentos de culturas, dentre outros, além do acompanhamento sistemático da propriedade, como atividade de formação prática que incluía o repasse de tecnologias de fácil assimilação aos cooperados, tais como plantar variedades mais produtivas, adubação e calagem, cujo objetivo é elevar a produtividade de raízes para, no mínimo, 20 toneladas por *hectare*, mudando assim o perfil da região que produzia apenas 8 toneladas por *hectare*.

A atividade formativa inclui ainda a participação em seminários, feiras e eventos relacionados com a cooperativa. Foi instituído pela cooperativa um concurso anual entre os produtores associados que visa premiar cooperados que apresentam uma produção anual de mandioca com maior produtividade. O objetivo do concurso é estimular o aumento constante da produtividade. O produtor conta com o acompanhamento de técnicos e financiamento do plantio patrocinado pela cooperativa. Dessa forma é possível alcançar bons resultados, chegando a mais de 25 toneladas/ha. Ressalta-se que essa é a produtividade do Paraná que é conhecido como o estado campeão em produtividade do Brasil.

Essas iniciativas formativas foram fundamentais para o processo de constituição e estruturação da cooperativa num universo de produtores com baixa escolaridade e sem formação profissional. Contudo, a educação-formação que é oferecida aos cooperados não prepara para a autogestão da cooperativa. Os conteúdos, orientações e organização do processo formativo não articulam os conceitos da gestão democrática. Já a viabilidade econômica é utilizada como ferramenta para avaliação de projetos produtivos, como a empresa capitalista utiliza. Foi nesse contexto que a Fundação Odebrecht tomou para si a responsabilidade de organizar a gestão da cooperativa enquanto os produtores se capacitavam para assumir a sua condução. Ocorre que a “ajuda” tomou a feição de uma imposição de um modelo diretivo baseado em concepções empresariais que vão de encontro aos princípios da autogestão, do compartilhamento do poder e das decisões, dentre outros. Nessas circunstâncias não

tardaram em eclodir as discordâncias na condução dos rumos da Coopatan e estas foram o estopim para a crise que se instalou entre a cooperativa e a Fundação que culminou com a paralisação da cooperativa por dois meses em 2007. A Fundação foi responsabilizada pelos cooperados por uma série de dificuldades que a cooperativa vêm enfrentando. O relato a seguir transcrito deixa evidente os conflitos oriundos da interferência direta da Fundação na condução da cooperativa, ao mesmo tempo em que evidencia o esforço dos cooperados por tornar a cooperativa independente da influência da Fundação:

“(....) antes a parceria com a Fundação (Odebrecht) era uma relação filial em que o pai só queria que o filho fizesse o que o pai queria” (....) chegamos a conclusão que a organização é melhor que um rio de dinheiro”²⁹.

Num outro trecho da entrevista, ainda sobre o episódio da paralisação da cooperativa em 2007, temos o seguinte relato, (..) hoje tudo é discutido entre a Fundação e a Coopatan, se acharmos que é bom, ok. “O modelo da TEO³⁰ não era eficaz para a cooperativa, o representante da Fundação entendia de empresa e não de cooperativa, queria impor o jeito deles (...) “Hoje, quem fala o que quer é a gente, essa cooperativa é outra hoje, vimos que nem toda dificuldade é o fim”. (....) “o poder dado ao ser humano é igual a uma nascente, se você não souber usar ela seca”³¹.

Analisando-se pela perspectiva da autogestão, pode-se inferir que os cooperados iniciam, com esse episódio, uma busca por autonomia em relação à Fundação. Ainda que incipiente, pode sinalizar uma busca por liberdade para agir. O processo de reestruturação e implantação de melhorias iniciados nesse período como a criação do Conselho Cooperativista, a mudança da sede da cooperativa para o mesmo local onde

²⁹ Relato de um cooperado, membro da Diretoria da Coopatan. Entrevista realizada em 16/10/09 na sede da cooperativa no Município de Presidente Tancredo Neves.

³⁰ Modelo da TEO - Centrada na Educação e no Trabalho, a TEO é uma filosofia de vida dividida em Princípios, Conceitos e Critérios concebidos por Norberto Odebrecht. A TEO assegura a unidade de pensamento e ação das pessoas nos diferentes negócios, países e contextos culturais em que atuam. Assim, é possível atender às necessidades dos Clientes, agregar valor ao patrimônio dos Acionistas, reinvestir os resultados alcançados e crescer em frentes distintas. Disponível em: <http://www.odebrecht.com/organizacao-odebrecht/tecnologia-empresarial-odebrecht>. Acessado em 10/05/2010.

³¹ Relato de um cooperado sobre a relação com os parceiros da cooperativa. Entrevista realizada na casa do cooperado em Presid.Tancredo Neves, em 29 de junho de 2010.

está instalada a fábrica de farinha, demonstram a disposição dos cooperados para assumir os rumos da cooperativa de forma autônoma, sem ingerências externas. Ainda não se pode afirmar que a cooperativa se estrutura na perspectiva de uma gestão democrática, porém alguns membros que compõem a atual diretoria demonstram disposição em colocar a temática em discussão.

Há ainda muito a ser feito, a cooperativa está em franco processo de maturação e são inúmeras as oportunidades de melhoria esperadas pelos cooperados. Entretanto, é possível constatar-se também as contribuições e mudanças ocorridas nas comunidades onde a Coopatan atua. Porém, o maior desafio para a Coopatan diz respeito a uma mudança na educação-formação que é oferecida aos cooperados e suas famílias. Aí reside uma oportunidade para trabalhar na perspectiva da autogestão e viabilidade econômica na preparação dos jovens que estão assumindo a gestão da cooperativa. Para tanto, a CFR tem um papel importante como *locus* de aprendizagem e formação.

CFR: Tecendo Saberes

A Casa Familiar Rural (CFR) é uma escola regular (Resolução CEE nº 104/2009, D.O. 06/06/2009), funciona em regime de Alternância e oferece uma formação que tem equivalência ao ensino médio, com três anos de duração e mais um ano para complementar a certificação para o grau de Técnico em Agropecuária. O projeto político pedagógico orienta-se pela Base Nacional Comum e pelo Catálogo Nacional de Cursos (Ensino Técnico de Agropecuária). A formação dos alunos é voltada para o aprendizado do cultivo e manejo de diversas culturas, gestão da propriedade, associativismo e cooperativismo, além de ensino geral.

O modelo escolar da CFR é baseado na Pedagogia da Alternância³², que mescla períodos de duas semanas em regime integral na Casa Familiar, em que o aluno trabalha

³²Para alguns autores o modelo das Casas Familiares nasceu na França, em 1937, e é baseado na Pedagogia da Alternância, que mescla períodos de uma semana em regime integral na Casa Familiar e duas semanas de aplicação supervisionada dos conhecimentos na propriedade familiar.

os conteúdos curriculares através de aulas expositivas, apresentação de seminários e discussões em grupo, mediados por um professor/monitor. As duas semanas seguintes são dedicadas à aplicação prática sob a supervisão do professor/monitor, em que os alunos aplicarão os conhecimentos na propriedade familiar. A CFR foi implantada em 2005, numa parceria entre a Coopatan e a Fundação Odebrecht.

A concepção do modelo educacional da CFR foi idealizada pelo Presidente do Conselho de Administração da Fundação (Norberto Odebrecht) e está muito impregnado da cultura empresarial. Isso pode ser constatado na descrição que o Diretor de Ensino da CFR³³, faz da proposta educacional:

é uma combinação da educação de jovens (*sic*) com a difusão de inovações organizacionais e tecnológicas, fomento à constituição de formas participativas de produção e comercialização (cooperativismo) e acesso a fontes de financiamento para que as comunidades rurais possam conquistar novos padrões de qualidade em termos de produção agrícola, agroindustrial e comercialização, com avanços em termos de criação de oportunidades de ocupação e aumento da renda familiar no campo.

Ainda segundo o Diretor de Ensino, “a liderança conceitual e gerencial do IDES e a capacidade de mobilização institucional da Fundação Odebrecht, bem como o aporte de recursos humanos e financeiros, permitiram a concepção de um modelo de intervenção que obedeceu a seguinte seqüência”: 1) diagnóstico de entrada, 2) concepção da governança, 3) definição de papéis, 4) engenharia financeira, 5) animação da comunidade, na qual a casa familiar rural exerce um papel significativo, tanto no que concerne ao desenvolvimento da propensão à cooperar como no que diz respeito à difusão de tecnologias, 6) prospecção ao nível nacional e internacional de tecnologias de produção e de processamento disponíveis para serem apropriadas imediatamente e estabelecimento de projetos de convalidação de tecnologias ou de P&D para gerar inovações ou adaptações de inovações existentes mais adequadas às características dos sistemas produtivos concebidos.

A CFR está inserida numa região em que historicamente a população apresenta elevados índices de analfabetismo, o que ressalta o potencial que uma proposta

³³ Entrevista realizada em 28 de junho de 2010 na CFR – Faz. Novo Horizonte, Tancredo Neves Ba.

educacional desse tipo que Freire (1987) denominava de “educação bancária”, tem para alienar e “vender” uma ideologia empresarial que se pretende como a “correta” para formar os cooperados. Como alternativa para reverter esse quadro a CFR pode vir a constituir-se como *lócus* de aprendizagem e desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias sociais para o aprendizado da autogestão e viabilidade econômica da cooperativa.

Esta perspectiva educacional retoma o conceito de educação do novo homem e da nova mulher que Freire (1987) chamava de educação nova que, diferente da colonial ou bancária, é uma educação pelo trabalho na perspectiva da colaboração e não da competição, uma educação que valoriza a ajuda mútua e não o individualismo. Arruda (2003) a denomina de “Educação da Práxis” aquela que supera os conceitos meramente funcionais ou estruturais da educação “(...) propondo uma *práxis* educativa de caráter permanente, *omnilateral* (...) e *monidimensional*” que desenvolve a criatividade e a visão crítica em oposição à passividade, que valoriza o trabalho manual e o trabalho intelectual a teoria e a prática, enfim, uma educação baseada na solidariedade.

Trata-se da educação que parte dos saberes e da prática dos educandos, e tem três objetivos complementares: apropriação do saber acumulado e já sistematizado através da transmissão da informação e das habilidades (habilitação); desenvolvimento das capacidades necessárias para fazer a crítica daqueles conhecimentos (capacitação); apropriação dos instrumentos, conhecimentos e atitudes que propiciam a criação de novos conhecimentos para um novo fazer do mundo e de si próprio (poiese e autopoiese). A educação solidária, nesta perspectiva, consiste na construção de *sujeitos* individuais e coletivos do seu próprio desenvolvimento e educação.

Como foi descrito neste estudo, na história de constituição da Coopatan, o caminho percorrido para a formação dos cooperados enfatizou os aspectos do associativismo, da cooperação, porém os aspectos da gestão e da viabilidade econômica da cooperativa foram negligenciados e isso trouxe consequências para o desenvolvimento da cooperativa. Tendo a Fundação Odebrecht como parceiro mais constante, quer seja no aporte recursos para financiar as atividades da cooperativa, ou administrando-a através da nomeação de gerentes e assessores para reestruturar a Cadeia Produtiva da Mandioca e administrar a Fábrica de Farinha, o modelo

empresarial baseado na Tecnologia Empresarial Odebrecht³⁴ para a gestão da cooperativa foi a referência que foi seguida. No decorrer do processo, entretanto, esse modelo de gestão gerou muitos conflitos entre os cooperados, a diretoria e a Fundação.

Após um período de quase dois anos de negociações (2007-2009), que envolveu paralisação da cooperativa, destituição da diretoria, afastamento de representantes da Fundação, foi iniciado o processo de reestruturação que se configurou no desenho do organograma: Conselho Cooperativista, órgão de apoio político-estratégico, constituído pelos presidentes das associações rurais cooperadas; Conselho Administrativo, que é a instância operacional; Conselho Fiscal, que supervisiona e fiscaliza as contas contábeis e a Assembléia Geral. Por meio de reuniões semanais, o Conselho Administrativo toma as decisões, supervisiona e define o plano de trabalho da cooperativa. Desde janeiro de 2010, a Presidência do Conselho de Administração é exercida por Elineide Correia Souza Santana, que foi eleita pela assembléia para um mandato de 04 anos.

Segundo relato da atual Presidente da cooperativa a diretoria colegiada (...) “atua de forma a consertar alguns erros de condução do passado”. “A Fundação, assim como outros parceiros da cooperativa, têm um papel “secundário”, já que não atua mais como administrador da cooperativa³⁵”.

O relato de outro cooperado evidencia que estes percebem a mudança como algo positivo, afirmando que a gestão da cooperativa melhorou após o processo de reestruturação, diz que:

“(...) antes tinha um descontrole grande dos custos, eles (a diretoria) estavam perdidos e os conflitos com o pessoal da Fundação (Odebrecht) (...) As mudanças ajudaram a cooperativa se erguer, quase fechou³⁶”.

³⁴ Em 1983, o livro Sobreviver, Crescer e Perpetuar sistematizou o que se decidiu chamar Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), contribuindo para a disseminação dos princípios, conceitos e critérios adotados desde as origens da Organização e para a prática do trabalho com base nos Planos e Programas de Ação. Norberto Odebrecht - Publicações Odebrecht, 1983.
Disponível em: www.odebrecht.com.br - Acessado em: 10/07/2010

³⁵ Entrevista realizada em 28/06/10, na sede da Coopatan, na Faz. Novo Horizonte – Tancredo Neves.

³⁶ Depoimento de um cooperado produtor de mandioca. Entrevista realizada em 28/06/10 na casa do cooperado na localidade de Ouro Preto – Tancredo Neves.

Na sequência da entrevista, entretanto, evidencia-se que o princípio da autogestão ainda não é exercido na cooperativa

(...) esse mês de maio eu soube, por um fiscal (do conselho fiscal), que a cooperativa pela primeira vez teve lucro. A Coopatan, hoje, já anda com as próprias pernas”.

Para Aguiar (*Revista Capina*, 2006) a disponibilização de uma forma-modelo de organização pode ser um dispositivo, mas não se constitui em um movimento de ruptura com a lógica hegemônica de padronização, presente nos processos de trabalho. Sinalizando que os graus de autonomia conquistados não pressupõem um estado de libertação, mas a ampliação dos espaços de liberdade frente aos constrangimentos, coerções e limitações impostos, muitas vezes de forma implacável, pelo sistema do capital.

A autora ainda sinaliza que podem ser criados dispositivos que favoreçam processos de autogestão. Mas, “a autogestão entendida como tomada de poder não é passível de ser ensinada ou transmitida. Ela é eminentemente uma atitude de recusa e de insurgência” (AGUIAR, *Revista Capina* 2006). Em função disso, para a pergunta como um empreendimento pode chegar à autogestão, não há modelos a serem aplicados ou ensinados. Porém, colocar a gestão como problema sinaliza a tendência de acolher processos de autonomia que são ativados permanentemente nos processos de aprendizagem dos cooperados.

De acordo com os entrevistados, a tomada de decisões na Cooperativa está diretamente relacionada à participação dos associados no cotidiano da cooperativa, nas reuniões, na assembléia. Porém, essa participação não vem acontecendo, para alguns cooperados falta interesse por parte deles mesmos com a cooperativa. Outros alegam que não participam porque “a diretoria se reúne e delibera e os sócios não ficam sabendo de nada”, diz:

“(...) falta conversa, explicar mais aos sócios, tem muita coisa por debaixo do pano e isso gera desconfiança. A Coopatan tem hoje mais de dois milhões de investimento, isso tudo é nosso, dos sócios e como a gente não tem participação em nada? Nunca vi nenhum balanço da cooperativa...”³⁷

³⁷ Depoimento de um associado. Entrevista realizada em 29 de junho de 2010, na casa do cooperado.

A desconfiança do cooperado em relação à gestão ética dos recursos financeiros e materiais por parte da diretoria é algo a ser tratado com a devida atenção. Outro dado revelador diz respeito à compreensão que o cooperado tem sobre a responsabilidade dele com os rumos da cooperativa. A urgência em superar dificuldades materiais também se configura como causa para o desinteresse pela cooperativa, o que contribui para que tanto as decisões como a liderança sejam exercidos por um pequeno grupo.

As observações dos entrevistados demonstram que no passado havia um distanciamento maior entre a diretoria da cooperativa e os cooperados, sugerindo que havia uma ação deliberada por parte da diretoria em afastar o cooperado das decisões, ficando estas restritas a um pequeno grupo. Por outro lado, evidencia, também, o desinteresse dos associados em participar ativamente da cooperativa.

“A antiga diretoria tratava o cooperado distanciado (*sic*). Os dirigentes atuais são mais atenciosos com os agricultores, com suas reivindicações, mas ainda tem muitas falhas, que eu acredito que os diretores atuais vão corrigir”.

Segundo os depoimentos coletados, pode-se perceber a dificuldade que os associados têm em lidar com o fato de a cooperativa não ter um “patrão” que determine o que será feito. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se queixam que a diretoria centraliza as informações e as decisões, esperam que esta resolva os problemas, inclusive aqueles de ordem pessoal. As relações interpessoais são fortemente marcadas pela hierarquia social tanto entre os associados, como entre estes e a direção da cooperativa, o padrão hierárquico é do tipo vertical, ou seja, quem tem um cargo de comando na cooperativa, ou aqueles produtores de maior poder aquisitivo é tratado com distinção, “quem tem mais, tem mais poder, pode exigir mais”.

No que diz respeito aos conflitos entre os associados, os entrevistados afirmaram não existir nenhum tipo de conflito entre os mesmos. Entretanto, indícios de conflitos aparecem nos depoimentos dos mesmos:

“A gente sempre que se reúne toma as decisões, todo mundo concorda, mas depois um ou outro diz que não se lembra que não sabia e não cumpre o que foi concordado (*sic*), isso desanima a gente...”³⁸

Quando questionados sobre os conflitos entre os associados e a diretoria, os depoimentos são muito parecidos: “Muitos diretores que passaram pela cooperativa não tinha compromisso e isso gerava muitas brigas (...). Acho que os dirigentes atuais têm pouca capacidade, mas são pessoas honestas, nós precisamos é ajudar para fazer a cooperativa andar...”³⁹.

A frequência dos cooperados em assembléias e reuniões é pouco expressiva. Os depoimentos dos cooperados apontam para a falta de entrosamento entre estes e a diretoria, mais eles têm muita dificuldade em participar das reuniões ou assembléias mesmo quando são convocados, conforme pode ser observado no depoimento que se segue: “A distância (...) pela dificuldade de transporte eu participo pouco das reuniões (...) a cooperativa podia conseguir um carro pra pegar nós(*sic*) pra levar pra assembléia quando tiver, eles também têm interesse.”

Quanto às parcerias, a COOPATAN, desde a sua formação, além da Fundação Odebrecht, vem recebendo contribuições de diversos parceiros como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/BA, Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Banco do Nordeste do Brasil, Fundação Banco do Brasil e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Esses apoios foram fundamentais para que a cooperativa superasse os desafios iniciais e se estruturasse. Atualmente, entretanto, a cooperativa tem encontrado dificuldades para obter apoio dos parceiros, tanto por discordâncias na condução dos rumos da cooperativa, como pela escassez de recursos por parte das instituições financiadoras. Isto vai requerer da cooperativa uma gestão competente dos recursos materiais, contudo, no estágio atual, os cooperados não têm, ou não sentem-se capazes de realizar essa

³⁸ Depoimento de um cooperado. Entrevista realizada em 28/06/10, na casa do cooperado em Tancredo Neves. Três cooperados fizeram a mesma afirmativa.

³⁹ Depoimento de um cooperado. Entrevista realizada em 28/06/10, na casa do cooperado em Tancredo Neves.

gestão. Assim, ainda recorrem ao auxílio da Fundação para orientações quanto à busca de soluções para tornar a cooperativa economicamente sustentável.

Para tanto, a organização e distribuição de tarefas da fábrica de farinha, onde é produzido o carro chefe da cooperativa, “farinha de mandioca”, ou seja, a instância onde se produz o capital produtivo ainda conta com a assessoria de um representante da Fundação. Ele é responsável pela articulação com o mercado para venda dos produtos, porém, a realização de tarefas do tipo “braçal” é realizada por cooperados e/ou trabalhadores com carteira assinada. Todavia, é importante sinalizar que há instâncias distintas onde se realiza o trabalho.

Na entrevista, quando é pedido ao Supervisor da fábrica de farinha para descrever a divisão do trabalho aí existente, ele dá a seguinte definição: “o trabalho é organizado pelos critérios de produção onde são alocados os trabalhadores conforme as seguintes unidades: raspadeira, prensa, ralador, torragem e envase. Essa divisão, se parece com o modelo verticalizado utilizado na linha de produção da fábrica capitalista, em que a divisão do trabalho se dá em função dos operários serem classificados e distribuídos segundo suas aptidões específicas. Esse aspecto, portanto, é incompatível com processos de autogestão que preconiza a repartição do trabalho a partir de um processo de poder compartilhado de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes papéis sociais de cada um dentro da cooperativa. Visto dessa maneira, a divisão do trabalho praticada atualmente na cooperativa mascara, ainda, a relação de dominação que há entre aquele que toma as decisões (o assessor da Fundação) e aqueles que realizam o trabalho (cooperados e trabalhadores).

A dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Nessas condições se incluem variados recursos como: as relações do trabalhador com os outros, com as normas produtivas ou as instruções operacionais. E, ainda, as condições incluem as relações do trabalhador consigo mesmo, dos usos que faz de si – suas aspirações, desejos, crenças - ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a tendência ou dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.

Nas unidades familiares dos cooperados que produzem a mandioca que é vendida para a cooperativa, a divisão do trabalho segue a trajetória do modelo historicamente preconizado na agricultura familiar, ou seja: geralmente a família

trabalha junto (pai, mãe e filhos) sob o comando do “chefe da família”, a mulher trabalha em todas as etapas do plantio e ainda cuida dos afazers domésticos (faz comida, lava, passa, arruma a casa), os filhos estudam e no turno seguinte ajudam na lida.

Não temos elementos para evidenciar se há ou não repartição dos resultados da cooperativa, pois não tivemos acesso aos balanços. Por outro lado, conforme vários depoimentos, a cooperativa vem nos últimos três anos trabalhando no vermelho, ficando, portanto, subentendido que não há resultados a distribuir entre os sócios. Quando a atual diretoria assumiu (janeiro 2010), diante do *défict* que a cooperativa apresentava, os sócios foram convocados a regularizar seus débitos com a cooperativa⁴⁰. Outras medidas de contenção de custos estão em estudo para serem implementadas de forma a permitir que a cooperativa possa melhorar o controle de suas contas para uma gestão financeira mais eficaz com vistas ao alcance da sustentabilidade da cooperativa.

No que diz respeito à divisão entre os cooperados e empregados de carteira assinada que realizam serviços “braçais e intelectuais”, não foram encontradas diferenças. O que se observa, nesse sentido da divisão do trabalho, é que este se “define” de acordo com as aptidões de cada um, por uma estruturação previamente definida de acordo com as áreas como descrito acima. Porém, considerando a cooperativa em sua integralidade, entre a diretoria, os associados produtores, o assessor da Fundação e os que trabalham na fábrica de farinha, há uma distinção entre os que “sabem” e os que “não sabem”, evidenciando que há uma separação entre quem executa, quem planeja e decide. Conforme demonstrado no depoimento de um produtor de mandioca diante do questionamento se o mesmo tinha conhecimento dos objetivos da Coopatan:

“Eu não sei responder sobre isso porque não participo muito, pois esse é um assunto mais da diretoria, eu nem tenho capacidade para opinar sobre isso”⁴¹

⁴⁰ A quota parte que o cooperado paga ao associar-se à cooperativa desde sua constituição era dividido em prestações (10 parcelas de R\$30,00). Muitos cooperados deixaram de pagar essas parcelas. Outros estavam inadimplentes com os empréstimos tomados na cooperativa. Daí todos os inadimplentes foram convocados para quitar suas dívidas.

⁴¹ Depoimento de um cooperado. Entrevista realizada em 28/06/10, na casa do cooperado em Tancredo Neves.

A cooperativa vem atravessando dificuldades financeiras pela falta de capital de giro, dívidas com fornecedores e com a Fundação⁴². O pagamento aos cooperados que fornecem a matéria-prima para a fábrica de farinha tem-se constituído em um dificultador na entrega do produto, pois o alargamento do prazo de pagamento não é atrativo, fazendo com que a produção seja desviada para venda a atravessadores que pagam um preço melhor, à vista. Conforme o depoimento de um associado constata-se que:

“(...) a Coopatan está descapitalizada, hoje ela compra do produtor e paga com 30 e 60 dias, o pequeno não suporta isso porque precisa comer, (...) O que acontece é que a cooperativa está sendo derrubada pelo atravessador...”

O depoimento acima evidencia que as dificuldades que a cooperativa vem atravessando põem em risco sua capacidade em manter-se funcionando, o que reforça a importância do estudo de viabilidade econômica para que os cooperados tomem conhecimento da real situação da cooperativa e através de um processo educativo que reforce a importância dos princípios associativos e solidários encontrem alternativas para reverter esta situação.

Na formação para a autogestão que é ofertada pela CAPINA, os participantes dos empreendimentos econômicos populares, ao iniciarem o curso, têm como primeiro passo a aprendizagem sobre gestão e a viabilidade do empreendimento. Esta estratégia integra dois campos simultâneos do programa formativo: a capacitação técnica para levar adiante a iniciativa de forma sustentável, e as questões associativas, isto é, aquelas relacionadas com a propriedade familiar ou coletiva do empreendimento, a autogestão, a solução de conflitos e contradições, os valores do trabalho em cooperação, a partilha, a solidariedade, e os conceitos de direitos econômicos, de democracia econômica e economia solidária.

Nas entrevistas com os cooperados, quando são perguntados sobre o conhecimento que têm sobre gestão democrática, economia solidária e viabilidade

⁴² A Coopatan tem débitos com a Fundação, cujo montante, relatado “em *off*” por um cooperado é da ordem de mais de 1 milhão de reais.

econômica, a maioria (produtores de mandioca, trabalhadores da fábrica de farinha) respondeu que não sabia, que não tinha conhecimentos para falar sobre esses temas. Entretanto, quando perguntados sobre a participação em cursos, seminários e feiras eles conseguem identificar os conceitos e como estes se dão na prática, destacando a importância da Coopatan adotar os mesmos. Estes dados evidenciam a dicotomia entre o saber que se dá na prática e o saber sistematizado.

Quando a mesma pergunta foi feita aos dirigentes da cooperativa, ou aos alunos e monitores da Casa Familiar Rural, estes, responderam, em sua maioria, que conheciam os conceitos, pois os mesmos fazem parte do conteúdo do curso de Técnico em Agropecuária Demonstraram, porém, alguma desconfiança na efetividade em adotar-se a gestão democrática na cooperativa e os princípios da economia solidária, o que demonstra que mesmo que o conceito esteja assimilado e entendido há uma desconfiança na própria capacidade de implementá-los na prática. Quanto à viabilidade econômica, avaliam que é importante os alunos da CFR aprenderem a realizar o estudo de viabilidade econômica quando vão iniciar algum plantio na propriedade rural. Isso evidencia o uso da viabilidade econômica como instrumento para tornar claro o retorno do investimento, da mesma forma como é utilizado pelas empresas capitalistas para a tomada de decisões.

A proposta de formação da CAPINA concebe a viabilidade econômica como um meio de aprendizagem para o empreendimento cooperativo, pois este envolve tanto os aspectos da gestão e compartilhamento do poder, como as definições sobre as regras de convivência do grupo, ou seja, as “relações associativas”. A análise econômica implica em saber escolher bem as perguntas sobre o projeto que se pretende realizar ou aquelas relativas às contas contábeis do empreendimento que já está em funcionamento. Com base nas respostas a estas perguntas, podem-se fazer os cálculos necessários para a análise de viabilidade econômica do projeto ou do empreendimento cooperativo.

Os cooperados precisam ter todas as informações necessárias para que possam avaliar e decidir, com conhecimento de causa, sobre as implicações do projeto e sobre a responsabilidade de cada um em relação às várias atividades previstas. Este é o maior desafio para o sucesso do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alternativas do “ganha-pão” dos desempregados, dos subempregados, dos desprotegidos sociais, como consequência do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos, tem na economia solidária elementos de força social para enfrentar a face cada vez mais destrutiva do capital, no sentido humano, econômico e ambiental. Com esta perspectiva analítica, estudamos a centralidade que a educação-formação assume para os empreendimentos econômicos solidários na perspectiva do fortalecimento da economia solidária, na ótica de uma prática social transformadora das relações sociais em novas bases.

Os Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) referidos neste trabalho são aqueles classificados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, aceitos também por outras instituições do movimento da economia solidária no Brasil. Esta definição diz que um Empreendimento Econômico Solidário – EES “é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.

Nesta perspectiva, o sentido do termo solidariedade aqui referenciado, portanto, não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim, ao trabalho coletivo, cooperativo, autogestionário, comunitário, que perpassa por uma nova ética nas relações humanas, uma nova educação, nova ética das relações de trabalho, econômicas, comerciais, que também é política e social. Ainda que, como pondera Kraychete (2000), “o conceito de economia solidária carregue algo de projeção e de desejo”. Desejo por um mundo melhor, por uma sociedade igualitária, por uma liberdade do trabalho autogestionado das amarras do capital. É possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. “Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os

novos conceitos buscam denominar ou projetar” (KRAYCHETE, *apud* GAIGER, 2009).

O que Kraychete (2000) tenta desvelar são as armadilhas que incorre-se ao analisar-se uma *práxis* espontânea que tem diversas motivações para acontecer. Diz que, para além das denominações, os conceitos precisam dar conta de um real e devem ser construídos com a participação dos atores envolvidos com a prática cotidiana, evitando, desse modo, projeções ideológicas e intelectuais distanciadas da realidade.

Diante da complexidade do conceito de economia popular e solidária, a discussão conceitual referenciada neste estudo não teve a pretensão de abarcar toda a sua dimensão. Porém, orientou-se na compreensão da temática da economia popular solidária como aquela que acontece na vida real para milhares de pessoas excluídas pelo mercado capitalista. Orientou-se, também, na perspectiva de um novo olhar, na forma de instituir-se a vida econômica dos sujeitos: produzir e distribuir riquezas, entendendo que na economia real, o *ato econômico* nem sempre é fruto da ação humana racional e deliberada com vistas a um resultado. Pelo contrário, a economia popular que também é solidária impõe-se como um modo de reprodução material da vida, que é ao mesmo tempo econômico, mas também é social e político.

A despeito das denominações que se use para nomear uma prática de sobrevivência que vem sistematicamente garantindo a reprodução material de muitas famílias e, apesar da crise sistêmica do capital, que gera sempre mais excluídos, urge encontrar respostas para os problemas do desemprego, do empobrecimento da classe trabalhadora e as perdas de direitos sociais que se vivencia na contemporaneidade. A economia solidária por si só, certamente não poderá resolver a pobreza, mas vem constituindo-se como uma alternativa para algumas centenas de pessoas excluídas pelo sistema capitalista em vários países periféricos do mundo, e de modo especial no Brasil.

Dessa maneira, trabalhar na perspectiva de sua consolidação, via os empreendimentos econômicos solidários, sem dúvida é um passo importante. Para tanto, segundo alguns autores, é necessário enfrentar-se a questão da falta de educação-formação adequada, pois esta tem-se constituído como uma barreira para a superação da fragilidade destes empreendimentos, além da falta de sistematização de práticas de gestão adequadas à realidade dos mesmos que não sejam mera reprodução daquelas

práticas recomendadas para a empresa capitalista. Assim, chamam a atenção para a importância de se formarem assessores-educadores que tenham familiaridade ou formação adequada para lidar com esses empreendimentos singulares via a intensificação da pesquisa acadêmica sobre a temática.

Ressalta-se que o empenho de alguns pesquisadores e outros agentes pode contribuir para a construção do que Arruda (2007), chama de *educação cooperativa*, ou *educação solidária*; que é aquela que visa contribuir para o empoderamento e a emancipação dos participantes dos empreendimentos. Trata-se da educação que parte dos saberes e da prática dos educandos, e tem três objetivos complementares: apropriação do saber acumulado e já sistematizado; desenvolvimento das capacidades necessárias para fazer a crítica daqueles conhecimentos; e, apropriação dos instrumentos, conhecimentos e atitudes que propiciam a criação de novos conhecimentos para um novo fazer do mundo e de si próprio. A educação-formação solidária, nesta perspectiva, consiste na construção de sujeitos individuais e coletivos do seu próprio desenvolvimento e educação.

É preciso levar-se em conta, ainda, que o universo da economia solidária no Brasil é composto por uma diversidade muito grande de tipos de empreendimentos - seja na forma jurídica (cooperativas, associações e empresas) seja na atividade desenvolvida. Assim, vale lembrar que essa diversidade vai exigir um esforço maior para sua compreensão e conceituação, no sentido de não nos deixarmos seduzir pela tendência de tudo empacotar num método ou modelo a ser reproduzido em escala. Portanto, o termo educação-formação utilizado neste estudo, “significou um processo educativo que visa à emancipação e não à domesticação dos participantes.” (ARRUDA, 2007)

Ao problematizar a questão da educação-formação adequada para os empreendimentos econômicos solidários, vimos que a autogestão como processo educativo é uma das condições essenciais para o longo processo de desalienação do trabalho. Isto porque uma profunda revolução não se realiza apenas com a tomada ou com a conquista do poder do Estado e com a passagem dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores, mas fundamentalmente, com uma mudança radical do sentido do trabalho, do sentido da própria vida em sociedade.

Como afirmam Silva e Pitanga (2008), a educação-formação em economia solidária não substitui a educação básica considerada como direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Como nos demais processos autogestionários de produção da vida, a educação-formação para a autogestão tem como perspectiva o trabalho-criação, no qual homens e mulheres, além da apropriação coletiva ou individual-associativa dos meios de produção, têm o controle sobre todo o processo (produção, gestão, beneficiamento, distribuição, troca e consumo ético/crítico/consciente dos frutos do seu trabalho).

Dizem as autoras que é importante distinguir bem a referida perspectiva da concepção que entende o valor da educação como atributo econômico e que coloca no trabalhador a responsabilidade pela sua empregabilidade. A formação do trabalhador, segundo a Teoria do Capital Humano, dar-se-á através das “competências” e “habilidades” tão propaladas nas políticas para a educação.

“Reiteradamente enfatiza-se a construção do *novo homem*, do *novo cidadão*, com base no modelo de *competência e empregabilidade* para uma *nova organização social*, segundo um novo paradigma de Estado, fundado em valores mercantis para atender, entre outros, a transformação da estrutura do mercado de trabalho, com terceirização, precarização e flexibilização das relações trabalhistas; passagem da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, desaparecimento dos direitos sociais do trabalho; transferência de deveres e responsabilidades do Estado e do direito social e subjetivo do cidadão para a sociedade civil que se constitui em um novo paradigma de políticas públicas: oferta pública e execução na sociedade civil.” (SILVA, PITANGA 2008)

Com a investigação, pudemos entender que as dificuldades da cooperativa estudada não se restringem apenas ao aspecto financeiro da falta de capital e apoios administrativos gerenciais. Todavia, a falta de conhecimento, a fraca participação do associado e uma formação educacional insuficiente interferem na capacidade de atuar de forma cooperativa, solidária e autogestionária. Esses aspectos são predominantes entre os cooperados e sugerem uma reprodução das mesmas relações sociais existentes nas mais variadas instâncias da vida que reproduzem as desigualdades, a hierarquia social, o perverso fenômeno da exclusão, da desfiliação do homem em relação a laços de sociabilidades criados para proporcionar “bem estar” social.

Ainda que a economia solidária tenha como pressuposto atuar sobre a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade, no nível de renda/condições de vida mais gerais dos trabalhadores, nas reivindicações por direitos – ação sobre o espaço público –, mobilizando atores institucionais diversos para solucionar problemas públicos (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), é necessário um projeto educativo/projeto de sociedade que tenha a formação de produtores livremente associados na produção como possibilidade de resignificação de uma sociedade de novo tipo.

Tomando o entendimento de que a economia solidária surge como uma alternativa ao modo capitalista de organizar meios sociais e produtivos a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável, os processos educativos devem ensinar que é preciso driblar a lógica excludente do mercado e fortalecer processos constituintes de outras formas de produzir a vida. Perpassa o campo ético da iniciativa contra o desemprego, a vulnerabilidade social e se constitui em um processo educativo (SILVA, PITANGA 2008).

A economia solidária traz ainda a perspectiva de um desenvolvimento econômico em novas bases, estabelecendo novas relações de trabalho. (VALLE *apud* SILVA & PITANGA, 2008). Essas novas relações de trabalho desenvolvidas nos empreendimentos autogestionários são uma inovação radical que pode contribuir para a sustentabilidade do negócio. Elas podem vir a modificar profundamente as relações de trabalho atuais, herdadas da cultura anterior, e ter um impacto significativo nas diferentes esferas de gestão da cooperativa (organização, produto e processo).

Como afirmam Silva e Pitanga (2008), é importante discutir as possibilidades e experiências concretas de desenvolvimento do espírito de cidadania de determinados segmentos da população através de iniciativas relacionadas à economia solidária. Aspecto que se difere do trabalho realizado na educação escolar que reproduz a educação bancária assim classificada por Paulo Freire. Freire propõe uma educação dialógica que prime pelo respeito ao saber popular e pela participação dos educandos no processo educativo. Partindo do universo do indivíduo, entende-o como sujeito da sua história, possibilitando que o mesmo faça a leitura do seu mundo, com o objetivo de transformá-lo. O conceito de educação como processo de transformação do homem e do

mundo conduz para os campos da economia, política, ciências sociais, das causas ambientais, da viabilidade econômica e da sustentabilidade.

Neste ponto, a questão que se coloca refere-se ao argumento do estudo aqui proposto, que questiona a insuficiente educação-formação que é ofertada aos empreendimentos da economia solidária. No decorrer do estudo e, na medida em que foram analisadas as diferentes contribuições de entidades de fomento à economia solidária como o FBES, SENAES, UNITRABALHO/INCUBA/UNEB, CAPINA e ONG's, pode-se chegar à seguinte constatação: há valiosos conhecimentos e informações sobre o campo da economia solidária e amplas discussões nos espaços institucionais, que demonstram a maturidade conceitual para a compreensão da problemática em questão. Entretanto, falta articulação entre as instituições de fomento / assessoria e o conhecimento que chega aos empreendimentos. Tais conhecimentos são, muitas vezes, fragmentados e parcializados, sem uma visão completa da problemática: cada instituição conhece, apresenta e atua numa parte do problema. Como equacionar, então, estas questões para que o conhecimento e a educação se constituam em uma instância de libertação e promoção da cidadania para os participantes dos empreendimentos econômicos solidários?

Este trabalho não pretendeu abranger todas as dimensões deste tema. Estes questionamentos abrem, assim, uma oportunidade para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaio de Sociologia do Trabalho. Editora Práxis, 2007.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO. Brasília: OCB, 2000. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/>> Acesso em: abril 2010.

ARRUDA, M. Tornar Possível o Sonho Impossível - a formação do ser humano integral: Educação da Práxis e Economia Solidária. Editora Vozes, Petrópolis, 2003.

ARROYO, M. G. "Educação e exclusão da cidadania." In; BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia – SEI. Índices de Desenvolvimento Econômico e social dos Municípios Baianos-2001. Salvador, 2002.

Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial /Fernando Fischer, organizador; [autores] Antonio Nascimento ... [et al.]. – Salvador: CIAGS/UFBA, 2007. 224p.: il.; . – (Coleção Gestão Social - Série Editorial CIAGS)

BITTENCOURT, C. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

Capitalismo, trabalho e educação/ José Claudinei Lombardi. Demerval Saviani. José Luis Sanfelice (orgs). 3. ed. - Campinas SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005 (Coleção educação contemporânea)

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CHAUÍ, M. Público, Privado, Despotismo. In: Adauto Novaes (org.) *Ética: vários autores*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007. p.488.

DIAS, R. E. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação. s/l, v.4, n.6, dez/03.

DUARTE, R. B.de A. Histórias de sucesso: agronegócios: mandiocultura /Casos de Sucesso, Brasília: Sebrae, 2007.

Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação/Gabriel Kraychete. Kátia Aguiar (orgs). São Leopoldo: Oikos, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. de, LAVILLE J-L. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação In: V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: o mundo empresaria e a questão social. Porto Alegre, PUCRS, 2 a 5 de maio de 2006.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessário à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez Editora; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. Trabalho e trabalhadores: A dupla face do trabalho, criação e destruição da vida. In: Gaudêncio Frigoto, Maria Ciavatta (orgs.) A experiência do trabalho e a educação básica: vários autores. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GAIGER, L.I. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. Ijuí: Contexto e Educação, 1998.

_____. O trabalho no centro da Economia Popular Solidária. Caxambu: Unisinos, 1999.

_____. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em:< <http://www.idcoop.org.br/> > Acesso em março de 2010.

_____. A racionalidade dos empreendimentos de economia solidária segundo os dados do primeiro Mapeamento Nacional. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download>. Acessado em: 30.11.09.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. Cooperativismo: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAYCHETE G. Sustentabilidade e viabilidade de empreendimentos associativos: Aspectos a serem considerados. In: PROJETO DE CAPACITAÇÃO DA REDE DE INCUBADORAS DA UNITRABALHO – Nordeste. Curso de viabilidade econômica e gestão democrática. CAPINA – Salvador/Ba. Dez 2008 e Janeiro 2009.

_____. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Políticas de apoio aos empreendimentos da economia solidária. Exposição realizada no II Congresso das ITCPs-USP, 14/dezembro/2008.

KUENZER, A. Z. Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. Disponível em: www.pde.pr.gov.br. Acessado em: 27.10.08.

HOBBSAWM, E.. Era dos Extremos: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLAND M., FGV – 2009. Disponível em: www.fgv.com.br. Acessado em: 05.06.2010.

MARX, K. ENGELS, F. Feuerbach. Oposição das Concepções Materialista e Idealista (Capítulo Primeiro de A Ideologia Alemã). 1845-46. Disponível em: www.marixtas.org. Acessado em: 05.04.2009.

MAUÉS, O. O Modelo de Competências nas Diretrizes Curriculares da Formação dos Professores. In: MAUÉS, o. e Lima, R. (Org.) Alógica das Competências na Formação Docente. Belém: EDUFPA, 2005.

POCHAMAN, M. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Contexto, 1998.

POLANY, K. A Grande Transformação: As origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SINGER, P. & SOUZA, A. R. de. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária é um projeto de uma nova sociedade, mais livre, justa, democrática e igualitária. <<http://www.consciencia.net>> Acesso em 15/07/2009.

SANTOS, B. de S. Um Discurso sobre as Ciências. Porto: Afrontamento: 1996.

SILVA, R. B. & PITANGA, R.A. Economia Solidária e Educação Básica na Bahia: alternativa à lógica da exclusão? Artigo apresentado no Simpósio de Educação Básica, 2008, IAT - Salvador/Bahia.

TIRIBA, L. Formação de trabalhadores face à crise do emprego: pontos para uma pedagogia dos empreendimentos populares'. In: EJA-AR. Educação de Jovens e Adultos. Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, RJ, Caderno nº06, 1998.

Tendências da Economia Baiana, Superintendência de Planejamento Estratégico, Diretoria de Políticas Públicas, Coordenação de Políticas Regionais e Urbanas (DPP-CPRU), SEPLANTEC, 2000.

TONET, I. Educação, cidadania e emancipação humana. Marília. Tese de doutorado, 2001. Disponível em: www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/020e4.pdf. Acessado em: 18.09.2009.

_____. MARXISMO PARA O SÉCULO XXI. Prof. do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas. Palestra proferida na UFBA/Lemarx em 2006.

YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Porto Alegre, Bookman, 2001.

“What Whashington Means by Policy Reform” in John Williamson , ed., *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* (Washington: Institute for International Economics, 1990).

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de Entrevista com Dirigentes da COOPATAN

- a) Nome:
- b) Formação:
- c) Cargo:
- d) Tempo de Mandato:
- e) Município de Residência:
- f) O que o/a motivou para participar da cooperativa?
- g) Quais as resistências/ dificuldades encontradas para a consolidação da cooperativa?
- h) Ao longo dos anos a gestão da cooperativa tem sofrido modificações. Quais os impactos dessa mudança para a viabilidade da cooperativa e para os cooperados?
- i) Quais são os objetivos e metas da cooperativa para o ano de 2010 e os meios para atingí-las?
- j) Quais são as estratégias de comercialização e inserção de mercado adotadas pela cooperativa?
- k) Em relação à educação-formação do cooperado quais ações a cooperativa desenvolve e implementa?
- l) Qual é a importância da Casa Familiar Rural de T. Neves para a COOPATAN?
- m) Como se estabelece a relação da cooperativa com os parceiros?
- n) Quais são os desafios a superar para a continuidade da cooperativa?
- o) Qual seu conceito sobre gestão democrática, viabilidade econômica e economia solidária. Esses métodos são aplicados na cooperativa?
- p) Como são tratados os conflitos e pontos de tensão na cooperativa?
- q) A diretoria tem autonomia para tomar decisões? (modelos de poder ou de influência, dentro da cooperativa: diretoria, associados, parceiros)
- r) Qual a natureza das sanções adotadas pela cooperativa e sua aceitação pelos cooperados?
- s) Quais são os meios de comunicação adotados para divulgação da cooperativa e interação com os cooperados e parceiros?
- t) Na sua percepção o que representa a CFR e a COOPATAN hoje para os municípios de Tancredo Neves, Valença e outros?

ANEXO B – Roteiro de Entrevista com o Diretor de Ensino e Monitores da CFR

- a) Nome:
- b) Formação:
- c) Cargo:
- d) Salário:
- e) Município de Residência:
- f) O que levou a CFR a adotar a Pedagogia da Alternância como modelo teórico-metodológico?
- g) Que referenciais norteiam o projeto político-pedagógico da CFR?
- h) Como se dá a articulação entre o processo de formação da CFR e a escolarização formal?
- i) Como se dá a articulação entre o saber trazido pelos discentes com o saber acadêmico e científico nos processos educativo-formativo da escola?
- j) Quais instrumentos o curso utiliza para que os alunos tornem-se aptos em reelaborar e trabalhar seus saberes e experiências?
- k) Como é o processo de seleção de monitores/professores? Qual o perfil desses profissionais?
- l) Você acredita que o *currículum* do curso atende às demandas atuais para a formação de gestores da cooperativa? De que forma?
- m) Como a CFR é vista hoje pela COOPATAN?
- n) A gestão democrática, a viabilidade econômica da cooperativa e a economia solidária são conteúdos articulados na aprendizagem dos discentes?
- o) Existe alguma previsão de reformulação para o Curso?
- p) Quanto aos alunos egressos da CFR, estes apresentam alguma mudança depois de formados (Atitudes, Hábitos, Conhecimento, Auto-estima, status pessoal)
- q) Existe algum tipo de acompanhamento do egresso? Como eles têm se comportado no tocante a continuação de estudos, participação na cooperativa?
- r) E quanto à atuação dos egressos na comunidade em que vivem?
- s) Qual seu conceito sobre gestão democrática, viabilidade econômica e economia solidária?
- t) Na sua percepção o que representa a CFR e a COOPATAN hoje para os municípios de Tancredo Neves, Valença e outros?

ANEXO C – Questionário Modelo B1

Prezado respondente, Saudações!

Este questionário tem o objetivo de colher sua opinião sobre aspectos variados da COOPATAN, que é objeto de estudo da pesquisa intitulada A Economia(IN) VISÍVEL DOS EES: o princípio educativo-formativo da gestão democrática e viabilidade econômica. A referida pesquisa esta vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB. Ao responder este questionário você estará contribuindo para o entendimento sobre a formação que é oferecida aos cooperados da Coopatan. Além disso, contribui também para entender em que medida a atuação da cooperativa resulta em melhorias tanto para os seus associados quanto para a comunidade como um todo. Assim, agradecemos antecipadamente sua colaboração e colocamo-nos à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre o referido tema.

Rita Assunção Pitanga

Mestranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA.

Público Alvo: produtor de mandioca, supervisor da fábrica de farinha, trabalhador da fábrica de farinha.

PERFIL

Nome: (facultativo) _____

Cargo: _____ Tipo de Vínculo: () CLT () Cooperado

Faixa etária: [] de 20 a 30 anos b) [] de 30 a 40 anos ou mais

Sexo: [] Feminino b) [] Masculino

Escolaridade: _____

Naturalidade _____

Município em que reside: a) [] Valença b) [] Presd. Tancredo Neves c) [] outros

1 - SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA COOPATAN

1.1 - O senhor (a) é associado à COOPATAN ?

a) Sim [] b) Não []

1.2 - Em caso afirmativo, desde quando?

a) desde a fundação [] b) há menos de 5 anos [] c) há mais de 5 anos []

- a) gerenciamento das organizações objetivando lucro e produção
 - b) Planejamento e organização
 - c) Aquisição, construção, transferência e socialização das decisões pelas pessoas nas organizações objetivando resultados para todos envolvidos..
 - d) Não tenho opinião formada
-

2.2- O conceito de gestão democrática foi apresentado a você em algum conteúdo do curso de Técnico Agrícola ou outro curso oferecido pela COOPATAN?

- a) Sim
- b) Não
- c) Em parte
- d) Não tenho opinião formada

Justifique: _____

2.3- Você acredita que o conceito de gestão democrática deva ser implementado na COOPATAN, porquê?

- 1. Sim ()
- b) Não

Justifique: _____

3 - SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1- Qual seu conceito sobre economia solidária?

- a. uma alternativa ao capitalismo.
- b. uma forma de organização social da produção, do trabalho e de repartição da renda.
- c. O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.
- d. Nenhuma dessas respostas

Justifique: _____

3.2- O conceito de economia solidária foi apresentado a você em algum conteúdo do curso de Técnico Agrícola ou outro curso oferecido pela COOPATAN?

- a) Sim
- b) Não
- c) Em parte
- d) Não tenho opinião formada

Justifique: _____

3.3- Você acredita que o princípio da economia solidária deve ser implementado na COOPATAN, porquê?

- 1. Sim ()
- b) Não

Justifique: _____

4 - SOBRE VIABILIDADE ECONÔMICA

4.1 - Qual seu entendimento sobre viabilidade econômica?

- a. Análise que tem o objetivo de avaliar o retorno de um investimento em determinado empreendimento econômico.
- b. Identifica as condições que precisam ser atendidas para que o empreendimento seja lucrativo.
- c. Concebido para ser elaborado antes de se concretizar qualquer gasto já que um de seus objetivos é reduzir o risco do investimento resultar em frustração ou prejuízo.
- d. Nenhuma dessas respostas.

Justifique:

4.2- A metodologia da viabilidade econômica foi apresentada a você em algum conteúdo do curso de Técnico Agrícola ou outro curso oferecido pela COOPATAN?

- a) Sim b) Não c) Em parte d) Não tenho opinião formada

Justifique:

4.3- Você acredita que a metodologia da viabilidade econômica deve ser implementada na COOPATAN, porquê?

1. Sim () b) Não

Justifique:

5- SOBRE QUALIDADE DE VIDA

5.1- Em quais dos itens abaixo você considera que tem (teve) acesso em consequência do seu trabalho na Fábrica da COOPATAN?

- a) Infra – estrutura (saneamento básico, água tratada, energia elétrica)
- b) Acesso à moradia
- c) Acesso a bens materiais
- d) Outros aspectos

Se você marcou letra d, especifique:

5.2 -Você acredita que sua participação na COOPATAN amplia ou poderá vir a ampliar suas oportunidades sócio-econômicas e culturais?

- a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

6 - SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

6.1 -Quais são os principais problemas que você identifica no município onde você reside?

- a) Desemprego e subemprego b) Violência e criminalidade
c) analfabetismo, evasão escolar insuficiência de vagas em todos os níveis d) Outros

Justifique:

6.2- Além de trabalhar você participa de outros grupos de atividade em sua comunidade?

- a) Sim b) Não

Justifique:

6.3- Em quais das ações abaixo você se vinculou após sua participação na COOPATAN?

- a) ações individuais, ajudo pessoas
b) participo da cooperativa, de associações, sindicatos ou outros órgãos
c) trabalho voluntário ou outras modalidades
d) Ainda não atuo na comunidade

Justifique:

6.4- Em sua opinião a COOPATAN e a CFR trouxeram contribuições para o Município de T. Neves, Valença e outros?

- a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

7 - SOBRE A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DA CFR

7.1 - Assinale abaixo os elementos que em sua opinião foram adquirido pelos Alunos da CFR.

- a) aumento da auto- estima
b) prestígio social
c) hábitos e atitudes mais saudáveis
d) mais acesso à informação
e) maior nível de cultura e conhecimento

ANEXO D – Questionário Modelo C1

Prezado respondente, Saudações!

Este questionário tem o objetivo de colher sua opinião sobre aspectos variados da COOPATAN, que é objeto de estudo da pesquisa intitulada A Economia(IN) VISÍVEL DOS EES: o princípio educativo-formativo da gestão democrática e viabilidade econômica. A referida pesquisa esta vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB. Ao responder este questionário você estará contribuindo para o entendimento sobre a formação que é oferecida aos cooperados da Coopatan. Além disso, contribui também para entender em que medida a atuação da cooperativa resulta em melhorias tanto para os seus associados quanto para a comunidade como um todo. Assim, agradecemos antecipadamente sua colaboração e colocamo-nos à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre o referido tema.

Rita Assunção Pitanga

Mestranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA.

Público Alvo: Aluno da CRF do Curso Técnico em Agropecuária

1 - PERFIL PESSOAL

1.2 Nome (facultativo) _____

1.3 Faixa etária: a) de 16 a 21 anos b) de 21 a 26 anos

1.4 Sexo: a) Feminino b) Masculino

1.5 Ano letivo:

1.6 Naturalidade _____

1.7 Município em que reside: a) Valença b) Presd. Tancredo Neves c) outros

2 - A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NA CFR

2.1- O que o levou a participar do processo seletivo para o Curso de Técnico em Agropecuária oferecido pela CFR?

a) Gosto do curso de Técnico Agrícola b) não havia outra opção

b) Imposição da família c) outros

Caso tenha marcado a opção c, Justifique:

2.2 - Em sua opinião o Curso de T.A. oferecido pela CFR favorece seu aprendizado para a gestão da sua propriedade rural e/ou da cooperativa?

- a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

2.3- Os conhecimentos adquiridos no Curso de Técnico Agrícola modificaram sua prática na propriedade rural?

- a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

2.4- Os conhecimentos e experiências que você já possuía anteriormente são trabalhados e aproveitados durante o Curso de Técnico Agrícola?

- a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

2.5 -Você fez ou está fazendo outros cursos além do curso de Técnico Agrícola?

- a) Sim b) Não

Qual:

2.6- Em sua opinião qual das seguintes afirmações se aproxima mais da formação que você recebe no curso de Técnico Agrícola da CFR?

- a) Os alunos desenvolvem competências apenas para trabalhar como empregados.
 b) Os alunos continuam exercendo suas antigas práticas, apenas estão estudando para adquirem um diploma de nível técnico.
 c) Os alunos tornam-se mais críticos e reflexivos sobre a realidade que os cerca na comunidade onde vivem.
 d) Outra possibilidade

Justifique:

2.7 - Marque um X as alternativas que se aproximam da percepção que você tem a respeito de si próprio e dos outros alunos da CFR:

- a. Pessoas que adquirem uma cultura mais ampla.
 b. Pessoas que poderão adquirir uma situação econômico-financeira melhor.
 c. Pessoas que se tornarão profissionais mais confiáveis e competentes.
 d. Nenhuma dessas

Justifique:

3 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

3.2 - Qual o local em que você pratica seu aprendizado do curso de Técnico Agrícola: como estagiário em uma empresa (1) , na COOPATAN (2), na propriedade rural da família (3)?

- a) Sim (1) (2) (3) b) Não pratica

Caso tenha marcado a opção b, Justifique:

3.2- Quais projetos você desenvolveu com o apoio da CFR?

- a) produção de mandioca b) produção de maracujá
 c) cacau e seringa d) outros

a) Sim b) Não c) Em parte d) Não tenho opinião formada
 Justifique: _____

5.3 - Você acredita que o princípio da economia solidária deve ser implementado na COOPATAN, porquê?

1. Sim () b) Não
 Justifique: _____

6 - SOBRE VIABILIDADE ECONÔMICA

6.1 - Qual seu conceito sobre viabilidade econômica?

- a. Análise que tem o objetivo de avaliar o retorno de um investimento em determinado empreendimento econômico.
 b. Identifica as condições que precisam ser atendidas para que o empreendimento seja lucrativo.
 c. Concebido para ser elaborado antes de se concretizar qualquer gasto já que um de seus objetivos é reduzir o risco do investimento resultar em frustração ou prejuízo.
 d. Nenhuma dessas
 Justifique: _____

6.2 - A metodologia da viabilidade econômica foi apresentada a você em algum conteúdo do curso de Técnico Agrícola ou outro curso oferecido pela COOPATAN?

a) Sim b) Não c) Em parte d) Não tenho opinião formada
 Justifique: _____

6.3 - Em sua opinião a metodologia da viabilidade econômica deve ser implementada na COOPATAN, porquê?

1. Sim () b) Não
 Justifique: _____

7 - SOBRE QUALIDADE DE VIDA

7.1 - Em sua opinião você acredita que desenvolveu hábitos e atitudes que não possuía anteriormente através da sua participação no curso da CFR?

a) Sim b) Não c) Em parte
 Se você respondeu letra a especifique, se respondeu letras b ou c justifique: _____

7.2 - Você e sua família conquistaram alguma melhoria financeira devido a sua participação no curso da CFR?

a) Sim b) Não c) Em parte
 Justifique: _____

7.3 - Em quais dos itens abaixo você considera que tem (teve) acesso em consequência da sua formação na CFR?

- a) Infra – estrutura (saneamento básico, água tratada, energia elétrica)
 b) Acesso à moradia
 c) Acesso a bens materiais
 d) Outros aspectos

Se você marcou letra d, especifique:

7.4- Você acredita que sua participação no Curso amplia ou poderá vir a ampliar suas oportunidades sócio-econômicas e culturais?

- a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

8 - SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

8.1- Quais são os principais problemas que você identifica no município onde você reside?

- a) Desemprego e subemprego b) Violência e criminalidade
c) analfabetismo, evasão escolar insuficiência de vagas em todos os níveis d) Outros

Justifique:

8.2 -Além de estudar e trabalhar você participa de outros grupos de atividade em sua comunidade?

- a) Sim b) Não

Justifique:

8.3- Em quais das ações abaixo você se vinculou durante sua participação no Curso da CFR?

- a) ações individuais, ajuda pessoas
b) participo da cooperativa, de associações, sindicatos ou outros órgãos
c) trabalho voluntário ou outras modalidades
d) Ainda não atuo na comunidade

215

Justifique:

8.4 - Em sua opinião a COOPATAN e a CFR trouxeram contribuições para o Município de T. Neves, Valença e outros?

- a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

8.5 - Assinale abaixo os elementos que em sua opinião foram adquiridos pelos Alunos da CFR.

- a) aumento da auto- estima
b) prestígio social
c) hábitos e atitudes mais saudáveis
d) mais acesso à informação
e) maior nível de cultura e conhecimento

8.6 - Em sua opinião os alunos da CFR conseguem aplicar novas metodologias de gestão e produção no ambiente em que atuam?

- a) sim b) Não c) Em parte

Justifique:

8.7- De que maneira você enquanto aluno da CFR socializa seus conhecimentos na comunidade?

- a) participando da cooperativa, associação de produtores, em visita à propriedades rurais na comunidade e outras modalidades de disseminação de conhecimentos.
- b) disseminando novas práticas de trabalho com exemplos práticos.
- c) outras práticas
- d) ainda não socializo meus conhecimentos com a comunidade.

Se você escolheu a letra d, justifique:

8.8 - Em sua opinião os egressos a CFR desenvolveram conhecimentos e posturas novas no cotidiano profissional depois do Curso de Técnico Agrícola?

- a) Sim
- b) Não
- c) Em Parte

Justifique:

ANEXO E – Questionário Modelo D1

Este questionário tem o objetivo de colher sua opinião sobre aspectos variados da COOPATAN, que é objeto de estudo da pesquisa intitulada A Economia(IN) VISÍVEL DOS EES: o princípio educativo-formativo da gestão democrática e viabilidade econômica. A referida pesquisa esta vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB. Ao responder este questionário você estará contribuindo para o entendimento sobre a formação que é oferecida aos cooperados da Coopatan. Além disso, contribui também para entender em que medida a atuação da cooperativa resulta em melhorias tanto para os seus associados quanto para a comunidade como um todo. Assim, agradecemos antecipadamente sua colaboração e colocamo-nos à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre o referido tema.

Rita Assunção Pitanga

Mestranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA.

Público Alvo: Egresso da CFR

1 - PERFIL PESSOAL

1.1 Nome(facultativo) _____

1.2 Faixa etária:

a) de 20 a 25 anos b) de 25 a 30 anos c) de 30 a 35 anos

1.3 Sexo: Feminino b) Masculino

1.4. Ano de conclusão do curso:

1.5 Naturalidade: _____

1.6 Município em que reside: a) Valença b) Presd. Tancredo Neves c) outros

2 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1-Trabalha na área de formação como empregado em uma empresa (1) , na COOPATAN (2), na propriedade rural da família (3)?

a) Sim (1) (2) (3) b) Não trabalha

Se respondeu a letra b

Justifique: _____

2.2- Quais projetos você desenvolveu com o apoio da CFR?

a) produção de mandioca b) produção de maracujá

c) cacau e seringa d) outros

Justifique:

3.6- Em sua opinião qual das seguintes afirmações se aproxima mais da Formação que você recebeu no curso de Técnico Agrícola da CFR?

- a Os egressos desenvolvem competências apenas para trabalhar como empregados.
 b Os egressos continuam exercendo suas antigas práticas, apenas adquiriram um diploma de nível técnico.
 c Os egressos tornaram-se mais críticos e reflexivos sobre a realidade que os cerca na comunidade onde vivem.
 d Outra possibilidade

Justifique:

3.7 -Marque um X as alternativas que se aproximam da percepção que você tem a respeito de si próprio e dos outros egressos da CFR:

- a. Pessoas que possuem uma cultura mais ampla.
 b. Pessoas que tem uma situação econômico-financeira melhor.
 c. Profissionais mais confiáveis e competentes.
 d. Nenhuma dessas

Justifique:

4 - SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA

4.1- Qual seu conceito sobre a gestão democrática?

- a) gerenciamento das organizações objetivando lucro e produção
 b) Planejamento e organização
 c) Aquisição, construção, transferência e socialização das decisões pelas pessoas nas diversas organizações objetivando resultados para todos envolvidos..
 d) Não tenho opinião formada
-

4.2- O conceito de gestão democrática foi apresentado a você em algum conteúdo do curso de Técnico Agropecuária ou outro curso oferecido pela COOPATAN?

- a) Sim b) Não c) Em parte d) Não tenho opinião formada

Justifique:_____

4.3- Você acredita que o conceito de gestão democrática deva ser implementado na COOPATAN, porquê?

1. Sim () b) Não

Justifique:_____

5 - SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

5.1- Qual seu conceito sobre economia solidária?

- a. uma alternativa ao capitalismo.
- b. uma forma de organização social da produção, do trabalho e de repartição da renda.
- c. O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.
- d. Nenhuma dessas

Justifique:

5.2- O conceito de economia solidária foi apresentado a você em algum conteúdo do curso de Técnico Agrícola ou algum outro curso oferecido pela COOPATAN?

- a) Sim
- b) Não
- c) Em parte
- d) Não tenho opinião formada

Justifique: _____

5.3- Você acredita que o princípio da economia solidária deve ser implementado na COOPATAN, porquê?

- 1. Sim ()
- b) Não

Justifique:

6 - SOBRE VIABILIDADE ECONÔMICA

6.1 - Qual seu conceito sobre a viabilidade econômica?

- a. Análise que tem o objetivo de avaliar o retorno de um investimento em determinado empreendimento econômico.
- b. Identifica as condições que precisam ser atendidas para que o empreendimento seja lucrativo.
- c. Concebido para ser elaborado antes de se concretizar qualquer gasto já que um de seus objetivos é reduzir o risco do investimento resultar em frustração ou prejuízo.
- d. Não sei o que é.

6.2 -A metodologia da viabilidade econômica foi apresentada a você em algum conteúdo do curso de Técnico Agrícola ou outro curso oferecido pela COOPATAN?

- a) Sim
- b) Não
- c) Em parte
- d) Não tenho opinião formada

Justifique: _____

6.3 - Você acredita que a metodologia da viabilidade econômica deve ser implementada na COOPATAN, porquê?

- 1. Sim ()
- b) Não

Justifique:

7- SOBRE QUALIDADE DE VIDA

7.1- Você acredita que desenvolveu hábitos e atitudes que não possuía anteriormente através da sua participação no curso da CFR?

a) Sim b) Não c) Em parte

Se você respondeu letra a especifique, se respondeu letras b ou c justifique:

—

7.2 -Você conseguiu alguma melhoria financeira no âmbito de sua profissão devido a conclusão do curso da CFR ?

a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

—

7.3- Em quais dos itens abaixo você considera que teve acesso em consequência da sua formação?

a) Infra – estrutura (saneamento básico, água tratada, energia elétrica)

b) Acesso à moradia

c) Acesso a bens materiais

d) Outros aspectos

Se você marcou letra d, especifique:

—

7.4- Você acredita que sua participação no Curso ampliou suas oportunidades sócio-econômicas e culturais?

a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

—

8 - SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

8.1- Quais são os principais problemas que você identifica no município onde você reside?

a) Desemprego e subemprego b) Violência e criminalidade

c) analfabetismo, evasão escolar insuficiência de vagas em todos os níveis d) Outros

Justifique:

—

8.2- Além do seu trabalho você participa ou não de outros grupos de atividade em sua

comunidade?

a) Sim b) Não

Justifique:

8.3- Em quais das ações abaixo você se vinculou durante ou após sua participação no Curso da CFR?

a) ações individuais, ajudo pessoas

b) participo da cooperativa, de associações, sindicatos ou outros órgãos

c) trabalho voluntário ou outras modalidades

d) Ainda não atuo na comunidade

Justifique:

8.4- Em sua opinião a COOPATAN e a CFR trouxeram contribuições para o Município de T. Neves, Valença e outros?

a) Sim b) Não c) Em parte

Justifique:

8.5 - Assinale abaixo os elementos que em sua opinião foram adquiridos pelos egressos da CFR.

a) aumento da auto-estima

b) prestígio social

c) hábitos e atitudes mais saudáveis

d) mais acesso à informação

e) maior nível de cultura e conhecimento

8.6 - Em sua opinião os egressos da CFR conseguem aplicar novas metodologias de gestão e produção no ambiente em que atuam?

a) sim

b) Não

c) Em parte

Justifique:

8.7- De que maneira você como egresso da CFR socializa seus conhecimentos na comunidade?

a) participando da cooperativa, associação de produtores, em visita à propriedades rurais na comunidade e outras modalidades de disseminação de conhecimentos;

b) através de suas práticas de trabalho, exemplos práticos;

c) outras práticas;

d) os egressos não socializam conhecimento.

Se você escolheu a letra d, especifique:

8.8- Em sua opinião o aprendizado oferecido pela CFR ajudou você a desenvolver conhecimentos e posturas novas no cotidiano profissional depois de de concluído o Curso Técnico Agropecuária?

a) Sim b) Não c) Em Parte

Justifique: